

LEITURAS

AFINS

- América — História, Delírio e Outras Magias — Leon Pommer
- O Controle do Imaginário — Luiz Costa Lima
- Páginas Cubanas — Nicolás Guillén
- Os Pobres na Literatura Brasileira — Diversos Autores

Coleção Primeiros Passos

- O que é Cultura — José Luiz dos Santos
- O que é História — Vavy Pacheco Borges
- O que é Ideologia — Marielena Chaui
- O que é Indústria Cultural — Teixeira Coelho
- O que são Intelectuais — Horácio González
- O que é Literatura — Marisa Lajolo
- O que é Poesia — Fernando Paixão
- O que é Política Cultural — Martin Cezar Feijó

Coleção Tudo é História

- As Independências na América Latina — Leon Pommer
- O Populismo na América Latina — Maria Lígia Prado

Coleção Encanto Radical

- Alejo Carpentier — Em Busca do Real Maravilhoso — Jorge Quiroga
- Georg Lukács — O Guerreiro Sem Repouso — José Paulo Netto
- Roland Barthes — O Saber com Sabor — Leyla Perrone-Moisés
- Walter Benjamin — Os Cacos da História — Jeanne M. Gagnebim

Angel Rama

DEDALUS - Acervo - FFLCH-HI

A cidade das letras /

904
R166c
e.1



21200021865

A cidade das letras

Introdução:

Mario Vargas Llosa

Prólogo:

Hugo Achugar

Tradução:

Emir Sader

TOMBO . . : 52793



SBD-FFLCH-USP



brasiliense



1985

47333

BIBLIOTECA
HISTÓRIA - FFLCH
USP

Copyright © Ediciones del Norte, 1984.
Título original: *La Ciudad Letrada*.
Copyright © da tradução: Editora Brasiliense S. A., para edição e
comercialização somente no Brasil.

Capa:
Ettore Bottini

Revisão:
Suzana Lakatos
Lenilda Soares

brasiliense


Editora Brasiliense S. A.
R. General Jardim, 160
01223 — São Paulo — SP
Fone (011) 231-1422

Índice

Angel Rama: a paixão e a crítica — <i>Mario Vargas Llosa</i>	7
Prólogo — <i>Hugo Achugar</i>	13
Agradecimentos	19
A cidade ordenada	23
A cidade letrada	41
A cidade escriturária	54
A cidade modernizada	76
A pólis se politiza	102
A cidade revolucionada	126

Angel Rama: a paixão e a crítica

Os Congressos de Literatura serão mais entediantes agora que Angel Rama não pode assisti-los. Vê-lo polemizar era um espetáculo de alto nível, o desenvolvimento de uma inteligência que, confrontando-se com outras, alcançava seu brilho máximo e seu prazer. Coube-me discutir com ele algumas vezes e, de cada vez, mesmo no ponto mais conflituante das argumentações, mesmo quando nos dávamos golpes baixos e rasteiras, admirei seu brilho e sua eloquência — esse redemoinho de idéias em que se convertia nos debates — sua paixão pelos livros, e sempre que li seus artigos senti um respeito intelectual, que prevalecia sobre qualquer discrepância. Talvez por isso, nem nos momentos em que nossas convicções nos distanciavam, deixamos de ser amigos. Alegro-me por ter dito, na última vez que lhe escrevi, que seu ensaio sobre a guerra do fim do mundo, entre todas as críticas à minha obra, era o que mais me havia impressionado.

Desde que eu soube de sua morte, não pude deixar de recordá-lo associado ao seu compatriota, colega e polemista de toda a vida: Emir Rodríguez Monegal. Todo organizador de simpósios, mesas-redondas, congressos, conferências e conspirações literárias, do Rio Grande a Magallanes, sabia que conseguir a participação de Angel e de Emir era assegurar o sucesso da reunião: com a presença deles, haveria qualidade intelectual e pugilismo vistoso. Angel, mais sociológico e político; Emir, mais literário e acadêmico; aquele mais à es-

querda, este mais à direita. As diferenças entre os dois uruguaios foram providenciais e originaram as disputas intelectuais mais estimulantes que já pude assistir, confrontos em que, graças à destreza dialéctica, à elegância e à cultura dos adversários, não havia nunca um derrotado, e saíam ganhando, sempre, o público e a literatura. Suas polémicas transbordavam da sala de reuniões para os corredores, hotéis e páginas dos jornais e se enriqueciam com manifestos, folhetos e intrigas barrocas, que dividiam os assistentes em grupos irreconciliáveis, transformando o Congresso — palavra frágil e vital, como sempre deveria ser a literatura.

Para Angel Rama foi. Ainda que pareça absurdo, a primeira coisa que se deve dizer como elogio à sua obra é que ele foi um crítico que amou os livros — que leu vorazmente — a quem a poesia e a novela, o drama e o ensaio, as idéias e as palavras propiciavam um gozo, que era, ao mesmo tempo, sensual e espiritual. Entre os que hoje exercem a crítica na América Latina abundam os que parecem detestar a literatura. A crítica literária tende em nossos países a ser um texto para apologias ou invectivas jornalísticas, e a chamada crítica científica, um jargão pedante e incompreensível, arrebatada pateticamente as linguagens (ou jargões) de moda, sem entender sequer o que imita: Barthes, Derrida, Julia Kristeva, Todorov. Ambos os tipos de crítica, seja pelo caminho da trivialização ou da ininteligibilidade, trabalham pela desparição de um gênero, que, entre nós, chegou a figurar entre os mais ricos e criadores da vida cultural, graças a figuras como Henrique Ureña ou Alfonso Reyes. A morte de Angel Rama é como uma funesta profecia sobre o futuro de uma disciplina intelectual, que vem declinando na América Latina de forma inquietante.

Apesar de, na juventude, haver escrito novelas e peças de teatro, Angel Rama foi um crítico — nesse domínio, desenvolveu uma obra original, abundante e vigorosa — que logo depois de travar suas primeiras polémicas no Uruguai — onde se havia formado, sob a orientação de um ilustre crítico e historiador da literatura rio-platense, Alberto Zum Felde — foi crescendo e se diversificando em interesses, temas e ambições, até se movimentar com perfeito domínio por todo o universo latino-americano. Em seu último livro, A novela latino-ameri-

cana (Bogotá, 1982), recompilação de uma dúzia de ensaios panorâmicos sobre a narrativa continental, se evidencia a desenvoltura histórica e a solvência estética com que Rama podia avaliar, comparar, interpretar e dissociar ou associar os processos sociais às obras literárias da América Latina, extrapolando suas fronteiras nacionais e regionais. Nessas visões de conjunto — onde trajetórias, evoluções e influências foram experimentadas por escolhas ou gerações de um ou outro lugar —, provavelmente ninguém — desde a ousada sinopse elaborada por Henrique Ureña, História da Cultura na América Hispânica (1946) — superou Angel Rama. Não é estranho, portanto, que fosse ele quem concebesse e dirigisse o mais ambicioso projeto editorial dedicado a reunir o mais representativo da cultura latino-americana: a "Biblioteca Ayacucho", patrocinada pelo Estado da Venezuela, que tomara não seja desativada agora com a morte de seu inspirador.

o O melhor do trabalho crítico de Rama não foram os livros, em relação aos quais, durante muito tempo, alimentou uma curiosa resistência: quase todos os que se animou a publicar foram compilações de textos aparecidos em revistas ou prólogos.¹ O único livro orgânico que escreveu, Rubén Darío e o modernismo (Caracas, 1970), é uma análise penetrante do grande nicaraguense e do movimento modernista. Nesse ensaio, Rama mostra a maneira complexa como as diversas circunstâncias históricas, culturais e sociais contribuíram para que surgisse a corrente literária que "descolonizou" nossa sensibilidade e, alimentando-se com audácia e liberdade de tudo o que as vanguardas europeias ofereciam e das nossas próprias tradições, fundou a soberania poética do continente. A perspectiva sociológica e histórica, à maneira de Lukács e de Benjamin, foi a predominante nas pesquisas e análises de Rama. E, se às vezes ele incorreu nas generalizações que esta perspectiva pode provocar, quando aplicada de maneira excludente ao fenômeno artístico, no seu livro sobre Darío ela lhe permitiu, graças a um equilibrado contrapeso entre o social e

(1) Obviamente, Mario Vargas Llosa desconhecia A cidade letuada ao escrever este artigo, que saiu em *El Comercio*, de Lima, pouco depois (2 de dezembro de 1983) da morte de Angel Rama, e que reproduzimos aqui com sua autorização e colaboração.

o individual, o contexto histórico, o caso específico e a influência do fator psicológico, esboçar uma imagem nova e convincente da obra de Darío e do meio em que ela nasceu. No entanto, a crítica em que Rama se sobressaiu, como poucos em nossos dias, foi naquela em que, nas páginas de um jornal ou revista, na mesa de uma sala de aula ou no prefácio de um livro, se procura encontrar uma ordem, estabelecer uma hierarquia, descobrir chaves para seus recintos recônditos, para a literatura que está nascendo e fazendo-se.

É o que se chama crítica de atualidade, que alguns julgam a rebaixar ao qualificá-la de "jornalística", como se a palavra fosse sinônimo forçoso de superficial e efêmero. Na verdade, foi dessa linha que saíram os críticos mais influentes e sugestivos, aqueles que converteram o gênero numa arte equiparável às demais: um Sainte-Beuve, um Ortega y Gasset, um Arnold Bennett, um Edmund Wilson. A esse grupo ilustre pertenceu Angel Rama. Para ele, como para esses outros, esquecer sobre os acontecimentos literários imediatos; dirigir-se, constantemente, a um vasto público, não significa um esforço menor, pressa irresponsável, engano ou frivolidade, mas sim, exigência redobrada de rigor, obrigação de raciocinar com lucidez, analisar com profundidade e encontrar uma linguagem em que as idéias mais difíceis resultem acessíveis aos leitores mais simples.

Os dez anos em que Angel Rama dirigiu a seção cultural do *Marcha*, em Montevideu, coincidem com uma efervescência na atividade literária latino-americana. Das páginas desse semanário, Rama foi um dos animadores mais entusiasmados do fenômeno e um de seus analistas mais sólidos. Muitos dos artigos que escreveu, primeiro no *Marcha* e, depois, em inúmeras publicações do Continente, constituem verdadeiros modelos de condensação, inteligência e perspicácia; mesmo nos momentos de maior arbitrariedade ou ardor polemico, seus textos resultavam sedutores. E, muitas vezes, fascinantés. Quero citar um, que li com prazer tão vivo que se conserva intacto em minha memória: Uma chama na aldeia, explosiva reconstrução biográfica de um poeta e dandy, Roberto de las Carreras, que Rama, com pinceladas magistrais de humor e afeto, ressuscitava como pano de fundo, meio provinciano, meio frívolo, dos anos noventa em Montevideu.

Jornalista, professor, editor, compilador, antologista, cidadão das letras... Um intelectual, a quem suas convicções de esquerda custaram exílios e múltiplos contratemplos, mas não o converteram num dogmático, nem no porta-voz de algum partido ou poder. Sua obra deixa uma marca fecunda em quase todos os países latino-americanos. No meu, por exemplo, teremos sempre de agradecer-lhe por ter sido o compilador e editor de dois tomos de artigos de José María Arguedas que, se não fosse por sua iniciativa, os peruanos jamais teriam lido. Todos os que amam a literatura nestas terras somos seus devedores. Os escritores, sabemos que sua morte empobreceu de algum modo nosso ofício.

Mario Vargas Llosa
Lima, dezembro, 1983

Prólogo

A crescente especialização de críticos e professores está conduzindo a uma compreensão fragmentada da cultura latino-americana e, em alguns casos, a uma leitura provinciana — no duplo sentido de local e de isolamento — dos demais aspectos da sociedade. Inclusive, ultimamente, a leitura atomizada parece surgir como o modo válido por excelência de prestar contas do produto cultural. Leituras orgânicas, que assumam a complexidade, a riqueza e a variedade do processo histórico-cultural da América Latina, são escassas e, em alguns casos, evitadas, por serem entendidas como racionalizações irreais ou atentatórias contra a "especificidade" literária, estética ou cultural. A própria compartimentação do conhecimento contemporâneo contribuiu para essa espécie de balcanização do esquivo objeto do desejo acadêmico, a América Latina. Por sorte, a visão totalizante ou de conjunto, existe. Existe e, no que se refere a nossa América, não se apresenta como a somatória de unidades político-geográficas, mas como uma concepção cultural vinculada a um projeto de pátria grande, o qual, é claro, implica a consideração da atividade cultural latino-americana como fruto da ação do homem histórico vivendo em sociedade. Essa visão totalizante tem pouco a ver com o survey, ou com o panorama tipo sightseeing turístico, ou com o briefing, cobigado pelos executivos da cultura. Refere-se, em compensação, àquela visão que assume a América Latina como um corpo vivo, provocador de tensões e lu-

tas, as quais configuram uma identidade cultural particular. Um corpo trabalhado por contradições e paradoxos, pelo fato de ser considerado o espaço de uma luta ideológica, cultural e social. É a esse tipo de visão e a essa crença em um determinado projeto de pátria grande, que pertence o grosso da obra de Angel Rama e, em particular, A cidade das letras.

Livro póstumo, este ensaio se soma ao ininterrupto trabalho latino-americano que Rama desenvolveu até sua morte. Nesse sentido, e de forma similar a Martí, a Romero, a Henríquez Ureña, a Quijano e a tantos outros em diversas disciplinas e épocas diferentes, o trabalho de Angel Rama foi o de um mestre latino-americano que pensou e imaginou a cultura dos nossos países como uma totalidade. Um todo heterogêneo, de difícil redução em termos de clichê. Um todo com histórias particulares, com ênfases e ritmos diferentes, mas nunca alienados, nem totalmente desmembrados ou atomizados. Seguramente, para quem vê a história e a cultura da periferia América Latina, é difícil aderir às teorias desmembrantes e fragmentadas, postuladas nas metrópoles cada vez que voltam a descobrir a localização do Onphallus nas suas universidades. Não, Rama não aderiu ao desmembramento, e a cidade das letras é mais um exemplo de sua prática intelectual nessa direção.

É difícil não explicitar, a esta altura, a situação em que fomos obrigados a ler este novo ensaio de Rama: sua morte foi fora da pátria pequena, durante um vôo para um congresso na pátria grande, é demasiado recente. Permitem-me então reproduzir parcialmente o que escrevemos — ainda comovidos pela notícia de sua morte — sobre o significado de seu magistério latino-americano. Angel Rama — dizíamos — é um mestre. É um mestre, e o digo no presente, porque os mestres não morrem. Um mestre não só para os uruguaios de fins dos anos cinqüenta e começo dos sessenta, mas para os latino-americanos em geral. Mestre em Montevideu, o foi também em Porto Rico, em Caracas, no México e, ultimamente, em Princeton, Maryland e Paris.

Não vamos falar de Angel Rama como homem; seu sorriso fica para sempre na memória. Queremos evocar e destacar sua importância cultural; isso é também o homem. Rama é um corpo cultural, um trabalhador da cultura nacional e continental que soube animar o Marcha, Arca e também o

Escritura e a Biblioteca Ayacucho e, sobretudo, soube incen-
tivar o trabalho dos jovens.

O despreendimento, a lucidez e a atenção intelectual estiveram presentes em sua aproximação com os jovens. Apostava na juventude por sua condição de mestre. Somos muitos os que, de uma forma ou de outra, aprendemos a crescer graças à sua lucidez e ao seu entusiasmo. E o somos — é preciso insistir — inclui, além de seus compatriotas uruguaios, seus alunos caraqueños, argentinos, colombianos, porto-riquenhos e norte-americanos. O traço que define sua condição é a paixão. Escreve-se e ensina-se por paixão, dizia ele. Paixão que alenta essas duas espadas, de que fala no final de A cidade das letras: as espadas dos dois poderes do mundo. Paixão que encarnou tantos homens desde o Renascimento até os nossos dias e que Rama assume com lucidez e consciência.

Por isso mesmo, não escreveu obras de teatro e narrações pelo simples prazer hedonista da palavra, mas por paixão. Não escreveu sobre Arguedas, sobre os novos narradores latino-americanos, sobre a tarefa do intelectual exilado, sobre a literatura norte-americana, nem sobre o sistema cultural dos nossos países por diversão ou exigência acadêmica: ele o fez por paixão. Por paixão, tomou posições nem sempre partilháveis e, por paixão, escolheu o caminho do magistério. Ele pôde dizer, como Górgias, de Rodó: "Por quem me vença em honra". Paixão, generosidade, latino-americanismo e, sobretudo, fidelidade a um corpo de idéias, que sabia mais duradouro do que seu involúcro material.

A paixão levou-o a mais de uma polémica. Levou-o também a conflitos com ânões intelectuais e com burocratas. Alguns desses ânões intelectuais e desses burocratas sentiram-se mal com seus escritos e com suas idéias. Houve ânões tanto em Montevideu como em Caracas, burocratas especialmente nos Estados Unidos. Mas no final das contas, ânões intelectuais e burocratas acabam sendo termos intercambiáveis. Polémica por paixão, Angel Rama nunca fugiu à discussão: era dos que acreditam que o silêncio, em algumas ocasiões, ofende mais a quem cala. Não acreditava nos mitos que tentam manipular consciências, nem nos mitos que mentem sobre a realidade, mas naqueles e só naqueles que são fundamento de nossa realidade cultural. A realidade, com toda sua carga

contraditória de monstros e maravilhas que a América Latina oferece diariamente.

Paixão que, para um intelectual, significa a entrega a um idealto e a uma conduta, independente do risco ou do preço que se deva pagar por isso.

Sua docência não foi apenas temperamento e paixão. Incluiu também o respeito e a admiração por nossa América Latina. O respeito e a admiração por nossa América convencer a ninguém de que a América Latina fosse summa de todo saber e, à moda de José Martí, tentou incluir nossa cultura no tronco universal. Latino-americanismo não é sinônimo de autocionismo. Ser latino-americano é uma tarefa histórica e social e supõe a exigência de não nos permitirmos o simplismo e, menos ainda, o conformismo.

É saber que a heterodoxia e a ortodoxia são formas do enigma latino-americano. É saber que não existe uma América Latina de guerra, marimba e negros descalços, mas uma América Latina variada, contraditória e rica.

A Biblioteca Ayacucho, como antes Arca, foi um modo de perfilar essa imagem do patrimônio cultural dos nossos países. Entender que assim como Simón Bolívar e Neruda, Martí, a poesia nahuatl, o pensamento socialista, a poesia da independência, Huaman Poma de Ayala, Machado de Assis, Cortázar e Lezama são o desenho de uma herança cultural, é parte de seu magistério. Bernardo de Balbuena, os gauchipolíticos, Martí, Arguedas, Blanco Fombona, Salvador Garmenda, Onetti, Darfo, a heterogeneidade cultural de nossa América, o sistema cultural do século XIX — que analisa em A cidade das letras — constituem parte, apenas parte, das suas preocupações. Acreditar que a cultura e o ensino, em todo e qualquer momento, são algo mais do que uma atividade profissional foi/é sua marca para o futuro. Acreditava que "a beleza é uma alegria para sempre", porém nunca considerou um adorno para o contentamento individual, mas um modo do crescimento e da maturidade social dos povos. Amava sua língua e utilizava o castelhano com brilho e com humor. Seus escritos, como suas aulas, não padeceram do academicismo engomado; sabia que o amor à palavra e à ideia não implicava aridez. A língua, disse numa oportunidade, é nossa raiz e nossa força. Ser uruguaiço era uma forma de ser latino-americano. Ser latino-americano era reconhecer-

se na palavra cálida que pronunciavam seus compatriotas. Entretanto, seu amor à palavra não o levou — como assinala em A cidade das letras — à justificação do poder. Ao contrário, serviu-lhe para exercer a escrita como uma arma contra a arbitrariedade e a mitificação dos poderosos.

É essa a postura que se reconhece em seus escritos, e a celebração da cultura latino-americana foi quem guiou muito do seu trabalho. A cidade das letras assume essa perspectiva e, mais ainda, propõe a leitura de nossa América enquanto construção histórica de sua cultura. E esse é outro modo de celebração: o do exame sem concessões que mostra o tortuoso e o delirante, o onírico e o que tem de pesado do nosso passado. Reflexão sobre a inteligência urbana, sobre seus devaneios com o poder e suas oscilações sociais e ideológicas. A cidade das letras é um ensaio. Um ensaio, isto é, o discorrer de uma consciência que indaga do passado para entender seu presente, até que história e busca pessoal se tenham fundido.

Este roteiro que até aqui procurou caracterizar a cidade das letras segundo suas seculares idas e vindas, passará agora da história social à história familiar, para desembocar finalmente numa quase biografia, anunciando a previsível entrada de juízos e preconceitos, realidades e desejos, visões e confusões, sobretudo porque a percepção culturalista que me guiou até aqui, ao chegar aos subúrbios do presente, concede primazia a outro componente obrigatório da cultura, que é a política.

História em três níveis: social, familiar e pessoal. A cidade das letras concilia em suas páginas o esplendor e a miséridade. Uma cidade cujo começo é sonho da imaginação que deseja, desejo fundador de uma ordem e de um poder, e que vai crescendo palavra a palavra com os avatares de uma sociedade que articula realidade e letra numa luta que chega até os nossos dias.

Crescimento e luta vistos não como simples processo urbanístico, mas como processo ideológico. Pois não se trata já que Rama parte da cidade-símbolo, para ler a cultura toda, integrando para isso uma semiologia social que lhe permite compreender as marchas e contramarchas da letra e dos seus executores. Letra, sociedade e cidade que Rama lê até os "su-

búrbios do presente", sem que com isso se trate de um mero percurso cronológico, nem tampouco de um exame taxionômico de todas e de cada uma das instâncias e dos espaços da cidade culta latino-americana. Letra, sociedade e cidade perconstruída, precisamente, numa história e numa sociedade definida. Unidade e diversidade de uma cultura que sempre foi em Rama paixão e consequência. Unidade e diversidade, em especial, de um século XIX tão marginalizado e tergiversado pela história cultural dos nossos países e que Rama entende como central. Em especial, o período da "modernidade latino-americana (1870-1900) onde sempre poderemos recuperar in nuce os temas, problemas e desafios que animarão a vida contemporânea do continente".

Leitura da história cultural que permite aproximarmonos do presente contemporâneo do continente, A cidade das letras, de Rama, abandona as estreitas lentes do engomado e retórico legado oficial com que nos entulharam as Academias e os Messias cívico-militares — essas duas deformações do Poder — que assolaram nossas nações.

Leitura crítica da realidade, leitura seminal da cultura latino-americana, a obra de Angel Rama ajuda à desconstrução — a única que nos parece ter interesse — do estereótipo oficial e do metropolitano. Esse desafio à verdade adocicada e estéril e seu apaixonado reflexionar, foram formas de seu magistério; sua consequência com a tarefa intelectual de um latino-americano foi outro modo de ser mestre nestes tempos turbulentos em que vivem.

Hugo Achugar
fevereiro, 1984

Agradecimentos

A primeira versão deste ensaio, referida unicamente à mecânica letuada, foi uma conferência que proferi na Harvard University, em outubro de 1980, sob o título "Funcionamento do sistema literário na América Latina". Permitiu-me uma frutífera troca de idéias, em particular com Claudio Véliz, que acabava de publicar seu excelente livro *The Centralist Tradition of Latin America* e que me instou a desenvolver as teses da conferência. Não pude fazê-lo naquele momento.

Apresentou-se a oportunidade quando Richard Morse me convidou para participar do *8th International Symposium on Urbanization in the Americas* (8º Simpósio Internacional sobre Urbanização nas Américas), no marco do *41st International Congress of Americanists*, simpósio que acabou realizando-se na Stanford University, em setembro de 1982. Eu já estava então trabalhando sobre as culturas da América Latina no século XIX, o que me possibilitou vincular as conclusões de minha conferência, referidas sobretudo à Colômbia, com os comportamentos intelectuais da modernização no final do século passado. Sob o título atual, apresentei um resumo das minhas hipóteses, e daí para frente continuei minhas pesquisas.

Meu trabalho, portanto, avançou entre as angústias da negativa de visto pelo Serviço de Imigração e Naturalização de Baltimore, que me obrigava a abandonar minha tarefa docente na Universidade de Maryland, e a campanha difama-

dora que organizaram os que dispunham de poderes para isso, acompanhados de um pequeno e lamentável grupinho de cubanos exiliados. Prefiro deixar o juízo para *The Nation*, que disse em seu editorial de 20 de novembro de 1982:

"All of this suggests that Rama's present predicament has to do not only with Kajtkaesque bureaucracies and a Hellenesque Catch 28. There's clearly a political vendetta at work here, and it is being received favorably by a government quite happy to expel those with whom it disagrees. That brings dishonor upon instigators of this smear but even more upon those who, using the tarnished and tawdry provisions of the absurd McCarran-Walter Act, seek to give it force". *

A campanha foi dura para mim pela desigualdade das forças. Mesmo prevendo um resultado negativo, decidi enfrentá-la, ainda que tivesse que explicar coisas tão insólitas como que a Biblioteca Ayacucho, que dirijo desde 1974, não é uma editora que "frequently publishes the work of Communist writers" (publique frequentemente o trabalho de escritores comunistas) (*New York Times*, 14 de novembro) pela simples razão de que é uma coleção de clássicos latino-americanos, dos séculos XVI a XX; que o semanário *Marcha*, destruído em 1974 pelos militares uruguaios, depois de 35 anos de gloriosa pregação intelectual, nunca foi confundido com um órgão do Partido Comunista por nenhuma cabeça inteligente; que apresentar a obra do poeta nicaraguense Rubén Darío não é precisamente um ato subversivo. Estava em jogo a liberdade acadêmica, chave de qualquer sociedade democrática, mas ainda mais, para mim, a dignidade dos escritores latino-americanos e nossa persistente defesa das nossas nacionalidades contra intervenções e atropelos.

(*) Tudo isto faz supor que a situação em que Rama se encontra atualmente está relacionada não só a burocracias kajtkianas e a um *Catch 28* ao estilo de Heller. Existe, claramente, uma vingança política em marcha no caso, que está sendo favoravelmente recebida por um governo mais do que satisfeito com a expulsão daqueles de quem discorda. Isso leva à desonra os instigadores dessa ação vergonhosa, mas ainda mais aqueles que, aproveitando-se dos recursos escusos e espalhafatosos do absurdo Ato McCarran-Walter, procuram fortalecê-la.

Perdi um tempo imenso, mas fui recompensado suntuosamente pela solidariedade dos colegas universitários, dos escritores, dos estudantes, tanto norte-americanos como latinos. Eles me deram um presente inesquecível. Deixei de me sentir o ocasional professor estrangeiro que trabalha temporariamente numa Universidade. Descobri, com gratidão, que para o exilado que sou havia também um lar possível nos Estados Unidos, onde refazer a família espiritual, essa dos peregrinos de que falou Martí, descrevendo-os como a mais admirável tradição de liberdade do país. Pois como disse Geoffrey Stokes, em *The Village Voice*, "It is, of course, precisely the attractions of freedom which make Rama and those like him members of a democratic left". *

Espero, portanto, que se compreenda em todo seu alcance que um ensaio que explora a lettrada servidão do Poder e advoga pela ampla democratização das funções intelectuais, renda homenagem à independência crítica dos professores, escritores e estudantes e testemunhe agradecimento às múltiplas organizações profissionais que me brindaram apoio, o PEN American Center, *The Authors League of America*, o *Latin American Studies Association*, a equipe editorial da *International Comparative Literature Association*, as organizações de direitos humanos, *Washington Office of Latin America*, *Latin American Human Rights Association*, *Council of Hemispheric Affairs*, *Helsinki Watch* e, de modo muito especial, a minha própria casa de estudos, a *University of Maryland*, na pessoa de seu presidente John Tall.

Compreender-se-á, além disso, que eu dedique este ensaio aos meus colegas da L. A. S. A., cujo rigor, conhecimento e devoção pude apreciar durante este tempo nos Estados Unidos, a três amigos que sentiram como sua a injustiça que eu sofria, Dore Ashton, Robert Pastor e Frank Janney, aos latino-americanistas que me acompanharam e ajudaram: William E. Carter, Jorge I. Domínguez, Richard Fagen, Jean Franco, Tulio Halperín Donghi, Abraham Lowenthal, Richard Morse, Stanley Stein. A todos vai o meu agradecimento.

(*) "É claro que são exatamente os atrativos da liberdade que tornam Rama e todos os que se parecem com ele membros de uma esquerda democrática".

Teria que estendê-lo a muitos, muitos mais, sobretudo no campo dos estudos de literatura espanhola, que é o meu, com temor sempre de esquecer um nome. Ser-me-á permitido que eu os represente a todos com um jornalista, porque nele eu vi encarnado esse tenaz mito cultural norte-americano, a que me refiro em meu ensaio, o do jornalista que se joga pela verdade e nada o faz ceder na luta. Foi, para mim, Fred Hill, do *The Sun*, de Baltimore. Durante as longas conversas para que ele conhecesse objetivamente todos os dados, pensei que pouco me importava perder o caso, se eu ganhava um amigo norte-americano e conhecia a melhor linhagem do espírito livre do país.

Angel Rama

A cidade ordenada

Desde a remodelação de Tenochtitlan, logo depois de sua destruição por Hernán Cortés em 1521, até a inauguração, em 1960, do mais fabuloso sonho de urbe de que foram capazes os americanos, a Brasília, de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, a cidade latino-americana veio sendo basicamente um parto da inteligência, pois ficou inscrita em um ciclo da cultura universal em que a cidade passava a ser um sonho de uma ordem e encontrou, nas terras do Novo Continente, o único lugar propício para encarnar.

Os próprios conquistadores que as fundaram perceberam progressivamente, no transcurso do século XVI, que se haviam afastado da *cidade orgânica* medieval em que haviam nascido e crescido para entrar em uma nova distribuição do espaço, que enquadrava um novo modo de vida, que já não era o que haviam conhecido em suas origens peninsulares. Li-
veram que se adaptar dura e gradualmente a um projeto que,
como tal, não escondia sua consciência racionalizadora, não
lhe sendo suficiente organizar os homens dentro de uma repe-
tida paisagem urbana, pois também requeria que fossem mol-
dados com destino a um futuro, do mesmo modo sonhado de
forma planificada, em obediência às exigências colonizado-
ras, administrativas, militares, comerciais, religiosas, que se
iriam impondo com crescente rigidez.

Ao cruzarem o Atlântico, não somente haviam passado de um continente velho a um supostamente novo, mas haviam

CIDADE COMO
REPRESENTAÇÃO
DE UMA ORDEM

AFASTAMENTO
DA CIDADE ORGÂNICA;
CRIÇÃO DE
UMA CIDADE BRASILEIRA
NA RAZÃO

atravessado o muro do tempo e ingressado no capitalismo expansivo e ecumênico, ainda carregado do missionarismo medieval. Ainda que preparado pelo espírito renascentista que o desenha, este molde da cultura universal que se desenvolve no século XVI somente adquire sua aperfeiçoamento nas monarquias absolutas dos Estados nacionais europeus, a cujo serviço militante se somaram as Igrejas, concentrando rigidamente a totalidade do poder numa corte, a partir da qual se disciplinava hierarquicamente a sociedade. A cidade foi o mais precioso ponto de inserção na realidade desta configuração cultural e nos deparou com um modelo urbano de duração secular: a *cidade barroca*.¹

Pouco podia fazer este impulso para mudar as urbes da Europa, pela sabida frustração do idealismo abstrato diante da concreta acumulação do passado histórico, cuja obstinação material freia qualquer livre vôo da imaginação. Em compensação, dispôs de uma oportunidade única nas terras virgens de um enorme continente, cujos valores próprios foram ignorados pela cegueira antropológica, aplicando o princípio de *tabula rasa*.² Esse comportamento permitia negar ingêntes culturas — ainda que elas tivessem de sobreviver e infiltrar-se de maneira dissimulada na cultura imposta — e começar *ex-nihilo* o edifício do que se pensava ser mera transposição do passado, quando na verdade foi a realização do sonho que começava a sonhar uma nova época do mundo. A América foi a primeira realização material desses sonhos e, seu lugar, central na edificação da era capitalista.³

(1) V. J. H. Parry, *The Cities of the Conquistadores*, Londres, 1961; Rodolfo Quintero, *Antropología de las ciudades latinoamericanas*, Caracas, 1964; James R. Scobie, *Argentina: A City and a Nation*, Nova Iorque, Oxford Press, 1964; *Urbanization in Latin America: Approaches and Issues*, Garden City, Anchor Books, 1975 (Jorge E. Hardoy, ed.); *Las ciudades de América Latina y sus áreas de influencia a través de la historia*, Buenos Aires, SIAP, 1975 (Jorge E. Hardoy, Richard P. Schaedel, ed.); José Luis Romero, *Latinoamérica: las ciudades y las ideas*, México, Siglo XXI, 1976; *Asentamientos urbanos y organización socioproductiva en la historia de América Latina*, Buenos Aires, SIAP, 1977 (Jorge E. Hardoy, Richard P. Schaedel, ed.).

(2) Robert Ricard, *La "conquête spirituelle" du México*, Paris, Institut d'Ethnologie, 1933; Silvio Zavala, *La filosofía política en la conquista de América*, México, 1947.

(3) V. Immanuel Wallerstein, *The Modern World-System*, Nova Iorque, Academic Press, 1974-80, 2 vols.

Apesar dos adjetivos que acompanharam os velhos nomes originários com que designaram as regiões dominadas (Nova Espanha, Nova Galícia, Nova Granada), os conquistadores não reproduziram o modelo das cidades da metrópole de que haviam partido, ainda que inicialmente vacilassem e parecessem demorar-se em soluções do passado.⁴ Gradualmente, de forma inexpectante, foram descobrindo a tela redutora que, filtrava as experiências velhas já conhecidas, o *stripping down process*, como designou George M. Foster⁵ o esforço de clarificação, racionalização e sistematização que a própria experiência colonizadora ia impondo, respondendo já não a modelos reais, conhecidos e vividos, mas a modelos ideais concebidos pela inteligência, que terminaram impondo-se regular e rotineiramente na medida da vastidão da empresa, de sua concepção organizativa sistemática.

Através do neoplatonismo, que serviu de condutor cultural para o impulso capitalista ibérico, foi recuperado o pensamento que já havia sido expresso em *La República*, revivida pelo humanismo renascentista, e ainda pelo pensamento do quase mítico Hipodamos, pai grego da cidade ideal, sobretudo sua "*confidence that the process of reason could impose measure and order on every human activity*", ainda que, como percebeu Lewis Mumford, "*his true innovation consisted in realizing that the form of the city was the form of its social order*".⁶ Sua imposição nos séculos XVI e XVII, no que chamamos de idade barroca (que os franceses designam como a época clássica), corresponde a esse momento crucial da cultura do Ocidente em que, como viu sagazmente Michel Foucault, as palavras começaram a separar-se das coisas e a triádica conjunção de umas e outras através da *conjunção* cedeu ao binarismo da *Logique* de Port Royal que teorizaria a inde-

(4) Jorge E. Hardoy, *El modelo clásico de la ciudad colonial hispanoamericana*, Buenos Aires, Instituto Di Tella, 1968.

(5) George M. Foster, *Culture and Conquest: America's Spanish Heritage*, Nova Iorque, Wenner-Gren Foundation for Anthropological Research, 1960.

(6) Lewis Mumford, *The City in History*, Nova Iorque, Harcourt, Brace & World, 1961, p. 172.

(*) "Convicção de que o processo da razão seria capaz de impor medida e ordem em todas as atividades humanas", (...) "sua real inovação consistiu em perceber que a forma da cidade era a forma de sua ordem social".

pendência de *ordem dos signos*? As cidades, as sociedades que as habitam, os letrados que as explicam, se fundem e se desenvolvem no mesmo tempo em que o signo "deixa de ser uma figura do mundo, deixa de estar ligado pelos laços sólidos e secretos da semelhança ou da afinidade com o que marca", começa a "significar dentro do interior do conhecimento", e "dele tomará sua certeza ou sua probabilidade".⁷

Dentro dessa vertente do saber, graças a ele, surgirão cidades ideais da imensa extensão americana. Serão regidas por um ritmo ordenadora que se revela em uma ordem social hierárquica transposta para uma ordem distributiva geométrica. Não é a sociedade, mas sua forma organizada, que é transposta; e não à cidade, mas à sua forma distributiva. O exercício do pensamento analógico se disciplinava para que fizesse validamente entre entidades do mesmo gênero. Não vincula, então, sociedade e cultura, mas suas respectivas formas, que são percebidas como equivalentes, permitindo que leiamos a sociedade ao ler o mapa de uma cidade. Para que esta conversão fosse possível era indispensável que se transpusesse através de um projeto racional prévio, que foi o que magnificou e ao mesmo tempo tornou indispensável a ordem dos signos, reclamando-se deles a maior liberdade operativa de que fosse capaz. Ao mesmo tempo, esse projeto exige, para sua concepção e execução, um ponto de máxima concentração do poder que possa pensá-lo e realizá-lo. Esse poder já é visivelmente temporal e humano, ainda que se mascare e legitime através dos absolutos celestiais. É próprio do poder necessitar de um extraordinário esforço de ideologização para se legitimar, quando se despedaçarem as máscaras religiosas, construídas opulentas ideologias substituídas. A fonte máxima das ideologias procede do esforço de legitimação do poder.

A palavra chave de todo esse sistema é a palavra *ordem*, ambígua em espanhol como um Deus Jano (o/a), ativamente desenvolvida pelas três maiores estruturas institucionalizadas (a Igreja, o Exército, a Administração) e de utilização obrigatória em qualquer dos sistemas classificatórios (história natural, arquitetura, geometria) de acordo com as definições rece-

bidas do termo: "Colocação das coisas no lugar que lhes corresponde. Certo, boa disposição das coisas entre si. Regra ou modo que se observa para fazer as coisas".

É a palavra obsessiva que utiliza o Rei (seu gabinete letrado) nas instruções comunicadas a Pedrarias Dávila, em 1513, para a conquista de Terra Firme que, logo depois da experiência antilhana de acomodação espanhola ao novo meio, permitirá a expansiva e violenta conquista e colonização. Se, como era de se esperar (ainda convém sublinhar) as instruções colocam toda a colonização na dependência absoluta dos interesses da metrópole, traçando já a rede de instalações costeiras das cidades-portos que tanto dificultarão a integração nacional chegado o momento dos estados independentes, seu ponto sétimo fixa o sistema reitor, a que deverão se ajustar as cidades que sejam fundadas no continente:

"Vistas as coisas que para os assentamentos dos lugares são necessárias, e escolhido o lugar mais proveitoso e em que abundem as coisas que para o povo são necessárias, teréis de reparar os solares do lugar para fazer as casas, e deverão ser reparados conforme as qualidades das pessoas e serão inicialmente reça *ordenado*, tanto no lugar que se deixou na praça, como o lugar que tenha a igreja, como na *ordem* que tiverem as ruas; porque os lugares que, de novo se fazem, dando a *ordem* no começo sem nenhum trabalho nem custo ficam *ordenados* e os outros jamais se *ordenam*".⁹

A transladação da ordem social a uma realidade física, no caso da fundação das cidades, implicava o desenho urbano prévio mediante as linguagens simbólicas da cultura sujeitas à concepção racional. Mas se exigia desta que, além de compor um desenho, previsse um futuro. De fato, o desenho devia ser orientado pelo resultado que se haveria de obter no futuro, conforme o texto real diz explicitamente. O futuro que ainda não existe, que é apenas sonho da razão, é a perspectiva genética do projeto. A transladação foi facilitada pelo vigo-

(7) Michel Foucault, *Les mots e les choses. une archéologie des sciences humaines*, Paris, Gallimard, 1966, cap. IV.

(8) Ob. cit., trad. esp., México, Siglo XXI, 1968, pp. 64-65.

(9) *Colección de documentos inéditos relativos al descubrimiento, conquista y colonización*, Madrid, 1864-1884, t. XXXIX, p. 280.

roso desenvolvimento alcançado na época pelo sistema mais abstrato de que eram capazes aquelas linguagens: as matemáticas, com sua aplicação na geometria analítica, cujos métodos já haviam sido entendidos, por Descartes, a todos os campos do conhecimento humano, por entendê-los os únicos válidos, os únicos seguros e não contaminados.

O resultado na América Latina foi o desenho tipo tabuleiro de damas, que reproduziram (com ou sem plano estruturado) as cidades barrocas e que se prolongou praticamente até os nossos dias. Poderia ter sido outra a constituição geométrica, sem que por isso ficasse afetada a norma central que regia a transladação. De fato, o modelo freqüente no pensamento renascentista,¹⁰ que derivou da lição de Vitruvio, conforme o expõem as obras de Leon Battista Alberti, Jacopo Barozzi Vignola, Antonio Arvelino Filareta, Andrea Palladio, etc., foi circular e ainda mais revelador da ordem hierárquica que o inspirava, pois situava o poder no ponto central e distribuía a seu redor, em sucessivos círculos concêntricos, os diversos estratos sociais. Obedecia aos mesmos princípios reguladores do tabuleiro de damas: unidade, planificação e ordem rigorosa, que traduziam uma hierarquia social. Tanto um como outro modelo eram apenas variações de uma mesma concepção da razão ordenadora, que impunha que a planta urbana se desenhasse a *cordel y regla* como dizem freqüentemente as instruções reais aos conquistadores.

Tal como observara Foucault, "o que faz possível o conjunto da *episteme* clássica é, antes de mais nada, a relação com um conhecimento da ordem."¹¹ No caso das cidades, esse conhecimento indispensável havia introduzido o princípio do *planning*. O Iluminismo se encarregaria de robustecê-lo, como época confiante nas operações racionais que foi, e nos tempos contemporâneos alcançaria rígida institucionalização. Também promoveria suficiente inquietude acerca de seus resultados, para inaugurar a discussão de suas operações e desenhos mas, sobretudo, das filosofias em que se ampara.¹²

(10) Giulio Argan, *The Renaissance City*, Nova Iorque, George Braziller, 1969.
 (11) Ob. cit., p. 78.
 (12) Marcos Carnhis, *Planning Theory and Philosophy*, Londres, Tavistock Publications, 1979.

CIDADE COMO REPRESENTAÇÃO DE HIERARQUIA SOCIAL

Do exposto se deduz que muito mais importante do que a forma do tabuleiro de dama, que motivou ampla discussão, é o princípio reitor que funciona atrás dela e assegura um regime de transmissões: do alto para baixo, da Espanha à América, da cabeça do poder — através da estrutura social que ele impõe — à constituição física da cidade, para que a distribuição do espaço urbano assegure e conserve a forma social. Mas ainda mais importante é o princípio postulado nas palavras do Rei: com anterioridade a toda realização, se deve pensar na cidade, o que permitiria evitar as interrupções circunstanciais alheias às normas estabelecidas, entropecendo-as ou destruindo-as. A *ordem* deve ficar estabelecida antes de que a cidade exista, para impedir assim toda futura *desordem*, o que alude tempo e seguir regendo a mutante vida das coisas dentro de rígidos marcos. Foi assim que se fixaram as operações fundadoras que foram se repetindo através de uma extensa geografia e um extenso tempo.

Uma cidade, previamente à sua aparição na realidade, devia existir numa representação simbólica que obviamente só podia assegurar os signos: as palavras, que traduziam a vontade de edificá-la na aplicação de normas e, subsidiariamente, que, com mais freqüência, na imagem mental que desses planos tinham os fundadores, os que podiam sofrer correções derivadas do lugar ou de práticas inexperatas. *Pensar a cidade* competia a esses instrumentos simbólicos que estavam adquirindo sua pronta autonomia, que os adequaria ainda melhor às funções que lhes reclamava o poder absoluto.

Apesar de que se continuou aplicando um ritual impregnado de magia para assegurar a posse do solo, as ordenanças reclamaram a participação de um *script* (em qualquer de suas expressões divergentes: um *escrivão*, um *escrevente* ou até um *escritor*) para redigir uma *escritura*. A esta se conferia uma fé que só podia proceder da palavra escrita, que iniciou sua esplendorosa carreira imperial no continente.

Esta palavra escrita viveria na América Latina como a única válida, em oposição à palavra falada que pertencia ao reino do inseguro e do precário. Mais ainda, se pôde pensar

Caracumun

Estética

que a fala procedia da escritura, numa percepção anti-saussuriana. A escritura possuía rigidez e permanência, um modo autônomo que arremedava a eternidade. Estava livre das vicissitudes e metamorfoses da história, mas sobretudo, consolidava a ordem por sua capacidade de expressá-la rigorosamente ao nível cultural. Sobre esse primeiro discurso ordenado, proporcionado pela língua, se articulava um segundo que era proporcionado pelo desenho gráfico. Este superava as virtudes do primeiro, porque era capaz de eludir o pluri-semantismo da palavra e porque, além disso, proporcionava conjuntamente a coisa que representava (a cidade) e a coisa representada (o desenho) com uma maravilhosa independência da realidade, tal como trasluzem com orgulho as descrições das épocas. Da fundação de Lima por Pizarro, em 1535, que tantas críticas motivou no pensamento peruano da República, nos dizem com candura que "foi assentada e traçada a cidade conforme a planta e o desenho que se fez para isso no papel".

O plano foi desde sempre o melhor exemplo de modelo cultural operativo. Atrás de seu aparente registro neutro do real, insere o marco ideológico que valoriza e organiza essa realidade, autorizando todo tipo de operações intelectuais a partir das suas proporções, próprias de modelo reduzido. É o exemplo a que recorre Clifford Geertz quando busca definir a ideologia como sistema cultural,¹³ mas inicialmente, assim o estabeleceu a *Logique*, de Port Royal, em 1662, quando estabeleceu a diferença entre "as idéias das coisas e as idéias dos signos", codificando já a concepção moderna. Também apelou para o modelo privilegiado de signos que representam os mapas, os quadros (e os planos), em que a realidade é absorvida pelos signos:

Quand on considere un objet en lui-même et dans son propre être, sans porter la vue de l'esprit à ce qu'il peut représenter, l'idée qu'on en a est une idée de chose, comme l'idée de la terre, du soleil. Mais quand on ne regarde un certain objet que comme en représentant un autre, l'idée qu'on en a est un idée de signe, et ce premier objet s'appelle signe. C'est ainsi qu'on

(13) "Ideology as a Cultural System" em: David E. Apter (ed.), *Ideology and Discontent*, Nova Iorque, Free Press, 1964; *The Interpretation of Cultures*, Nova Iorque, Basic Books, 1973.

regarde d'ordinaire les cartes et les tableaux. Ainsi le signe enferme deux idées, l'une de la chose qui représente, l'autre de la chose représentée; et sa nature consiste à exciter la seconde par la première. **14

Para sustentar sua argumentação, Arnauld-Nicole devem pressupor uma primeira opção, que consiste em perceber o objeto como signo, típica operação intelectual que não tem melhor apoio que os diagramas, os quais, ao mesmo tempo que representam, como não imitam, adquirem uma autonomia maior. Nas máximas que extraem, Arnauld-Nicole devem logicamente concluir que o signo ostenta uma perenidade que é alheia à duração da coisa. Enquanto o signo existe está assegurada sua própria permanência, ainda que a coisa que representa possa haver sido destruída. Desse modo, fica consagrada a inalterabilidade do universo dos signos, pois eles não estão submetidos ao decaimento físico, mas somente à hermenêutica.

L'on peut conclure que la nature du signe consistant à exciter dans les sens par l'idée de la chose figurante celle de la chose figurée, tant que cet effet subsiste, c'est-à-dire tant que cette double idée est excitée, le signe subsiste, quand même cette chose serait détruite en sa propre nature. **15

A partir dessas condições, é possível inverter o processo: em vez de representar a coisa já existente mediante signos,

(*) Quando se considera um objeto nele mesmo e no seu próprio ser, sem levar a visão do espírito àquilo que ele pode representar, a idéia que se tem dele é uma idéia de coisa, como a idéia da terra, do sol. Mas quando se tem o objeto somente enquanto representação de um outro, a idéia que se tem dele é uma idéia de signo, e esse primeiro objeto se chama signo. E assim, normalmente, que se olha para as cartas e os quadros. Assim, o signo encerra duas idéias, uma da coisa que representa, outra da coisa representada, e sua natureza consiste em excitar a segunda através da primeira.

(**) Pode-se concluir que, já que a natureza do signo consiste em excitar nos sentidos através da idéia da coisa figurante a da coisa figurada, entada, o signo subsiste, mesmo que essa coisa seja destruída em sua própria natureza.

(14) Antoine Arnauld, Pierre Nicole, *La logique ou l'art de penser*, Paris, P. U. F., 1965 (Pierre Clair, François Girbal, ed.), p. 53.

(15) *Ibidem*, p. 54.

estes se encarregam de representar o sonho da coisa, tão ardentemente desejada nessa época de utopias, abrindo o caminho a essa futuridade que governaria os tempos modernos e alcançaria uma apoteose quase delirante nos tempos modernos e porâneos. O sonho de uma ordem seria para perpetuar o poder e conservar a estrutura sócio-econômica e cultural que esse poder garantia. E, além disso, se impunha a qualquer curso opositor desse poder, obrigando-a a transitar, previamente, pelo sonho de outra ordem.

De conformidade com esses procedimentos, as cidades americanas foram remetidas desde as suas origens a uma dupla vida. A correspondente à ordem física que, por ser sensível, material, está submetida aos vaivéns da construção e da destruição, da instauração e da renovação, e, sobretudo, aos impulsos da invenção circunstancial de indivíduos e grupos segundo seu momento e situação. Acima dela, a correspondente à ordem dos signos que atuam a nível simbólico, desde antes de qualquer realização, e também durante e depois, pois dispõem de uma inalterabilidade a que pouco concernem os avatares materiais. Antes de ser uma realidade de ruas, casas e praças, que só podem existir e ainda assim gradualmente, no transcurso do tempo histórico, as cidades emergiam já completas por um parto da inteligência nas normas que as teorizavam, nos atos fundacionais que as estatuíam, nos planos que as desenhavam idealmente, com essa regularidade fatal que espregia aos sonhos da razão e que depararia um princípio que para Thomas More era motivo de glorificação, quando dizia em sua *Utopia* (1516): "He who knows one of the cities, will know them all, so exactly alike are they, except where the nature of the grounds prevents".* A mecanicidade dos sonhos da razão fica aqui consignada.

Dos sonhos dos arquitetos (Alberti, Filarete, Vitruvio) ou dos utopistas (More, Campanella) pouco encarnou na realidade, mas em compensação fortificou a ordem dos signos, sua peculiar capacidade reitora, quando foi assumido pelo poder absoluto como o instrumento adequado à condução hierár-

(*) "Aquele que conhece uma das cidades conhece-as todas, de tal forma elas são exatamente iguais, exceto no que a natureza do terreno impede."

quica de impérios desmesurados. Ainda que se tratou de uma circunscrita e datada forma de cultura, sua influência desbordaria esses limites temporais por alguns traços privativos de seu funcionamento: a ordem dos signos imprimiu sua potencialidade sobre o real, fixando marcas, se não perenes, pelo menos tão vigorosas para que ainda subsistam hoje e as encicemos em nossas cidades; mais radicalmente, na iminência de ver esgotada sua mensagem, demonstrou assombrosamente sua primazia hierárquica e ainda se diria que robustecendo-a por outras circunstâncias históricas.

Essa potência, que corresponde à liberdade e futurização das suas operações, se complementou com outra simétrica que consistiu na evaporação do passado: os séculos XV-XVI, longe de efetuar um renascimento do classicismo, cumpriram sua transportação ao universo das formas. Ao incorporá-lo à ordem dos signos, estabeleceram o primeiro e esplendoroso modelo cultural operativo da modernidade, pré-anunciando a mais vasta transubstanciação do passado que efetuaria a torcência dos séculos XVIII-XIX. A palíngenesia renascentista facilitou a expansão da Europa e foi decuplicada pela palíngenesia do Iluminismo que assentou as bases da dominação universal. Falando com simpatia de seus historiadores, Peter Gay estabelece que contribuíram com sua parte a um esforço sistemático geral "to secure rational control of the world, reliable knowledge of the past and freedom from the pervasive domination of myth".*¹⁶

Cada vez mais, historiadores, economistas, filósofos, reconheceram a incidência capital que a descoberta e colonização da América teve no desenvolvimento, não somente sócio-econômico mas também cultural da Europa, na formulação de sua nova cultura barroca. Se poderia dizer que o vasto Império foi o campo de experimentação dessa forma cultural. A primeira aplicação sistemática do saber barroco, instrumentado pela monarquia absoluta (a Tíara e o Trono reunidos), se

(*) "Para garantir um controle racional do mundo, um conhecimento confiável do passado e liberação do domínio difuso do mito."

(16) *The Enlightenment: an Interpretation. The Rise of Modern Paganism*, Nova Iorque, The Norton Library, p. 36.

fez no continente americano, exercitando seus rígidos princípios: abstração, racionalização, sistematização, opondo-se à individualidade, imaginação, invenção local. De todo o continente, foi no segmento que muito mais tarde terminaria chamando-se Latino, que se intensificou a função prioritária dos signos, associados e encobertos sob o absoluto chamado Espírito. Foi uma vontade que desdenhava as construções objetivas da realidade e assumia um posto superior e autolegitimado; desenhou um projeto pensado ao qual se deveria curvar a realidade. Essa concepção não surgiu, obviamente, da necessidade de construir cidades, ainda que estas tenham sido seus elos privilegiados, os enclaves artificiais em que seu artificioso e autônomo sistema de conhecimento podia funcionar com mais eficácia. As cidades foram aplicações concretas de um marco geral, a cultura barroca, que infiltrou a totalidade da vida social e teve expressão culminante na Monarquia espanhola.

A esses traços se deve acrescentar as surpreendentes características da conquista de Terra Firme, "*reperée, explore et grossièrement saisie au cours des trois premières décennies du XV siècle a un rythme insensé, jamais égalé*".¹⁷ Nas antípodas do critério de uma *frontier* progressiva, que regeria a colonização dos Estados Unidos¹⁸ e a primeira época da conquista do Brasil pelos portugueses, a conquista espanhola foi uma frenética cavalgada por um continente imenso, atravessando rios, selvas, montanhas, de uma extensão próxima a dez mil quilômetros, deixando à sua passagem uma fleira de cidades, praticamente incommunicáveis e isoladas no imenso vazio americano, só percorridas por aterrorizadas populações indígenas. Com uma mecânica militar, foram inicialmente os fortes que permitiram o avanço e seriam depois as correias de transmissão da ordem imperial. Da fundação do Panamá por Pedrarias Dávila (1519) à de Concepción no extremo sul chi-

(*) "Localizada, explorada e grosseiramente conquistada durante as três primeiras décadas do século XV num ritmo insensato, nunca igualado."

(17) Pierre Chaunu, *L'Amérique et les Amériques*, Paris, Armand Colin, 1964, p. 12.

(18) Ver, no entanto, a obra de um discípulo de Frederick Jackson Turner, aplicando suas teses à América Latina: Alistair Hennessy, *The Frontier in Latin America History*, Albuquerque, University of New Mexico Press, 1978.

leno por Valdivia (1550), passaram efetivamente só trinta anos. Nesta última data, já estavam funcionando os Vice-reinos do México e do Peru, sob a condução dos que "deviam preservar no Novo Mundo o caráter carismático da autoridade, que está baseado na crença de que os reis o eram pela graça de Deus".¹⁹

Mais do que uma fabulosa conquista, ficou comprovado o triunfo das cidades sobre um imenso e desconhecido território, reiterando a concepção grega que opunha a *polis* civilizada à *barbárie* dos não urbanizados.²⁰ Mas não reconstruiu o processo fundacional de cidades que havia sido a norma europeia, invertendo-a precisamente: em vez de partir do desenvolvimento agrícola que gradualmente constituía seu pólo exterior, iniciava-se com esta urbe, mínima, é claro, mas assentada às vezes no vale propício que dispunha de água, esperando que ela gerasse o desenvolvimento agrícola. "*J'avoue aussi être fasciné — disse um historiador — par l'histoire de ces villes américaines qui poussaient avant les campagnes, pour le moins en même temps qu'elles*".²¹ Parte-se da instauração do povoado, conforme normas preestabelecidas, e frequentemente se transforma violentamente os que haviam sido camponeses na Península Ibérica em urbanizados, sem conseguir nunca que voltem às suas tarefas primitivas: serão todos *fidalgos*, se atribuirão o *don* nobiliárquico, desdenharão trabalhar com suas mãos e simplesmente dominarão os índios que lhes são encomendados ou os escravos, que compreem. Pois, o ideal fixado desde as origens é o de ser urbano, por insignificantes que sejam os assentamentos de que se ocupem, ao mesmo tempo em que se lhe encomenda à cidade a construção

(*) "Confesso também meu fascínio pela história dessas cidades da América que crescem antes do campo, ou pelo menos ao mesmo tempo que ele."

(19) Richard Konezke, *América Latina*, II, La época colonial, Madrid, Siglo XXI, 1972, p. 119.

(20) Sobre a adaptação do *ethos* urbano grego às novas condições do Novo Mundo, o ensaio de Richard Morse, "A Framework for Latin American Urban History", em *Urbanization in Latin America: Approaches and Issues*, ed. cit.

(21) Fernand Braudel, *Civilization matérielle, économie et capitalisme, XVe-XVIII siècle*, t. 3, Le temps du monde, Paris, Armand Colin, 1979, p. 343.

de seu contorno agrícola, explorando sem piedade à massa escrava para uma rápida obtenção de riquezas. A cidade e a ascensão dos novos ricos são fatores concomitantes, a ponto de que se verá o desperdício suntuoso nos pequenos povoados (sobretudo mineiros), que nas capitais do vice-reinado e se sucederão os éditos reais proibindo o uso de carros, cavalos, vestidos de seda, sem conseguir frear um apetite que, fixado como modelo na cabeça dos povos pelos ricos conquistadores, será imitado arrasadoramente por toda a sociedade até os estratos mais baixos, tal como o viu Thomas Gage em seu pitoresco livro.²²

Claro que as cidades barrocas da intempestiva conquista não funcionarão num vazio total. Como assinala Fernand Braudel em seu notável livro, quando desenha as regras da economia-mundo, "le capitalisme et l'économie de marché coexistent, s'interpénètrent, sans toujours se confondre"²³ de tal forma que estas cidades irreais, desligadas das necessidades do meio, verdadeiros barcos, se não extraterrestres, pelo menos, extracontinentais, aproveitarão em seu benefício, as preexistentes redes indígenas, suas zonas de cultivo, seus mercados e sobretudo a força de trabalho que proporciona-vam. A abrupta inserção capitalista não destruirá essa economia de mercado que permanecerá como um baixo perfil durante séculos, murchando-se continuamente. Caberá a elas serem os pontos onde se produz a acumulação mediante a concentração dos recursos e riquezas existentes e o farão com uma ferocidade que patenteia a violência da mudança introduzida na vida das comunidades indígenas.

— A força desse sentimento urbano fica demonstrada por sua longa sobrevivência. Trezentos anos depois, já na época dos novos estados independentes, Domingos Faustino Sar-miento continuará falando em seu Facundo (1845) das ci- dades como focos civilizadores, opondo-se aos campos, onde via engendrada a barbárie. Para ele, a cidade era o único re-

(*) "O capitalismo e a economia de mercado coexistem, se interpenetram, sem que por isso se confundam."

(22) Thomas Gage, *Nueva Relación que contiene los viajes de Thomas Gage en la Nueva España*, Guatemala, Biblioteca Guatemala, 1946 (Primeira edição, Londres, 1648).

(23) Fernand Braudel, ob. cit., p. 25.

ceptáculo possível das fontes culturais européias (apesar de que agora teriam passado de Madri a Paris), a partir das quais se construiria uma sociedade civilizada. Para conseguirlo, as cidades deviam submeter o vasto território selvagem onde se encontravam assentadas, impondo-lhes suas normas. A primeira delas, no obsessivo pensamento sarmientiano, era a educação das letras. Viveu para vê-lo e para pô-lo em prática. Apenas meio século depois do Facundo, quando as cidades desenvolveram a batalha frontal para se impor aos campos, utilizando o poderio militar de que haviam sido dotadas pela sua relação com as metrópoles externas, o brasileiro Euclides da Cunha, que pensava da mesma maneira que quando presenciou a carnificina da guerra no sertão de Caxambu, e o relato de forma pessimista em Os Sertões, (1902). O reverso da modernização capitaneada pelas cidades se havia mostrado nua e não era agradável.

As cidades da conquista desenfreada não foram simples feitorias. Eram cidades para permanecer e, portanto, focos de progressiva colonização. Por longo tempo, no entanto, não puderam ser mais do que fortes, mais defensivos do que ofensivos, recintos amurados dentro dos quais se destilava o espírito da polis e se ideologizava sem limite o superior destino civilizador que lhe havia sido assignado. Não foi raro que os textos literários o transpusesse "para o divino", como fez no México, em fins do século XVI, o presbítero Fernán González sete fortes que uniam a cidade do México com as minas de prata de Zacatecas e permitiam o transporte seguro à capital vice-real das riquezas, se transformaram em nada menos que os sete sacramentos da religião católica.

Ainda que isolada dentro da imensidão espacial e cultural, alheia e hostil, competia às cidades dominar e civilizar seu contorno, o que primeiro se chamou "evangelizar" e depois "educar". Apesar de que o primeiro verbo foi conjugado pelo espírito religioso e o segundo pelo leigo e agnóstico, tratava-se do mesmo esforço de transculturação a partir da lição européia. Para esses fins, as cidades foram sedes de Vice-reis, Governadores, Audiências, Arcebispos, Universidades e até Tribunais de Inquisição, antes que fossem, depois da Independência, de Presidentes, Congressos, sempre Universi-

Cidades
como focos de civilização
e transmissão cultural

Sarmiento
civilização
x barbaque

dades e sempre Tribunais. As instituições foram os instrumentos obrigatórios para estabelecer a ordem e para conservá-la, sobretudo desde que no século XVIII começam a circular duas palavras derivadas de ordem, conforme consigna Corominas: subordinar e insubordinar.

Por definição, toda ordem implica em uma hierarquia perfeitamente disciplinada, de tal forma que as cidades americanas começaram, desde o início, a ter uma estratificação que, apesar de suas mudanças, foi consistentemente rígida e inspirada pelos maiores ou menores vínculos com o poder transoceânico. Ocupavam o primeiro nível as capitais do vice-reinado (apesar de que o México, Lima e o Rio de Janeiro continuavam sendo as primeiras dentre elas); eram seguidas pelas cidades-portos do circuito da frota e depois pelas capitais de Audiência; logo vinham se escalonando as restantes cidades, povoados, vilarejos, não somente em hierarquia crescente, mas em subordinação direta à imediata anterior da qual dependiam. As cidades construíam uma pirâmide, em que cada uma procurava tirar riquezas dos interiores e ao mesmo tempo proporcionar-lhes normas de comportamento a seu serviço. Todas sabiam que acima delas estavam Sevilha, Lisboa e Madri, mas praticamente ninguém pensou que ainda mais acima destas se encontravam Gênova ou Amsterdã. Os conflitos de jurisdição foram incessantes e simples epifenômenos da competição dos diversos núcleos urbanos para se colocar preferentemente na pirâmide hierárquica. Se, como afirmam provocadoramente os Stein,²⁴ a Espanha já estava em decadência no momento da descoberta da América em 1492, e portanto, economicamente Madri constituía a periferia das metrópoles europeias, as cidades americanas constituíram a periferia de uma periferia. É difícil imaginar situação mais rarefeita, em que um vasto conjunto urbano se organiza como um expansivo racimo a partir de um ponto extracontinental que reúne todo o poder, ainda que aparentemente o exerça por delegação a serviço de outro poder. Apesar de que nosso assunto é a cultura urbana na América Latina, na medida em que ela se assenta sobre bases materiais, não po-

(24) Stanley e Barbara Stein, *The Colonial Heritage of Latin America*, Nueva Iorque, Oxford University Press, 1970.

demos deixar de consignar essa obscura trama econômica que estabelece poderosas dependências sucessivas, ao ponto de que numerosas ações decisivas que afetam às produções culturais, correspondem a operações que quase chamaríamos de inconscientes, que se traçam e resolvem fora do conhecimento e da compreensão do que são apenas passivos executantes de longínquas ordens, os quais parecem agir fantasmagoricamente como se efetivamente tivessem sido absorvidos por essa ordem dos signos que já não necessita da conjuntura real para se articular, pois deriva sobre seus encadeamentos internos, somente capazes de se justificar dentro deles. Falando de uma coisa tão concreta como a servidão e a escravidão, Braudel aponta que

*"elle est inherente au phénomène de réduction d'un continent à la condition de périphérie, imposée par une force lointaine, indifférente aux sacrifices des hommes, qui agit selon la logique presque mécanique d'une économie-monde".*²⁵

À estrutura cultural fluía sobre a econômica, reproduzindo-a sutilmente, daí que os espíritos mais lúcidos, os que mais freqüentemente foram condenados pelo ditado constitucional que se revestia de ditado popular, se esforçavam para desvendá-la, indo além do centro colonizador para recuperar a fonte cultural que o abastecia obscuramente. Já é evidente no desenho de *El Bernardo* que ocupa a vida inteira de Bernardo de Balbuena e que se torna explícito no prólogo de 1624, onde elege a fonte italiana (o Boyardo, o Ariosto) apesar de que ainda para um tema espanhol. Como igualmente acontece, mais de dois séculos depois, na proposta de Justo Sierra para evitar o "aqueduto espanhol" e trabalhar a partir das fontes literárias francesas que propiciaram, mais do que o modernismo, a modernidade, oscilantemente a serviço do tema francês ou, com mais freqüência, do nacional.

(*) "ela é inerente ao fenômeno de redução de um continente à condição de periferia, imposta por uma força distante, indiferente aos sacrifícios dos homens, que age de acordo com a lógica quase mecânica de uma economia-mundo."

(25) Fernand Braudel, ob. cit., p. 338.

Ambos foram vocacionalmente urbanos, como a esmagadora maioria dos intelectuais americanos e ambos trabalharam como os projetistas de cidades, a partir desses vastos planos que desenhavam os textos literários, no impecável universo dos signos que permitiam pensar ou sonhar a cidade, para reclamar que a ordem ideal se encarnasse entre os cidadãos.

A cidade letrada

Para levar adiante o sistema ordenado da monarquia absoluta, para facilitar a hierarquização e concentração do poder, para cumprir sua missão civilizadora, acabou sendo indispensável que as cidades, que eram a sede da delegação dos poderes, dispusessem de um grupo social especializado ao qual encomendar esses encargos. Foi também indispensável que esse grupo estivesse imbuído da consciência de exercer um alto ministério que o equiparava a uma classe sacerdotal. Senão o absoluto metafísico, compete-lhe o subsidiário absoluto que ordenava o universo dos signos, a serviço da monarquia absoluta de ultramar.

Ambas as esferas estiveram superpostas por longo tempo, fazendo com que a equipe intelectual contasse durante séculos entre suas filas com importantes setores eclesiásticos, antes que a laicização que começa sua ação no século XVIII fosse substituindo-os por intelectuais civis, profissionais na sua maioria. Duas datas circunscrevem o período desta superposição: 1572, em que chegam os jesuítas à Nova Espanha, e 1767, quando são expulsos da América por Carlos III. Prematuramente o padre Juan Sánchez Baquero descreveu a função da Ordem de Jesus que, à diferença das ordens mendicantes consagradas à evangelização dos índios, veio atender "à nova juventude nascida nesta terra, de gênios delicados e muito hábeis, acompanhados com uma grande facilidade e propensão para o bem ou o mal", conduzindo a ociosidade em

que viviam para "o exercicio das letras, para o qual faltavam professores e cuidado" "com que estavam muito decaídas as letras e mais povoadas as praças que as escolas". A situação de Filosofia e Teologia, é objetivamente descrita pelo padre Sánchez Baquero:

"São criados no prazer e na abundância das casas de seus pais e na benignidade desse céu e temperamento, com muita ociosidade (veneno sufficiente para destruir qualquer grande reputação, como nos mostram as que tiveram esse mal); e nesta terra estava à vontade: porque, acabada sua conquista e pacificação, cessaram as armas e exercicios militares; e a occupação em officios mecânicos, não tinha lugar, nem havia para que se admittisse; porque a nobreza o considerava muito justo nas fanhas dos pais, quando não se derivara de atrás, ademais de ser muita a abundância da terra".¹

A facanha educativa da Ordem, que se abre ao declinar o milenarismo dos evangelizadores (sobretudo franciscanos), é paralela à estruturação administrativa e eclesiástica das colônias e portanto uma pequena ainda que não desprezível parte da poderosa articulação letrada que rodeia o poder, manejando as linguagens simbólicas em direta subordinação das metrópoles.

A cidade bastião, a cidade porto, a cidade pioneira das fronteiras civilizadoras, mas sobretudo a cidade sede administrativa que foi a que fixou a norma da cidade barroca, constituíram a parte material visível e sensível da ordem colonizadora, dentro das quais se enquadrava a vida da comunidade. Mas dentro delas sempre houve outra cidade, não menos amuralhada, e não menos porém mais agressiva e redentorista, que a regou e conduziu. É a que creio que devemos chamar de cidade letrada, porque sua ação se cumpriu na ordem prioritária dos signos e porque sua qualidade sacerdotal implícita contribuiu para dotá-las de um aspecto sagrado, liberando-as de qualquer servidão para com as circuns-

(1) Juan Sánchez Baquero, S. J., *Fundación de la Compañía de Jesús en la Nueva España*.

tâncias. Os signos apareciam como obra do Espírito e os espíritos conversavam entre si graças a eles. Obviamente se tratava de funções culturais das estruturas de poder, cujas bases reais poderíamos elucidar, mas não foram assim concebidas nem percebidas, nem assim foram vividas por seus integrantes.

No centro de toda cidade, conforme diversos graus que alcançavam sua plenitude nas capitais vice-reinaes, houve uma cidade letrada que compunha o anel protetor do poder e o executor de suas ordens: uma plêiade de religiosos, administradores, educadores, profissionais, escritores e múltiplos servidores intellectuais. Todos os que manejavam a pena estavam estreitamente associados às funções do poder e compunham o que Georg Friederici viu como um país modelo de funcionalismo e de burocracia.² Desde a sua consolidação no último terço do século XVI, essa equipe mostrou dimensões desmesuradas, que não se adequavam ao reduzido número dos alfabetizados aos quais podia chegar sua palavra escrita e nem sequer às suas obrigações específicas, e occupou simultaneamente um elevado nível dentro da sociedade obtendo, portanto, uma parte nada desprezível de seu abundante excedente econômico.

Os séculos da Colônia mostram reiteradamente a surpreendente magnitude do grupo letrado que em sua maioria constituiu a frondosa burocracia instalada nas cidades a cargo das tarefas de comunicação entre a metrópole e as sociedades coloniais, portanto girando no alto da pirâmide em torno da delegação do Rei. Para tomar o campo da literatura, que, no entanto, é somente uma porção da produção letrada, attribuiu-se sua escassez artística ao reduzido número de praticantes, quando é mais correto attribuí-lo ao espírito colonizado. Efetivamente, todos os registros falam de números altíssimos: são os trezentos poetas que segundo Berrardo de Balbuena concorreram no certame de fins do século XVI em que recolheu Sigüenza y Góngora em seu *Triunfo Parthenico*. Essas cifras não têm relação com os consumidores potenciais e de fato produtores e consumidores devem ter sido os mesmos,

(2) Cit. por Braudel, ob. cit., p. 368.

funcionando num circuito duplamente fechado, pois além de girar internamente, nascia do poder vice-real e voltava laudatoriamente a ele. Tão alta produção é, obviamente, ócio re-munerado por outras vias, dado que para esses produtos não existia um mercado econômico, e pode-se vincular ao desperdício suntuário que caracterizou as cortes coloniais, que tiveram uma visão absolutamente desproporcional e falsa da opulência da metrópole que se esforçavam em imitar, vindo-a incessantemente em ostentação e luxo.

Contrariamente à lenda construída pelos crioulos novohispanos ressentidos, de que lhes negavam o acesso às riquezas a que se julgavam com direito, a absorção de uma parte considerável da riqueza americana pelo setor dirigente, de que participavam, ainda que em situação marginal esses mesmos crioulos, permitiu condições de vida superiores às da metrópole. Delas não somente destruíram os ricos fazendeiros ou comerciantes, mas, além disso, o grupo letrado. "Incomensurável quimera" de viver do trabalho dos índios e quando cresceu pavorosamente a mortalidade indígena e eufemisticamente designamos como a "catástrofe demográfica" do século XVI. Ao finalizar só contava com um milhão de índios dos 10 a 25 (conforme as estimativas) que havia no México quando se iniciou a conquista. Sobre esse trabalho, sobre a ávida apropriação das riquezas, não somente se edificaram suntuosas igrejas e conventos que até os dias de hoje testemunham a opulência do setor eclesiástico, mas também o bem-estar de espanhóis e crioulos e os ócios que permitiram ao grupo letrado dedicarem-se a extensas obras literárias. Assim, devemos a isso a esplêndida épica culta do barroco.

Várias causas contribuíram para a fortaleza da cidade letrada. As duas principais foram: as exigências de uma vasta administração colonial, que com grande minúcia levou a cabo a Monarquia, duplicando controles e salvaguardas para restringir, em vão, a constante fraude com que era burlada, e as exigências da evangelização (transculturação) de uma população indígena que era contada em milhões, a qual se con-

(3) Código Mendieta, *Documentos franciscanos siglos XVI y XVII*, México, 1902, 2 vols. (Joaquín García Icazbalceta, ed.).

seguiu — enquadrar na aceitação dos valores europeus, ainda que neles não acreditasse ou não os compreendesse. Essas duas imensas tarefas reclamavam um elevadíssimo número de urbanos.

A elas deve acrescentar-se que, como estudou Juan Antonio Maravall,⁴ a época barroca é a primeira da história europeia que deve atender à ideologização de múltiplos, apelando a formas maciças para transmitir sua mensagem, coisa que faria com rigor programático. Se bem se discutiu a incidência real das disposições do Concílio de Trento sobre artes,⁵ não se pode senão reconhecer a importância do esplendor que adquiriu a "festa barroca", as representações sacras, ou a militância propagandística que cumpriram a Coroa e a Tiara através de treinadas equipes (a Sociedade de Jesus, a Inquisição) no clima beligerante da Contra-reforma. Para a América, a força operativa do grupo letrado que devia transmitir sua mensagem persuasiva a vastíssimos públicos analfabetos foi muito maior. Se na história europeia essa missão só encontrou meios de comunicação no século XX, com a indústria culturalmente não se repetiu.

Deve-se ainda acrescentar outra tarefa, que ficou consignada na razão que levou o Vice-rei Martín Enriquez a reclamar a vinda da Ordem de Jesus: a formação da elite dirigente, que não necessitava trabalhar ou sequer administrar seus bens, mas devia dirigir a sociedade a serviço do projeto imperial, robustecendo seus laços com a Coroa e a Tiara. A primeira pensou que podia fazer isso por si mesma, quando retomou ferrenhamente a condução de suas colônias no século XVIII, concedendo um posto importante na cidade letrada à nova geração de administradores (os prefeitos) e à prole de profissionais, mais peninsulares que crioulos.

Destas variadas causas provém a importância que durante a Colônia adquiriu o núcleo urbano letrado, ao que

1975.

(4) José Antonio Maravall, *La cultura del barroco*, Barcelona, Ariel, 1975.

(5) Arnold Hauser, *The Social History of Art*, Londres, Routledge & Kegan Paul, 1951, V, 8, 9, 10.

correspondem uma série de relevantes funções, indispensáveis para o projeto colonizador.

Mediante uma reinterpretção romântica, acentuou-se excessivamente as trivialidades e segredinhos da vida cortesã colonial para o que contribuiu Ricardo Palma sem fazer justiça à importante função social dos intelectuais, tanto no púl-pito quanto na cátedra, na administração, no teatro, nos vários gêneros ensaísticos. Correspondia-lhes deixar sua marca e dirigir as sociedades coloniais, tarefa que cumpriram cabalmente. Fizeram-na inclusive os poetas, apesar de serem somente uma pequena parte do conjunto letrado, e o seguiram fazendo ainda por um bom tempo no transcurso do século XIX independente, até a modernização. Além disso, deve-se assinalar que a função poética (ou, pelo menos, versificadora) foi patrimônio comum de todos os letrados, dado que o traço definatório de todos eles foi o exercício da letra, dentro do qual cabia tanto uma escritura de compra-venda, como uma ode religiosa ou patriótica.

A força do grupo letrado pode ser percebida através de sua extraordinária longevidade. Constituído com o manei-rismo que irrompe no último terço do século XVI, continua vigoroso nas vésperas da revolução de Independência, dois sé-culos depois. Inclusive, da escola neo-clássica (que na reali-dade simplesmente prolongou o grupo letrado, laicizando-o) diz Henríquez Ureña que "muito contadas são as mostras de sua influência antes do fim da era colonial"⁶ e, mais categori-camente, Mariano Picón Salas pensou que o barroco não so-mente havia ocupado integralmente a Colômbia mas se havia prolongado até nossos dias. Em 1944, dizia que "apesar de quase dois séculos de enciclopedismo e de crítica moderna, os hispano-americanos ainda não nos evadimos inteiramente do labirinto barroco",⁷ com o que coincidiu o novelista Alejo Carpentier, que chegou a propor o estilo barroco como forma específica da arte do continente.⁸ Detrás dessas percepções,

(6) Pedro Henríquez Ureña, *Las corrientes literarias en la América His-pánica*, México, F. C. E., p. 87.

(7) Mariano Picón Salas, *De la conquista a la independencia*, México, F. C. E., 1950, 2ª ed. aum., p. 101.

(8) *Tientos y diferencias*, México, UNAM, 1964.

podemos ver outra coisa: o sobrevivente poder da *cidade das letras*, além da Independência e do forçoso epigonismo que se registra entre seus membros, religando-os ferrosamente às origens, quando uma constituição do grupo intelectual se conserva tanto tempo sem modificação profunda.

Mais significativo e cheio de conseqüências que o elevado número de integrantes da *cidade letrada*, que os recursos de que dispuseram, que a proeminência pública que alcançaram e que as funções sociais que cumpriram, foi a capacidade que demonstraram para se institucionalizar a partir de suas funções específicas (donos da letra) procurando tornar-se um poder autônomo, dentro das instituições do poder a que per-tenceram: Audiências, Capítulos, Seminários, Colégios, Uni-versidades.

Pode ser percebido nisso a margem de funcionamento autônomo de que é capaz a equipe intelectual, tal como Karl Mannheim o detectara prematuramente,⁹ e serviria mais re-centemente a Alvin Gouldner¹⁰ para examinar seu poder nas sociedades contemporâneas. Com excessiva frequência, vêem-se nas análises marxistas os intelectuais como meros execu-tantes dos mandatos das Instituições (quando não das classes) que os empregam, perdendo-se de vista sua peculiar função de produtores, enquanto consciências que elaboram mensagens, e, sobretudo, sua especificidade como desenhistas de modelos culturais, destinados à constituição de ideologias públicas. Creio indispensável manejar uma relação mais fluida e com-plexa entre as instituições ou classes e os grupos intelectuais. Inclusive por sua condição de servidores de poderes, estão em contato imediato com o forçoso princípio institucionalizador que caracteriza qualquer poder, sendo portanto os que melhor conhecem seus mecanismos, os que mais estão treinados em suas vicissitudes e, também, os que melhor aprendem a con-veniência de outro tipo de institucionalização, o do restrito grupo que exerce as funções intelectuais. Pois também por sua

(9) Karl Mannheim, *Essays on the Sociology of Culture*, Londres, Routledge, Paul, 1956; *Essays on the Sociology of Knowledge*, Nova Iorque, Oxford University Press, 1952.

(10) Alvin W. Gouldner, *The Dialectic of Ideology and Technology*, Nova Iorque, Seabury Press, 1976; *The Future of Intellectuals and the Rise of the New Class*, Nova Iorque, Seabury Press, 1979.

experiência sabem que se pode modificar o tipo de mensagens que emitem sem que se altere sua condição de funcionário, e esta deriva de uma intransferível capacidade que procede de um campo que lhe é próprio e que dominam, pelo qual se lhes reclama serviços, que consiste no exercício das linguagens simbólicas da cultura. Não somente servem a um poder, como também são donos de um poder. Este inclusive pode embriagá-los até fazê-los perder de vista que sua eficiência, sua realização só se alcança se o centro do poder real da sociedade o apóia, lhe dá força e o impõe.

Uma breve incursão no século XIX, demonstrativa da sobrevivência destas concepções coloniais, pode mostrá-lo. Bastante antes das conhecidas análises de Max Weber sobre a burocracia, que evidentemente não conheceram, os escritores latino-americanos dos séculos XIX e XX foram extraordinariamente perceptivos acerca desta capacidade de se agrupar e institucionalizar-se que revelaram os burocratas do sistema administrativo do Estado. No caso do México, onde este problema continuou sendo central até nossos dias, durante a modernização porfirista intensificaram-se as críticas ao setor *funcionario* que é definido como "parasita". Justo Sierra chega a dizer que "a indústria mexicana por excelência é a que se designa com uma palavra definitivamente aclimatada nos vocabulários hispano-americanos: a burocracia".¹¹ Mariano Azuela consagra uma de suas sarcásticas novelas do período da revolução mexicana, a demonstrar que a burocracia sobrevive ao cataclisma político e volta a se inserir na estrutura do novo estado, pelo qual chama a seus integrantes "as moscas", adaptando a denominação que para a Espanha do século XIX lhes havia dado Pérez Galdós, "os peixes". Estas críticas são formuladas por intelectuais mexicanos que ainda não integravam o poder, apesar de que já faziam parte da *cidade letrada* na situação confusa que a caracterizou na modernização. Podem assimilar-se portanto às dos *criolos* da época colonial contra os espanhóis que ocupavam o centro do poder: pugnas individuais para entrar nele.

A que se deveu a supremacia da cidade letrada?

(11) *México social y político* (1899), em: *Evolución política del pueblo mexicano*, Caracas, Biblioteca Ayacucho, 1977, p. 308.

Em primeiro lugar, ao fato de seus membros constituírem um grupo restrito e drasticamente urbano. Só é possível dentro de uma estrutura citadina. Ela aparece como seu "habitat natural" e com ela se consubstanciam de forma inseparável. Só o grupo mercantil pode se assemelhar ao intelectual. Na visão amena da cidade do México que Bernardo de Balbuena ofereceu em 1604, ele vinculou ambos setores no mesmo verso: "letras, virtudes, variedades de ofícios". E ao desenvolver o conteúdo no capítulo IV da *Grandeza mexicana*, parte da oposição entre campo e cidade, para realçar a essência urbana do intelectual, assimilada ao triunfo da cidade:

se deseje viver e não ser mudo
tratar com sábios que é tratar com pessoas
fora do campo torpe e do povo rude.

Mais influente, no entanto, foi o posto que o grupo ocupou na intermediação, pelo manejo dos instrumentos da comunicação social e porque através deles desenvolveu a ideologização do poder que se destinava ao público. Em 1680, os dois maiores intelectuais da Nova Espanha, Sor Juana de la Cruz e Carlos Sigüenza y Góngora, o protagonizaram ao editar os respectivos arcos triunfais para receber o novo Vice-rei, Marques de la Laguna e Conde de Paredes, uma com o *Neptuno alegórico. Océano de colores. Simulacro político*, e outro com o *Teatro de virtudes políticas*, ambos textos iluminadores da tarefa social e política que correspondia aos intelectuais e da conjugação que procuravam em suas obras das diversas forças dominantes na sociedade para obter favores, enquanto exaltavam a onipotência da figura carismática do Vice-rei. O uso política da mensagem artística foi extraordinariamente freqüente na Colômbia, como obviamente se desprende de sua estrutura social e econômica, apesar de que não teve a suficiente atenção crítica.¹²

A razão fundamental de sua supremacia se deveu ao paradoxo de que seus membros foram os únicos exercitantes da

(12) Tentei fazer a leitura política e ideológica de Fernán González de Esclava, em meu ensaio "La señal de Jonás sobre el pueblo mexicano", em *Escritura V*, 10, Caracas, julho-dezembro 1980, pp. 179-239.

letra num meio desgarrado de letras, os donos da escritura numa sociedade analfabeta e porque coerentemente procederam a sacralizá-la dentro da tendência gramatológica constituinte da cultura européia. Em territórios americanos, a escritura se constituiria em um tipo de religião secundária, portanto equipada para ocupar o lugar das religiões quando estas começaram seu declínio no século XIX. Ainda mais que a letra, conjugaram todos os símbolos, abastecendo-se na fonte tradicional, para fundar assim uma escritura crescentemente autônoma. O discurso barroco não se limita às palavras, mas as integra com os emblemas, hieróglifos, empresas, apologias, cifras, e insere este enunciado complexo dentro de um desenvolvimento teatral que apela à pintura, à escultura, à música, aos bailes, às cores, proporcionado-lhes o *fió vermelho* que para Goethe fixava o significado da diversidade. Desta maneira compõe um fulgurante discurso cujas lançadeiras são as operações da tropologia que se sucedem umas às outras animando e volatilizando a matéria. Sua melhor exposição não está nos textos literários mudos que conservamos, mas na festa que eles significavam, pelo que sua expressão mais ilustrativa são os arcos triunfais com que se comemoravam os grandes acontecimentos.

Esse empenho constitui um sistema independente, absoluto e racionalizado, que articula autonomamente seus componentes, abastecendo-se na tradição interna do signo e preferencialmente em suas fontes clássicas. Como uma rede, ajusta-se à realidade para outorgar-lhe significação: em momentos, se diria que até simples existência. No fim do século XVII, parece sobrevoar qualquer conjuntura real e a operação original (a genial) de Sor Juana consiste em ter feito dessa desconexão entre o discurso literário e a trama dos afetos, o tema central de sua poética, chegando a suspeitar (e daí a interrupção onírica do *Primeiro sonho*) que somente no hemisfério oculto se produzia a verdade, regendo e desbaratando o discurso racional que, crendo ser autônomo e auto-suficiente, não fazia mais que recolher os impulsos obscuros: "Oh, vil arte, cujas regras/ tanto à razão se opõem,/ que para que se executem/ é mister que se ignorem!"

A evolução do sistema simbólico continuou sendo impetuosa através do tempo. Parece haver alcançado em nossa época sua apoteose, na trama de sinais, indícios, diagramas,

siglas, logotipos, imagens convencionais, números, que arremedam linguagens e ainda aspiram à dupla articulação da língua. Seus componentes só respondem vagamente a dados particulares e concretos que registrariam seu nascimento no quotidiano, pois se desenvolveram como significações, pensadas a partir das necessidades do sistema e só depois buscaram, os significantes indispensáveis para expressar-se. Tais elementos ordenam o mundo físico, normatizam a vida da comunidade e se opõem à fragmentação e ao particularismo de qualquer invenção sensível. É uma rede produzida pela inteligência raciocinante que, através da mecânica das leis, institui a ordem. É a testemunha da tarefa da *cidade letrada*.

Essa evolução impregna os mais variados aspectos da vida social e seria impossível percorrê-los todos. Limitando-nos a um aspecto aparentemente trivial, seria possível reconstruí-la mediante a evolução paralela da nomenclatura urbana. A uma primeira época, na qual se recorre a nomes particulares para designar lugares ou ruas, que nascem de objetos concretos que pertencem à sua estreita contigüidade (Monjitas será uma rua em Santiago porque ali estava o convento de monjas), segue-se uma segunda, em que os nomes das ruas já não pertencem a simples deslocamentos metonímicos, mas manifestam uma vontade, geralmente honorífica, de recordar acontecimentos ou pessoas eminentes. São ainda nomes particulares, quer se trate em Buenos Aires da rua Rivadavia, pelo presidente argentino, ou em Montevideu da avenida 18 de Julio, pela data de declaração da independência uruguaia, e são acompanhados por uma dupla série numérica, pares e ímpares, que vão ainda se sucedendo de acordo com as casas existentes, sem prever que possam aparecer outras futuras. Numa terceira época, toda a nomenclatura se tornará melhor planificada e mais rígida, apelando exclusivamente a números, articulando diversas séries, e não será outra coisa senão um sistema abstrato destinado a localizar um lugar dentro da cidade, com precisão e simplicidade. As menções particulares, nascidas de acontecimentos históricos ou de simples acontecimentos da vida, terão ficado abolidas.

Esta evolução é às vezes desmentida em algumas cidades, o que exige uma interpretação que ilumine o funcionamento da *cidade letrada*. O centro urbano de Caracas continua conservando firmemente uma nomenclatura em que são as es-

quinas, e não as ruas, as que têm nomes, que muitas vezes conservam referências históricas concretas (vai-se de Misericórdia a Velazquez, do Coliseu ao Coração de Jesus) e entre uma e outra esquina se localiza um endereço mediante um nome também, aplicado a um edifício (Quinta Anamar, Edifício Camoruso, Residência El Trébol), com o que se registra a adesão a um passado que, no entanto, já começou a se dissolver. Ao contrário, na cidade de Bogotá se impôs uma nomenclatura numérica ainda mais precisa e rígida que o de Manhattan: as localizações podem se fazer exclusivamente com números fixando exatamente o lugar da quadra em que se encontra a casa: 25 ≠ 3 - 70, 13 ≠ 69 - 31, 93 ≠ 13 - 10. Pareceria contraditória a situação de ambas as cidades, dado que a sociedade venezuelana é inegavelmente mais dinâmica e modernizada que a colombiana. É preciso buscar a explicação na dominação que exerce a *cidade letrada* em cada uma das cidades: é muito mais poderosa e melhor articulada no exemplo bogotano que no caraquenho, cuja sociedade é sacudida por enérgicos movimentos democráticos e anti-hierárquicos que dificultam a ação racionalizadora das elites intelectuais.

É apenas um exemplo dos múltiplos encontros e desencontros entre a *cidade real* e a *cidade letrada*, entre a sociedade como um todo e seu elenco intelectual dirigente. Visualizamos duas entidades diferentes que, como o signo linguístico, estão unidas, mais que arbitrariamente, forçosa e obrigatoriamente. Uma não pode existir sem a outra, mas sua natureza e funções são diferentes como o são os componentes do signo. Enquanto a *cidade letrada* atua preferencialmente no campo das significações e inclusive as autonomiza em um sistema, a *cidade real* trabalha mais comodamente no campo dos significantes e inclusive os afasta dos encadeamentos lógicos-gramaticais.

No belo livro de Italo Calvino, *La città invisibili*, Marco Polo conta a Kublai Kan como é a cidade de Tamara, onde "*l'occhio non vede cose ma figure di cose chi significano altre cose*".* A espessa trama dos signos impõe sua presença, não permite que nada mais seja visto:

(*) "O olho não vê coisas, mas imagens de coisas que significam outras coisas."

*lo sguardo percorre le vie come pagine scritte: la città dice tutto quello che devi pensare, ti fa ripetere il suo discorso, e mentre credi di visitare Tamara non fai che registrare i nomi con cui essa definisce se stessa e tutte le sue parti.**¹³

Não somente Tamara, toda cidade pode parecer-nos um discurso que articula variados signos-bifrontes de acordo com leis que evocam as gramaticais. Mas há acordo onde a tensão das partes se agudizou. As cidades desenvolvem suntuosamente uma linguagem mediante duas redes diferentes e superpostas: a física, que o visitante comum percorre até perder-se na sua multiplicidade e fragmentação, e a simbólica, que a ordena e interpreta, ainda que somente para aqueles espíritos afins, capazes de ler como significações o que não são nada mais que significantes sensíveis para os demais, e, graças a essa leitura, reconstruir a ordem. Há um labirinto das ruas que só a aventura pessoal pode penetrar e um labirinto dos signos que só a inteligência raciocinante pode decifrar, entrando sua ordem.

Esta é obra da *cidade letrada*. Só ela é capaz de conceber, como pura especulação, a cidade ideal, projetá-la antes de sua existência, conservá-la além de sua execução material, fazê-la sobreviver inclusive em luta com as modificações sensíveis que introduz incessantemente o homem comum.

(*) "O olhar percorre os caminhos como páginas escritas: a cidade diz tudo aquilo que deves pensar, faz-te repetir o seu discurso, e quando pensas estar visitando Tamara não fazes mais do que registrar os nomes com os quais ela se define a si própria e a todas as suas partes."
(13) Italo Calvino, *Le città invisibili*, Turim, Einaudi, 1972, p. 22.

Este exclusivismo fixou as bases de uma reverência pela escritura que acabou sacralizando-a. A letra foi sempre acatada, ainda que na realidade não fosse cumprida, tanto durante a Colônia com cédulas reais, como durante a República em relação aos textos constitucionais. Dir-se-ia que de duas fontes diferentes procediam os escritos e a vida social, pois os primeiros não emanavam da segunda mas procuravam impor-se a ela e enquadrá-la dentro de um molde não feito à sua medida. Houve um desencontro secular entre a minuciosidade prescritiva das leis e códigos e a confusão anárquica da sociedade sobre a que legislavam. Isso não diminuiu em nada a força coercitiva, impartindo instruções para que a elas se curvassem vidas e fazendas. A monótona reiteração dos mesmos editais comprova sua ineficácia e o considerável setor social que se desenvolveu sem sentir-se concernido, cujos integrantes, como diz uma comunicação do século XVIII relativa aos gaúchos, não tinham outra lei se não suas consciências.

O corpus de leis, editais, códigos, acentuado ainda mais a partir da Independência, concedeu um lugar destacado ao conjunto de advogados, escrivães, escreventes e burocratas da administração. Por suas mãos, passaram os documentos que instauravam o poder, desde as prebendas e concessões vice-reais, que instituíram fortunas privadas, até as emissões da dívida pública durante a República e as desamortizações de bens que contribuíram a novas fortunas já no século XIX. Tanto na Colônia como na República adquiriram uma obscura predominância os escrivães, fazedores de contratos e testamentos, que dispunham da autoridade que transmitia a legitimidade da propriedade, quando não a criava do nada: as disputas em torno dos títulos de propriedade foram intermináveis concedendo outro lugar proeminente aos advogados. Todos eles exerciam essa faculdade escriturária que era indispensável para a obtenção ou conservação dos bens, utilizando modos linguísticos canônicos que se mantinham invariáveis durante séculos.

Não eram, no entanto, os únicos para quem a aprendizagem da retórica e a oratória eram instrumentos indispensáveis de ação. O mesmo acontecia com os médicos, freqüentemente mais treinados nas artes literárias do que na anatomia ou na fisiologia humanas. Referindo-se à Faculdade de

A cidade escriturária

Através da ordem dos signos, cuja propriedade é organizar-se estabelecendo leis, classificações, distribuições hierárquicas, a cidade letrada articulou sua relação com o Poder, a quem serviu mediante leis, regulamentos, proclamações, cédulas, propaganda e mediante a ideologização destinada a sustentá-lo e justificá-lo. Foi evidente que a cidade das letras arremedou a majestade do Poder, apesar de que também se pode dizer que este regem as operações letradas, inspirando seus princípios de concentração, elitismo, hierarquização. Acima de tudo, inspirou a distância em relação ao comum da sociedade. Foi a distância entre a letra rígida e a fluída palavra falada, que fez da cidade letrada uma cidade escriturária, reservada a uma estrita minoria.

A sua preparação se dedicaram ingentes recursos. Desde 1538, se contou com uma universidade em Santo Domingo e, antes que terminasse o século, já se havia fundado as do México, de Lima, Bogotá, Quito e Cuzco; atenção pela educação superior dos letrados que não teve nenhum equivalente em relação às escolas de primeiras letras. Não somente a escritura, mas também a leitura ficou reservada ao grupo letrado: até meados do século XVIII esteve proibido aos fiéis a leitura da Bíblia, reservada exclusivamente à classe sacerdotal. A singularidade desses comportamentos pode ser medida pela comparação com o desenvolvimento da educação primária e a leitura familiar da Bíblia nas colônias inglesas.

Medicina da Bahia, Gilberto Freyre assinalava que ainda no século XIX:

"a Medicina científica propriamente dita se viu, por vezes, em situação de estudo ou de culto quase ancilar do da Literatura clássica; do da Oratória; do da Retórica; do da elegância de dizer; do da correção no escrever; do da pureza no falar; do da graça no debater questões às vezes mais de Gramática que de Fisiologia".¹

Este endeusamento da escritura consolidou a diglossia? característica da sociedade latino-americana, formada durante a Colônia e mantida ferrosamente desde a Independência. No comportamento linguístico dos latino-americanos ficaram nitidamente separadas duas línguas. Uma foi a pública e de aparato, que resultou fortemente impregnada pela norma cortesã procedente da península, que foi extremada sem medida cristalizando em formas expressivas barrocas de inigualável duração temporal. Serviu para oratória religiosa, as cerimônias civis, as relações protocolares dos membros da cidade letrada e, fundamentalmente, para a escritura, já que são esta língua pública chegava ao registro escrito. A outra foi a popular e cotidiana, utilizada pelos hispanos e luso-falantes em sua vida privada e em suas relações sociais dentro do mesmo estrato baixo, da que contamos com muito escassos registros e da que sobretudo sabemos graças às diatribes dos letrados. Com efeito, a fala cortesã se opôs sempre ao alvo-roço, à informalidade, à torpeza e à invenção incessante da fala popular, cuja liberdade identificou com corrupção, ignorância, barbarismo. Era a língua do homem comum que, na divisão quase estamental da sociedade colonial, correspondia à chamada plebe, um vasto conjunto desclassificado, quer se tratasse dos léperos mexicanos como das montoneras gaúchas rio-platenses ou dos caboclos do sertão.

(1) Gilberto Freyre, *Ordem e Progresso*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1939, t. I, p. 200.

(2) Ver C. A. Ferguson, "Diglossia" (1959) em Pier Paolo Giglioli (ed.), *Language and Social Context*, Londres, Penguin Books, 1972; Joshua A. Fishman, "Bilingualism with and without Diglossia: Diglossia with and without Bilingualism", em *Journal of Social Issues*, vol. XXIII, Nº 2, 1967; Ralph W. Fasold, *The Sociolinguistics of Society* (em impressão, 1982), cap. 2.

Enquanto a evolução dessa língua era constante, apelando a todo tipo de contribuições e distorções, e foi sobretudo regional, funcionando em áreas geograficamente delimitadas, a língua pública oficial se caracterizou por sua rigidez, por sua dificuldade para evoluir e pela generalizada unidade de seu funcionamento. Muitos dos seus recursos foram absorvidos pela língua popular que também soube conservá-lo ternamente, em especial nas zonas rurais, mas em compensação a língua da escritura necessitou de grandes transformações sociais para poder se enriquecer com as invenções léxicas e sintáticas populares. No entanto, o fez de forma titubeante e forçada. Não se pode compreender a ferrosa adesão letrada à norma cortesã peninsular e logo à Real Academia da Língua, se não se visualiza sua situação minoritária dentro da sociedade e sua atitude defensiva dentro de um meio hostil.

A cidade escriturária estava rodeada por dois anéis, linguística e socialmente inimigos, aos que pertencia a imensa maioria da população. O mais próximo e aquele com o qual compartilhava em termos gerais a mesma língua, era o anel urbano onde se distribuía a plebe formada por crioulos, ibéricos desclassificados, estrangeiros, libertos, mulatos, zambo*, mestiços e todas as variadas castas derivadas de cruzamentos étnicos que não se identificavam nem com os índios nem com os escravos negros. Nada define melhor a maneira como era vista do que a descrição que fez, no final do século XVII, o intelectual que consideramos mais avançado da época, o pré-iluminista Carlos Sigüenza y Góngora:

"plebe tão em extremo plebe, que só ela o pode ser da que se repete a mais infame, e o é de todas as plebes, por compôr-se de índios, de negros, crioulos e boçais de diferentes nações, de chineses, de mulatos, de zambaigos*, de lobos e também de espanhóis que, declarando-se zaramullos (que é o mesmo que pícaros, grosseiros e arrebatacapas) e degenerando de suas obrigações, são os piores entre canalhas tão ruins".³

(*) Filho de mulato e ameríndia. (N. T.).

(**) De zambo. (N. T.).

(3) *Relaciones históricas*, México, Biblioteca del Estudiante Universitario-UNAM, 1972, p. 133.

No entanto, foi entre essa gente inferior, que compunha a maioria da população urbana, que se deu à formação do espanhol americano que por longo tempo resistiram os letrados, mas que já deu suas primeiras mostras diferenciais nos primeiros séculos da Colônia.⁴

Rodeando este primeiro anel havia outro mais vasto, pois ainda que também ocupava os subúrbios (os bairros indígenas da cidade do México), estendia-se pela imensidade dos campos, regendo em fazendas, pequenas aldeias ou quilombos de negros insurretos. Este anel correspondia ao uso das línguas indígenas ou africanas que estabeleciam o território inimigo. Se houve demanda reiterada ao rei da Espanha, sempre resistida pelas ordens religiosas, mas imposta desde o século XVIII reformista, foi a de que se obrigasse os índios a falar espanhol. Se a propriedade de terras ou de encomendas de índios garantia economicamente um lugar elevado em que não havia que viver das mãos, sua consagração cultural derivava do uso da língua que distinguia os membros do núcleo superior. A propriedade e a língua delimitavam a classe dirigente. Daí o trauma dos descendentes de conquistadores quando viram debilitadas suas propriedades e arremeteram então com a montanha de escritos e reclamações que provavam sua participação, pelo menos, na orbe da língua.

O uso dessa língua purificava uma hierarquia social, dava provas de uma proeminência e estabelecia um cerco defensivo em relação a um contorno hostil e, sobretudo, inferior. Esta atitude defensiva em torno da língua só conseguiu intensificar a adesão à norma, no sentido em que a define Coseriu,⁵ a qual não podia ser outra senão a peninsular, e, mais restritamente, a que ministrava o centro de todo poder, a corte. Foi realçada a força incorporadora léxica que originou a conquista de novas terras com novas plantas, animais, costumes,⁶ mas essas palavras se incorporaram sem dificuldade ao sistema e não alteraram a norma, na medida em que esta provê

(4) Estudei o problema em meu ensaio "La señal de Jonás sobre el pueblo mexicano", em *Escritura*, V, N.º 10, Caracas, julho-dezembro 1980.

(5) Eugenio Coseriu, "Sistema, norma, fala", em *Teoría del lenguaje y lingüística general*, Madrid, Gredos, 1978 (3.ª ed. rev.).

(6) Angel Rosenblat, *Los conquistadores y su lengua*, Caracas, Ediciones de la Biblioteca, 1977.

ao que fala de "modelos", formas ideais que encontra no que chamamos *língua anterior* (sistema precedente de atos lingüísticos)⁷ que, se inicialmente constituíram uma pluralidade de fontes segundo as origens dos colonizadores, progressivamente tenderam a ajustar-se à norma que expressavam os escritos (o estilo formulário dos documentos das Índias) e, para os letrados melhor preparados, as obras literárias peninsulares. Pois, entre as peculiaridades da vida colonial, cabe sublinhar a importância que teve um tipo de cordão umbilical escrito-rário que transmitia as ordens e os modelos da metrópole aos que deviam ajustar-se. Os navios eram portadores permanentes de mensagens escritas que ditavam sobre os maiores interesses dos colonos e do mesmo modo estes procediam a responder, a reclamar, a argumentar, fazendo da carta o gênero literário mais alto, junto com as relações e crônicas.

Um intrincado tecido de cartas percorre todo o continente. É uma complexa rede de comunicações com uma alta margem de redundância e um uso constante de glosas: as cartas se copiam três, quatro, dez vezes, para tentar diversas vias que assegurem sua chegada; são, no entanto, interceptadas, comentadas, contradições, acompanhadas de novas cartas e novos documentos. Todo o sistema é regido desde o pólo externo (Madrid ou Lisboa) onde são reunidas as várias fontes informativas, balanceados seus dados e resolvidos em novas cartas e ordens. Essa tarefa exigiu um séquito, muitas vezes ambulante, de escrivas e escreventes, e, nos centros administrativos, uma ativa burocracia, o que equivale a dizer, uma abundante rede de letrados que gravam no circuito de comunicações escritas, adaptando-se às suas normas e divulgando-as com suas próprias contribuições.

Duvidou-se de que o licenciado Cristóbal Vaca de Castro, a quem o Rei enviou ao Peru em 1540 para pacificar a região logo depois da morte de Diego de Almagro, se teria transformado nas Índias em um valioso militar, mas não resta dúvida de que continuou sendo um letrado. Fez desta rede epistolar um dos seus eficazes instrumentos mortíferos, caindo finalmente preso nela graças ao empenho de outro letrado, o condatador Juan de Cáceres, que interceptou as cartas que Vaca de

(7) Coseriu, ob. cit., p. 94.

Castro enviava à sua mulher na Espanha com instruções sobre a fortuna que estava acumulando nas costas do Rei.

A carta que de Quito, já inteirado do assassinato de Francisco Pizarro, envia a Carlos V no dia 15 de novembro de 1541, inclui esta constância dos seus desvelos epistolares:

"Escrevi logo inclusive ao Cabildo de Cuzco e a pessoas particulares e enviei a transferência autêntica por dois escritões da provisão de Governador que V. M. foi servido me dar, e a testemunha de como aqui fui recebido por ela, e poder para a apresentar e requerer. Escrevi a um capitão Per Alvarez Holguín, que estava com cento e cinqüenta homens na terra de Cuzco, que ia a uma entrada; e depois escrevi a Lima e enviei o mesmo despacho em quatro dias, com cartas para o Cabildo e para outras pessoas que costumavam ser de sua parte e agora lhe são contrários, como o é Gomez de Alvarado e outras pessoas de qualidade. Escrevi a don Diego e enviei duas pessoas à cidade como espias, para que me escrevam o que passa ou venha um; logo me virá de todos resposta; e escrevi aos povos da costa e pessoas particulares dela, e estarão todas em serviço de V. M."⁸

Mais importante que a tão citada frase — a língua é a companheira do Império — com que fora celebrada a *Gramática sobre a língua castelhana* (1492), de Nebrija, primeira de uma língua romance, foi a consciência que teve a *cidade letrada* de que definia a si mesma pelo manejo dessa língua minoritária (às vezes, quase secreta) e que defendê-la e purificá-la era sua missão primeira, único recurso para manter aberto o canal que a religava à metrópole, que sustentava seu poder. Pois os letrados, ainda que formassem uma classe ambiciosa, foram a classe mais leal, cumprindo um serviço mais devoto à Coroa do que o das ordens religiosas, inclusive da Igreja.

As formas da cortesia que se desenvolveram naquele manuscrito e que até hoje se estimam peculiares da cultura tradicional hispânica da América, são derivações da língua da corte madrilenha. Introduzidas originalmente pelo maneris-

mo a partir do final do século XVI, incorporadas à língua pública, fixaram paradigmas do falar correto que foram imitados ferrosamente pelos estratos circundantes que aspiravam ao anel do poder, e inclusive pelos Rinconetes e Cortadillos com gênio e bom ouvido.

Da mesma fonte letrada e defensiva, procede o robusto purismo idiomático que foi a obsessão do continente no transcurso de sua história. Foi o apoio da *High variety* linguística (estabelecida por Ferguson), que não somente divergiu das diversas e regionais *Low varieties* mas procurou situar-se num plano socio-cultural superior, estritamente vinculado à *norma* peninsular e cortesã. Daí que na língua encontramos o mesmo desencontro que já assinalamos entre o *corpus* legal com suas ordenanças, leis e prescrições, e a confusa realidade social. Os linguístas concordam que já na época da Emancipação havia desaparecido da fala, não somente popular mas também culta, a segunda pessoa do plural, superada pela terceira sob o pronomine hierárquico *ustedes*.⁹ Contudo, ainda em sua última proclamação, Simón Bolívar começa dizendo em 1830: "Háveis presenciado meus esforços..." e nas escolas de todos os países hispano-americanos, em 1982, as crianças aprendem nas tábuas de conjugação um "vós amais" que não utilizam na sua fala corrente, nem tão pouco nos seus escritos, que soa aos ouvidos como uma artificial linguagem de teatro.

Ainda mais significativo do que o purismo, que começou a declinar desde a modernização dos fins do século XIX, sem que nem sequer hoje se tenha extinguido, é outro mecanismo que tem procedência similar: a utilização de dois códigos léxicos paralelos e diferentes que origina um sistema de equivalências semânticas, de uso constante entre os intelectuais, que pode ser incluído entre as várias formas de sobrevivência colonial. Este mecanismo faz do letrado um tradutor, obrigando-o a apelar para uma metalinguagem para reconverter o termo de um código a outro, entendendo que estão colocados numa ordem hierárquica de tal forma que um é superior, e outro, inferior. Na carta que Carlos Sigüenza y Góngora remetiu ao Almirante Pez, então na Espanha, para explicar a

(8) *Cartas das Índias*, Madri, Imprenta de Manuel G. Hernández, 1877, 3 vols. (Edição fac-símile, Guadalajara, 1970), t. II, p. 468.

(9) Angel Rosenblat, "Lengua literaria y lengua popular en América" (1969), em *Sentido mágico de la palabra*, Caracas, Ediciones de la Biblioteca, 1977, pp. 166-184.

rebelião popular na Nova Espanha (carta que conhecemos sob o título que lhe deu Irving Leonard: *Alvoroto e motim do México do dia 8 de junho de 1692*) encontramos alguns destes exercícios de tradução: "Muitos elotes (são as espigas do milho que ainda não está maduro)"; *zaramillos* (que é o mesmo que grosseiros sem vergonhas e ladrõeszinhos)".¹⁰ Quer se trate de um mexicanismo ou de um vulgarismo, o autor está consciente da necessidade de uma reconversão explicativa, na medida em que se dirige a um receptor do outro lado do oceano, pois os dois códigos léxicos postulam a existência do outro.

Não parece muito diferente a razão pela qual, dois séculos depois, as novelas de costumes ou regionalistas apelaram para o uso de "glossários" léxicos, pois ainda mais que ao público de outras áreas do continente, dirigia-se ao potencial público peninsular. E inclusive se diria que é a mesma que cinquenta anos depois conduz o novelista cubano Alejo Carpentier a explicar porque a língua literária americana deve ser barroca, numa das mais curiosas fundamentações de um estilo.

"A palavra *pinho* basta para nos mostrar o pinho; a palavra *palmeira* basta para definir, mostrar a palmeira. Mas a palavra *ceiva* — nome de uma árvore americana a que os negros cubanos chamam de 'mãe das árvores' — não basta para que as pessoas de outras latitudes vejam o aspecto de coluna frontal dessa árvore gigantesca (...) Este só se consegue mediante uma polarização certa de vários adjetivos, ou, para eludir o adjetivo em si, pela adjetivação de certos substantivos que atuam, neste caso, por processo metafórico. Se se está com sorte — literariamente falando, neste caso — o propósito é conseguido. O objetivo vive, é contemplado, se deixa ser analisado. Mas a prosa que lhe dá vida e consistência, peso e medida, é uma prosa barroca, forçosamente barroca..."¹¹

É óbvio que não são as palavras em si mas os contextos culturais os que permitem *ver* na literatura um pinho, uma palmeira ou uma ceiva, e que, enquanto os escritores europeus

(10) Ob. cit., pp. 132-33.

(11) Alejo Carpentier, *Tiempos y diferencias*, Montevideu, Arca, 1970

falavam para seus leitores desentendendo-se dos marginais extra-europeus, os escritores destas regiões continuam (como Carpentier) sentindo falta da leitura eurocentrista como a verdadeira e consagradora. O que propõe o novelista é a reconversão da metalinguagem explicativa, com que se fazia a reconversão entre os dois códigos léxicos, dentro da linguagem narrativa da obra, ainda que isto não seja suficiente para apagar seus traços. Continua vigorando, em pleno século XX, na consciência do letrado, que está desterrado nas fronteiras de uma civilização cujo centro animador (cujo leitor também) encontra-se nas metrópoles europeias.¹²

Estes exemplos apoiariam a comprovação de que a *cidade letrada* não somente defende a *norma* metropolitana da língua que utiliza (espanhol ou português) mas também a *norma* cultural nas metrópoles que produzem as literaturas admiradas nas zonas marginais. Ambas normas radicam na *escritura*, que não só fixa a variedade *High* nos sistemas *diglóticos*, mas que engloba todo o universo aceitável da expressão linguística, em visível contradição com o habitual funcionamento da língua em comunidades majoritariamente agrárias.

Toda tentativa de rebater, desafiar ou vencer a imposição da *escritura*, passa obrigatoriamente por ela. Poder-se-ia dizer que a *escritura* termina absorvendo toda a liberdade humana, porque só no seu campo se desenrola a batalha de novos setores que disputam posições de poder. Assim pelo menos parece comprová-lo a história dos *graffitis* na América Latina.

Pela parede em que se inscrevem, por seu freqüente anonimato, por suas habituais faltas ortográficas, pelo tipo de mensagem que transmitem, os *graffitis* atestam autores marginais às vias letradas, muitas das vezes alheios ao cultivo da *escritura*, habitualmente regadores, descontentes e, inclusive, desesperados. Três exemplos, extraídos periodicamente a cada dois séculos de história americana, nos séculos XVI, XVIII e XX, provam a sua persistência, seu crescimento e certificam o império da *escritura*.

A repartição do despojo de Tenochtitlan depois da derrota asteca de 1521, deu lugar a um escândalo devido às recla-

(12) Análisei o ponto no meu ensaio "La teorificación narrativa" em *Hispanoamérica*, X, 30, 1981, pp. 38-40.

mações tempestuosas dos capifães espanhóis que se consideraram enganados. Bernal Díaz del Castillo, que era um deles, contou-o com detalhes e sagacidade:

"E como Cortés estava em Coyocacán e repousava em uns palácios que tinham paredes branqueadas e caiadas, onde com facilidade se podia escrever com carvões e outras tintas, amareleciam, todos os dias, muitos motes, escritos alguns em prosa e outros em verso, algo maliciosos (...) e ainda diziam palavras que não são para pôr neste informe".¹³

Sobre a própria parede de sua casa, Cortés lhes ia respondendo toda manhã em verso, até que, encolerizado pelas insistentes réplicas, terminou o debate com estas palavras: "Parede branca, papel de idiotas". Restabelecia assim a hierarquia da escritura, condenando o uso de muros (ao alcance de qualquer um) para esses fins superiores. Simplesmente confirmava a clandestinidade dos *graffitis*, sua apropriação deprecatória da escritura, sua ilegalidade atentatória ao poder que rege a sociedade.

Com não menor reprovação contemplou dois séculos depois o inspetor de correios, Alonso Carrió de la Vandera, os *graffitis* que cobriam as paredes das pousadas do Alto Peru, em que reconheceu a obra de "homens de balca esfera", tanto por suas mensagens como por seu torpe manejo da escritura e, além disso, por outra coisa, pelo afã de existir que seus autores testemunhavam: "Além das desconestidades que com carvões imprimem nas paredes, não há nem mesa nem banco em que não esteja esculpido o sobrenome e o nome a golpe de ferro desses idiotas".¹⁴ O qualificativo denigrador se reitera: são idiotas os que usam a escritura sobre materiais que não estão destinados para esses fins pela sociedade. Na viagem de Buenos Aires a Lima que conta em *El lazarillo de ciegos caminantes*, (1773), Carrió de la Vandera é capaz de registrar com

(13) Bernal Díaz del Castillo, *Historia verdadera de la conquista de la Nueva España*, México, Espasa-Calpe, 1955, pp. 430-1.

(14) *El lazarillo de ciegos caminantes*, Barcelona, Labor, 1973 (Emilio Carilla, ed.), p. 284. Alonso Carrió de la Vandera agrega que o costume de gravar nomes é muito antigo: "cujo uso se fez tão comum na América, que não há estábulu nem gruta que não esteja adornada de nomes, sobrenomes e de palavras obscenas".

frequência os produtos de uma cultura oral, inteiramente alheia aos círculos letrados, como eram os toscos cantos dos *gandertos*. Essas produções haviam surgido livremente nos campos, nos povoados próximos, nos estratos baixos da sociedade, fora dos círculos letrados. No entanto, já então começaram a incorporar-se à escritura nessas duas manifestações que seguramente vinham de antes e que como bem sabemos, se prolongariam vigorosamente até os nossos dias: o registro da sexualidade reprimida que haveria de encontrar nas paredes das latinas seu lugar e seu papel preferidos, obscenidade que mais que pela mão pareciam escritas pelo pênis liberado de seu encerro, e o registro do nome com caracteres indelévels (talhados a faca), para dessa forma alcançarem existência e permanência, um afã de ser pelo nome com caráter decorando quase todos os monumentos públicos.

Dois séculos depois, na segunda metade do século XX, sobre os muros das cidades latino-americanas, que obrigaram às forças repressivas a transformarem-se em caiadores. Tãmente evidentemente clandestina, rapidamente tapada à noite, ao uso da escritura, impondo normas e canais exclusivos. No ano de 1969, em meio à agitação nacional, o governo do Uruguai ditou um decreto que proibia a utilização, em qualquer escrito público, de sete palavras. Tinha que saber que proibindo a palavra não fazia desaparecer a coisa a que ela se referia: que tentava era conservar essa ordem dos signos que é a tarefa estimada da *cidade letrada* que se distingue porque proibindo unívoca fixação semântica e acompanha a exclusividade da trada com a exclusividade de seus canais de circulação. Como disse naquele momento o jornalista colombiano Daniel Samper, a liberdade de imprensa se havia transformado na liberdade para poder comprar uma imprensa.

A *cidade letrada* quer ser fixa e atemporal como os signos, em oposição constante à *cidade real* que só existe na sua existência e se adequa às transformações da sociedade. Os conflitos da capacidade de adaptação da *cidade letrada*, então, serão os conflitos de adaptação da *cidade letrada*. Nós nos perdemos, sobre sua função em um período de mudança social,

sobre sua sobrevivência no momento das mutações revolucionárias, sobre sua capacidade para se reconstituir e reinstaurar suas bases, quando estas tenham sido transformadas.

O grande modelo de seu comportamento foi oferecido pela revolução emancipadora de 1810, fixando um paradigma que com escassas variantes se repetiria nas sucessivas mudanças revolucionárias que conheceu o continente. Em pleno século XX, se constituiu na obsessão do novelista Mariano Azuela, durante a revolução mexicana, tal como é registrado por suas obras de *Andrés Pérez maderista*, hipnotizado, mais que pelo processo de mudança, que considerou irracional e caótico, pela permanência do grupo letrado e pelo seu aproveitamento das energias sociais desencadeadas em benefício próprio. A emancipação de 1810 mostrou: (1) o grau de autonomia que havia alcançado a *cidade letrada* dentro da estrutura de poder e sua disponibilidade para encerrar transformações, graças à sua função intelectual quando via ameaçados seus foros; ninguém o ilustra melhor do que o precursor Antonio Mariño, funcionário do Novo Reino de Granada, quando em sua imprensa privada dá a conhecer, em 1794, o texto da *Declaración dos direitos do homem e do cidadão*, peça ideologicamente chave dentro do movimento antireformista que havia tido seu epicentro violento entre 1777 e 1781, e portanto, fundamentação doutrinária dos interesses *criolos* afetados pela reforma borbônica: (2) as limitações de sua ação, derivadas de sua dependência de um Poder real, regulador da ordem hierárquica da sociedade, pois ao desapparecer sob seus embates a administração espanhola descobriu que a maioria da população (índios, negros, mestiços, mulatos) estava contra ela e militava nas forças realistas, pelo que teve que fazer concessões sociais, como se expressaram desde a primeira lei sobre liberdade de escravos que prumulgou Simón Bolívar em 1816, e as posteriores sobre índios, que resultaram catastróficas para estes, pois efetivamente os índios não se equivocaram quando "consideravam o rei como seu protetor e defensor natural, contra as aspirações subjugadoras dos *criolos*, donos das fazendas e recontadores de mão-de-obra barata",¹⁵ (3) sua capacidade de adaptação à mudança e ao mesmo

(15) Javier Ocampo López, "El proceso político, militar y social de la Independencia", em *Manual de história de Colombia*, Bogotá, Instituto Colombiano de Cultura, 1978-9, t. II, p. 57.

tempo seu poder para refreá-lo dentro dos limites previstos, recuperando um movimento que escapava de suas mãos, não só que se refere às massas populares desentreadas de seu próprio setor. É o mesmo Nariño que no *Discurso na abertura do Colégio Eleitoral de Cundinamarca*, de 1813, passa revista às expectativas admiráveis com que se havia edificado o projeto federalista, reconhecido por todos como o mais democrático e justo, e conclui que havia sido devorado pelos apetites burocráticos que o haviam utilizado para encobrir ideologicamente sua demanda de postos na administração, ardente reclamação dos *criolos* contra os *chaperones* no período pré-revolucionário. Em 1813, dizia Nariño: "Passaram-se, não obstante, três anos, e nenhuma província possui tesouro, força armada, canhões, pólvora, escolas, caminhos, nem casas da moeda: têm apenas um número considerável de funcionários que com somem as poucas rendas que sobraram, e que defendem com todas as suas forças o novo sistema que lhes favorece".¹⁶ Esta curiosa virtude, diríamos a de ser um "adaptável freio", em nada se viu com maior força do que na reconversão da *cidade letrada* a serviço dos novos poderosos surgidos da elite militar, substituindo os artigos delegados do monarca. Leis, éditos, regulamentos e, sobretudo, constituições, antes de acometer os vasos códigos ordenadores, foram a tarefa central da *cidade letrada* em seu novo serviço aos caudillos que se substituíam no período pós-revolucionário.

Era outra vez a função escriturária que começava a construir, desvinculada da realidade, a que Bolívar estigmatizou como uma "república aérea", prolongando na Independência o mesmo desencontro que se havia conhecido na Colômbia entre o *corpus* legal e a vida social. A substituição de equipes que se havia produzido na Administração, visivelmente ampliadas não só por desapareição dos espanhóis peninsulares substituídos pelos *criolos*, mas pela criação de avultadas instituições, — tipicamente os Congressos — ampliou o número de integrantes da *cidade letrada* desproporcionalmente às desme-

(*) *Chaperon*: facção que lutou pela independência na América hispânica e uma daquelas em que se dividiu posteriormente a nova classe dominante nessa região. (N. T.).

(16) *Pensamiento político de la Emancipación*, Caracas, Biblioteca Ayacucho, 1977 (ed. José Luiz Romero), t. I, p. 173.

didas condições econômicas que se viveram durante décadas depois da Independência. Junto à palavra *liberdade*, a única clamada unanimemente, foi *educação*, pois efetivamente a demanda, não de desenvolvimento econômico (que se paralisou e regrediu na época), mas do aparato administrativo e, mais ainda, do político dirigente, tornava indispensável uma organização educacional. É altamente revelador que o debate se transferia, então, à língua e ainda mais à escritura, ou, dito de outra forma, a averiguar em que língua se podia escrever e como se devia escrever. O efeito da revolução nas ordens simbólicas da cultura, nos revela as ampliações e substituições que se produziram na *cidade letrada* e, além disso, sua reconstrução logo depois do cataclisma social, mas fundamentalmente mostra o progresso produzido na sua tendência escriturária, no novo período que — dificulzosamente — conduzia ao triunfo do “rei burguês”.

O primeiro grande efeito da revolução é testemunhada com a publicação da primeira novela francamente latino-americana em 1816, *Pusquillo Sarmiento*, do mexicano Joaquín Fernández de Lizardi. Entra em crise a língua secreta da *cidade letrada*, esse latim que havia alcançado seu esplendor no período pré-revolucionário por obra dos jesuítas expulsos e nos havia dado a *Rusticatio mexicana*, de Landívar, junto a um maciço corpo de estudos americanos. Em suas advertências prévias, Lizardi ainda oscila entre os dois públicos potenciais, inclinando-se, porém, para o novo: “para economizar aos leitores menos instruídos os tropeços dos latins... deixo a tarefa de castelhana em seu lugar, e algumas vezes ponho o texto original entre as notas; outras, somente as citações, e umas o omito inteiramente.”¹⁷ Simultaneamente, irrompe a fala da rua com um repertório léxico que até esse momento não havia chegado à escritura pública, à honorável via do papel das gazetas ou livros, e o faz com um deleite revanchista que não chega a dissimular as prevenções morais com que se protege Lizardi. É significativo que ambas resoluções linguísticas sejam postas a serviço de uma encarnizada crítica aos letrados (“dos *maus* juizes, dos escritvões *criminalistas*, dos advogados embriulhadores, dos médicos *desaplicados*, dos pais de família

indolentes”),¹⁸ demonstrando o que, às vezes, não se percebeu em toda sua amplitude, que a obra inteira do Pensador Mexicano é um cartel de desafio à *cidade letrada*, muito mais do que à Espanha, à Monarquia ou à Igreja, e que sua singularidade estriba na existência de um pequeno setor já educado e alfabetizado que não havia conseguido introduzir-se na coroa letrada do Poder, ainda que ardentemente a cobiasse.

Para levar cabo sua reivindicação, lhe ocorre o mesmo que acontecia com os anônimos autores de *graffitis* tem que dar a batalha dentro do campo que limita a escritura, portanto dirigindo-a a um público alfabetizado, recém-incorporado ao circuito da letra. Há uma sensível diferença de grau, pois enquanto os *graffitis* são ilegalidades da escritura, apropriações deprecadoras e individuais, as gazetas começam a funcionar dentro de uma precária legalidade, cuja base é já implicitamente burguesa: deriva do dinheiro com que podem ser compradas pelos que dispõem dele ainda que não integrem o Poder. Ao ainda frágil poder do grupo de compradores apela Lizardi, substituindo os Mecenas que eram o apoio da *cidade letrada*, o que, se evidencia a textura desta, por outro lado delata a debilidade do projeto lizardião que estava previsivelmente condenado ao fracasso pela estreiteza do mercado econômico autônomo da época: “A quem com mais justiça deves dedicar tuas tarefas, se não aos que lêem as obras às custas de seu dinheiro? Pois eles são os que custeiam a impressão e por isso mesmo seus Mecenas mais seguros.”¹⁹ Antes de sua morte, saberia Lizardi que estas eram também “ilusões perdidas”, como as que certificara Balzac em um meio muito mais poderoso.

Sua obra corrobora que a liberdade havia sido absorvida pela escritura. Todos os educadores da época o souberam (Andrés Bello, Simón Rodríguez, mais tarde Sarmiento), para os quais o problema obsessivo foi a reforma ortográfica, com o que para eles não somente o assunto central era a escritura (com a notável exceção de Rodríguez que conjuntamente atendeu à prosódia) mas além disso um secreto princípio reitor: o de sua legalidade através de normas, que procuraram que fossem as mais racionais possíveis.

(18) Ob. cit., p. 28.

(19) Ob. cit., p. 20.

(17) *El Periquillo Sarmiento*, México, Porrúa, 1949, 3 vols. (ed. Jefferson Rea Spell), t. I, p. 23.

A história tem estranhos paralelismos. A ortografia havia sido o problema central quando se fundou a monarquia absoluta espanhola, problema centuplicado pela necessidade de administrar um vastíssimo império. Assim o demonstra a série de livros sobre ortografia que vão do de Nebrija (1517), ao do presidente do Conselho das Índias, López de Velasco (1582), antes que essa preocupação ingressasse à América com a ortografia de Mateo Alemán, publicada no México (1609). O mesmo problema volta ser encarado pela equipe letrada latino-americana ao fundar-se os estados independentes, sobretudo ao assumir postos educativos na institucionalização do novo poder. Haverá, contudo, sutis diferenças com os antepassados espanhóis. Estes tiveram que fixar a transcrição da norma linguística adotada pela corte a uma escritura que começava a ser o veículo obrigatório da administração que se devia exercer sobre regiões distantes, enquanto que os hispano-americanos tiveram que reforçar essa ortografia para superar o abismo que percebiam entre a pronúncia americana (a *cidade real*) e as grafias que haviam conservado e purificado os letrados. Esse abismo dificultava, segundo eles, a aprendizagem da escritura, pelo que era um problema pedagógico concreto, mas além disso seu empenho tinha uma fundamentação teórica mais alta, pois essa solução permitia vislumbrar uma sonhada independência letrada, harmonizando-a com a política que se havia alcançado, o que conduziria à criação da *literatura nacional*, pela qual lutava em Buenos Aires Juan Cruz Varela, vindo-a exclusivamente como um produto letrado ("A imprensa é o único veículo para comunicar as produções do gênio humano", dizia em 1828) e propondo um retorno "aos bons escritos espanhóis" com a finalidade de preservar o idioma.²⁰

A harmonização entre a independência política e a independência literária, foi vista na sua perspectiva mais ampla por Simón Rodríguez, ao estabelecer um paralelo originárrimo entre o governo e a língua. Reclamou que ambos deveriam coordenar-se e, além disso, que ambos deveriam surgir da idiossincrasia nativa e não fossem meras transposições das

(20) Série de artigos publicados em *El Tiempo*, Buenos Aires, 1828, recolhida em Félix Weinberg, "Juan Cruz Varela, crítico de la literatura nacional", em *Boletín de Literatura Argentina*, vol. I, N.º 1 (1964), pp. 29-63.

fontes européias. Do mesmo modo que propôs "pintar as palavras com sinais que representem a boca", o que postulava a reforma ortográfica para que uma escritura simplificada registrasse a pronúncia americana, distanciada já da norma madriênha, do mesmo modo reclamou que a institucionalização governamental devia corresponder aos componentes da sociedade americana e não derivasse de um transplante mecânico das soluções européias.

Argumentou astutamente que do mesmo modo que a ortografia se ajusta a três princípios — origem, uso constante e gênio próprio de quem fala — devendo responder a este último (o que equivale dizer à pronúncia) "para adequar-se à boca quando nem a origem nem o uso decidem", da mesma maneira deveria fazer-se com o que chamou, seguindo a analogia, de "origem de desenhar Repúblicas", em que se opôs ao que ele via que estavam fazendo seus contemporâneos de 1828: "quando nem a origem nem o uso decidem, apelam ao terceiro princípio, mas em lugar de consultar o gênio dos americanos, consultam o dos europeus. Tudo lhes chega embarcado".²¹

O seu também, como a de Lizardi, é um questionamento contra a *cidade letrada*, destinado além disso ao fracasso, por essa potencialidade que ela demonstrou para se reconstituir e se ampliar sob os transtornos revolucionários.

Simón Rodríguez raciocinou que as repúblicas não se fazem "com doutores, com literatos, com escritores" mas com cidadãos, tarefa duplamente urgente numa sociedade que a Colômbia não havia treinado para esses fins: "Nada importa tanto como o *ter Povo*: formá-lo deve ser a única ocupação dos que se identificam com a causa social".²² Dado que seus escritos vão escalonando entre 1828 e 1849; neles se registra o fracasso de seu projeto educacional (nem Sucre, nem sequer seu admirado discípulo Simón Bolívar, atendo-se às urgências do marasmo organizativo posterior à Independência, o viram de modo diferente de uma generosa utopia inviável) e sobretudo a desconsolada crítica da restauração educacional que se via em ação, aplicada outra vez à formação de elites dirigentes,

(21) *Sociedades americanas en 1828*, em *Obras Completas*, Caracas, Universidad Simón Rodríguez, 1975, t. I, p. 267.

(22) *Idem*, t. I, p. 283.

como na Colômbia, e portanto de candidatos à burocracia que reconstituiria a *cidade letrada* e asseguraria a concentração do Poder de maneira anti-democrática:

“Não esperem dos colégios, o que não podem dar... estão fazendo letrados... não esperem cidadãos. Persuadam-se que, com seus livros e seus compassos sob o braço, sairão os estudantes a receber, *com vivas*, a qualquer um que acreditem dispostos a dar-lhe os empregos em que tenham posto os olhos... eles ou seus pais.

Do modo atual de proceder na educação, deve-se esperar homens que ocupem os postos distinguidos, isto é, que forme *quadros* políticos, civis e militares; mas, os três carecem de tropas, ou terão que estar lidando sempre com recrutias.”²³

Por ser um ardente bolivariano e por conhecer as dificuldades que amargaram os últimos anos do Libertador, Simón Rodríguez percebeu a ação entorpecedora que desempenhava a *cidade letrada*, como grupo intermediador que estava fazendo sua própria revolução sob a cobertura da revolução emancipadora e aderiria às aspirações dos caudilhos:

“porque existe uma classe intermediária de sujeitos, unicamente empregada — quer em cortar toda comunicação entre o povo e seus representantes —, quer em tergiversar o sentido das providências que não podem ser ocultas —, quer em para-lisar os esforços que o Governo faz para estabelecer a ordem —, quer em exaltar a idéia da soberania para exaltar ao povo... e servir-se dele neste estado.”²⁴

Dáí parte o projeto de Rodríguez de uma *educação social* destinada a todo o povo, a quem reconhecia um duplo direito: à propriedade e às letras, fazendo destes privilégios que haviam sido exclusivos do setor dirigente colonial, o patrimônio da totalidade independente, dentro de uma concepção igualitária e democrática que tinha suas raízes em Rousseau. Esta se enriquecia graças à consciência da singularidade americana, diferente da europeia, ainda que isso não invalidava

(23) *Idem*, t. I, pp. 285 e 287, respectivamente.
(24) *Idem*, t. I, p. 273.

mas ao contrário, acrescentava a participação dos americanos na cultura ocidental e, ainda mais amplamente, na categoria universal de homens, conforme havia ditado o pensamento iluminista. E por isso que sua incorporação à escritura e às reformas ortográficas, que ele também propôs, não se limitaram (como aconteceu no caso das de Andrés Bello) a um simples progresso da educação alfabetizada, mas foram além e procuraram estabelecer uma “arte de pensar” que nasse a universalidade do homem pensador moderno e a particularidade do homem que pensava na América Latina, mediante a língua espanhola-americana de sua infância.

Todas as reformas ortográficas, que inspirou o espírito independentista, fracassaram. Ao cabo de dois anos deixaram lugar para a reinstauração das normas que comunicavam do que a fragilidade do projeto e em algumas ocasiões seus excessos, delata outro maior: a incapacidade para formar cidadãos, para construir sociedades democráticas e igualitárias, substituídas pela formação de minoritários grupos letrados que custodiavam a sociedade hierárquica tradicional. E a racionalidade democrática do projeto de Simón Rodríguez, a rapidez que ainda hoje conserva, como se seguisse à espera de sua realização.

No *Extrato sucinto de minha obra sobre a educação republicana*, que publicou, em 1849, *O Neo-Granadino*, de Bogotá, e que resume seus *Conselhos de amigo* ao Colégio de Latacunga (Equador), reitera pouco antes de sua morte as idéias chaves de sua educação social e mostra cabalmente o papel secundário que conferia ao “hábito de ler, escrever e contar”, que se haviam constituído nas operações únicas das escolas primárias e as lancastrianas (com que ele se aborrecera), e o papel proeminente que outorgava ao raciocínio, que permitira fundar os costumes sociais republicanos, pelo qual seu plano se situava no mesmo nível de uma “lógica viva”, em que mais de meio século depois pensou Carlos Vaz Ferreira.

“Ler é o último ato no trabalho do ensino. A ordem deve ser... Calcular-Pensar-Falar-Escrever e Ler. Não... ler-escrever, contar, e deixar a Lógica (como se faz em todas partes) para os

poucos que a sorte leva aos Colegios: daí saem emparturrados de silogismos, a vomitar, no tratamento comum, paralogismos e sofismas às dezenas. Se houvessem aprendido a raciocinar quando criança, tomando proposições familiares para premissas, não seriam, ou seriam menos embrulhados. Não diriam (apesar de seu talento): 1º — Este índio não é o que eu sou; 2º — Eu sou *homem*. Conclusão: logo ele é idiota. Consequência: Façam-no trabalhar com porretes.”²⁵

Sua atenção pela prosódia correspondeu a uma evidente prevenção anti-escriturária e em certo modo anti-letrada, derivada da experiência comum de ouvir o manejo da língua por parte do povo analfabeto. Ainda que estivesse semeada de idiotismos e de barbarismos, de todo tipo de vícios de pronúncia (que não deixou de condenar porque ele também, como Bello, buscou o ensino de um espanhol correto), a língua funcionava nesses casos como um sistema de comunicação, portanto, como um sistema de significação, graças às entonações e às valorizações prosódicas que espontaneamente cumpriam os falanes: “Todos são prosodistas quando conversam, ainda que pronunciem ou articulem mal: mas ao pôr-se a ler se recordam do tom da escola e adormecem ao que os ouve”.²⁶ Simón Rodríguez se situa numa linha pré-saussauriana (e anti-derridiana), que reconhece na língua “uma tradição oral independente da escritura e fixada de maneira muito distinta,”²⁷ cuja origem pode ser rastreada no *Ensaio sobre a origem das línguas*, de Rousseau, a que a leva a valorizar supramamente à fala e, portanto, todos os recursos fônicos que contribuem para fazer dela um sistema de comunicação e, em consequência, um sistema de significação. Para ele a leitura “é resuscitar idéias sepultadas no papel”, e o mais importante da educação é conduzir a criança a usar a língua como o instrumento adequado para traduzir suas operações mentais, alcançando o rigor expressivo destas:

“Veja-se se é importante: destruir erros na infância; pronunciar, articular e acentuar as palavras: fixar sua significação;

(25) *Idem*, t. I, p. 243.

(26) *Idem*, t. I, p. 242.

(27) Ferdinand de Saussure, *Curso de lingüística general*, Buenos Aires, Losada, 1979, p. 73.

ordená-las em frases; dar-lhes a ênfase que pede o sentido; dar às idéias sua expressão própria; notar a quantidade, o tom e as figuras de construção. Este é o estudo próprio da instrução, porque as crianças: pensam; discorrem; falam; persuadem e se persuadem; convencem e se convencem; e para tudo calculam: se cometem erros, é porque calculam sobre dados falsos”.²⁸

Simón Rodríguez propôs, não uma arte de escrever, mas uma arte de pensar e subordinar a esta a escritura, como o demonstrou em sua peculiar forma expressiva sobre o papel, utilizando diversos tipos de letras, chaves, parágrafos, ordenamentos numéricos, com a finalidade de distribuir no espaço a estrutura do pensamento. Ainda que mais rigorosamente esquemática do que a escritura de Vaz Ferreira, também a de Simón Rodríguez procurou traduzir o mecanicismo pensante, seguindo uma via demonstrativa racional. Não há aqui nada que se pareça ao ensaio, ao discurso ou à oração que praticou a prosa americana da primeira metade do século XIX. A escritura foi aqui tirada de seu ordenamento, despojada de todos seus aditamentos retóricos, esprimida e concentrada para exprimir laconicamente os conceitos, e estes se distribuíram sobre o papel como na cartilha escolar que pelos olhos cheguem ao entendimento e persuadam. Se no final do século, Mallarmé distribuiu no espaço a significação do poema, na primeira metade, Simón Rodríguez fez o mesmo com a estrutura do pensamento, mostrando simultaneamente seu processo de raciocínio e o processo de composição do significado. Se a vida e as idéias de S. Rodríguez provam quão longe esteve da *cidade letrada*, cuja oposição fundou, esta original tradução de uma arte de pensar mostra quão longe esteve também da *cidade escriturária*, ainda que, como os autores de *graffitis*, houvesse tido que introduzir-se nela para melhor combatê-la.

(28) *Obras completas*, ed. cit., t. I, p. 237.

porque pertenciam a essas classes que, dizia, "são as que fazem, as que formulam as leis, as que cobrem de dourado a realidade", comprovando a dissociação entre as duas cidades: os universitários não interpretavam nem representavam em seus escritos a realidade, mas a *cobriam de dourado*.

Com perspicácia maior que a de José Martí, que em 1891 falaria de "letrados artificiais" opondo-lhes — fora de tempo — um "homem natural", ao que saberiam interpretar os caudilhos que sobre tais homens naturais edificariam suas ditaduras, José Pedro Varela comprova que os doutores universitários haviam vindo comodamente engrandando no poder dos caudilhos e que "o espírito universitário acha aceitável essa ordem de coisas, em que reservando-se grandes privilégios e proporcionando-se triunfos de amor-próprio, que conceitua como grandes vitórias, deixa entregue o resto da sociedade ao governo arbitrário".² Era a crítica, a partir das novas tendas racionalistas e, logo, positivistas, do meio século posterior à emancipação em que se havia reconstruído a *cidade letrada* mediante duas equipes intelectuais — conservadores e liberais — que se revezaram no poder e concluíram em um amálgama liberal-conservador que José María Samper já reconhecia por volta de 1862 na Colômbia.³

Sob a égide de Spencer, Pestalozzi ou Mann, a maneira

A cidade modernizada

A modernização que se inaugura por volta de 1870 foi a segunda prova a que se viu submetida a *cidade letrada*, muito mais arriscada que a anterior mas, ao mesmo tempo, pela ampliação do circuito letrado que presenciou, mais rica de opções e de questionamento.

As gazetas populares da imprensa de Antonio Vanegas Arroyo, no México (muitas ilustradas por José Guadalupe Posada), como as folhas soltas e revistas gauchescas no Rio de Prata, fizeram fogo sobre os "doutores". Novamente, como quando da Emancipação, um setor recentemente incorporado à letra desafiava o poder.

Também o fizeram os novos intelectuais, em especial os pedagogos que estavam surgindo e retomavam, sem tê-la conhecido, a lição de Simón Rodríguez. No seu livro *De la legislación escolar* (1876), o educador uruguaio José Pedro Varela arremete contra eles e contra a Universidad que os produzia: "Como classe, os advogados não são melhores que as outras profissões, nem mais morais, nem mais justos, nem mais desprendidos, nem mais patriotas; mas são mais atraídos em suas idéias e mais presunçosos".¹ Ele os atacava

tanto, com seu complicado mecanismo, com sua multiplicidade de funções e funcionários, supõe uma população ilustrada e educada na prática das instituições democráticas, de forma que daquela realidade e desta suposição resulta que vivemos em um engano e em uma mentira permanente. Uma coisa é o que dizem as leis e outra os fatos; constantemente as palavras são belas e os atos ruins, e constantemente também a mentira oficial não é nem mais audaz nem mais evidente que a mentira dos partidos que se encontram fora do poder".

(2) *Ibidem*, p. 68. No mesmo sentido, na p. 85: "Nas palavras costuma haver, portanto, antagonismo: mas na realidade existe a união estreita de dois erros e de duas tendências descontraídas, o erro da ignorância e o erro do saber aparente e presunçoso: a tendência autocrática do chefe de campanha, e a tendência oligárquica de uma classe que se crê superior. Ambos se auxiliam mutuamente: o espírito universitário presta às influências de campanha as formas das sociedades cultas, e as influências de campanha conservam à Universidade seus privilégios e o governo aparente da sociedade".

(3) José María Samper, *Historia de un alma*, Bogotá, Biblioteca Popular de Cultura Colombiana, 1948, t. II, pp. 171-78, referidas a sua amizade com Torres Caicedo: "Eu acreditava que realmente poderia haver um liberalismo conservador ou um conservadorismo liberal aceitável para todos os homens patriotas, sinceros e desinteressados em seu amor ao bem".

(1) *De la legislación escolar*, Montevideu, Editora de El Nacional, 1876, pp. 81-2. Além disso, na p. 64, denuncia como falsa a contradição caudilhinismo-civilismo que o liberalismo patrocinou: "Nossa organização política, no en-

de combater a cidade letrada e diminuir seus privilégios abusivos consistiu em reconhecer claramente o império da letra, introduzindo nele novos grupos sociais: é a origem das leis de educação comum, que se estendem pela América Latina desde a que em 1876 o próprio Varela redige, e, desde a mesma data, a progressiva transformação da Universidade, que ao incorporar-se ao positivismo amplia-se com escolas técnicas. Dues curvas sobressaem no período e explicam a demanda de pessoal técnico ou semipreparado: a demográfica e a de exportações, ainda que nenhuma delas dá o vertiginoso salto da curva de urbanização que consagra o triunfo das cidades cumprindo depois de vários séculos seu objetivo e impondo suas pautas ao contorno rural: "Quase todas as capitais latino-americanas duplicaram ou triplicaram a população nos cinquenta anos posteriores a 1880".⁵

"These cities were primarily conceived as bureaucratic centers; commerce and industry had almost no part in their formative period".*

disse Claudio Véliz, explicando que seus habitantes

"were employed in the service, or tertiary sector of the economy and included domestic servants as well as lawyers, teachers, dentists, civil servants, salesman, politicians, soldiers, janitors, accountants, and cooks".**⁶

(4) Richard M. Morse (com Michael L. Connif e John Wibell): *The Urban Development of Latin America, 1750-1920*. Stanford, Center for Latin American Studies, 1971; Nicolás Sánchez Albornoz, *La población de América Latina*, Madi, Alianza Universidad, 1977, cap. 5, "Governar é povoar".

(5) José Luis Romero, *Latinoamérica: las ciudades y las ideas*. México, Siglo XXI, 1976, p. 252.

(*) "Essas cidades foram concebidas inicialmente como centros burocráticos: o comércio e a indústria quase não interferiam em seu período de formação."

(**) "Eram empregados em serviços, ou setor terciário da economia, e abrangiam tanto empregados domésticos como advogados, professores, dentistas, funcionários públicos, vendedores, políticos, soldados, zeladores, condutores e cozinheiros."

(6) Claudio Véliz, *The Centralist Tradition of Latin America*, Princeton University Press, 1980, pp. 234-5.

Uma Parte considerável desse terciário (nome que na América Latina não é senão a modernização de um costume que remonta às origens da Conquista) correspondeu às instituições intelectuais. Às já existentes na administração, as insitidos rápido crescimento de três setores que absorveram numerosos intelectuais, estabelecendo uma demanda constante de novos elementos: a educação, o jornalismo e a diplomacia. Só Estado, ainda que, salvo os grandes diários e revistas ilustradas, a maioria dos órgãos jornalísticos, que continuaram sendo predominantemente políticos, que continuaram romântica, retribuíram serviços mediante postos públicos, de tal forma que as expectativas autônomas do jornalismo se transformaram em vias de acesso ao Congresso ou à Administração do Estado. Ainda com estas limitações, foi sem dúvida um campo autônomo em relação à concentração do poder, como o foi também a função educativa na medida em que cresceu suficientemente para não poder ser controlada rigidamente pelas esferas governamentais. É difícil imaginar se este crescimento do terciário avançou proporcionalmente ao desenvolvimento da economia, ainda que o traço pomposo e desconsiderável, que alguns historiadores interpretam como prova de seu excessivo crescimento ou da apropriação de riqueza que efetuou.

Apesar de tudo, o realmente certo foi a visão idealizada das funções intelectuais que viveu a cidade idealizada xando mitos sociais derivados do uso da letra, que serviam para alcançar posições, se não melhor distribuídas, sem dúvida mais respeitáveis e admiradas; foi "a mestra normal" (Manuel Gálvez) quem fixou os sonhos das jovens da baixa classe média ou foi "o doutorado" (*M'hijo el doctor*, na feliz fórmula de Florencio Sánchez) que ambicionaram para seus descendentes tanto os fazendeiros ricos como os comerciantes imigrantes, uns e outros analfabetos. A letra apareceu para seus alavanca de ascensão social, da respeitabilidade pública e da incorporação aos centros do poder; mas também, em um grau que não havia sido conhecido pela história secular do continente, de uma relativa autonomia em relação a eles, sustentada pela pluralidade de centros econômicos que a sociedade

* burguesa em desenvolvimento gerava. Para tomar o restrito setor dos escritores, acharam que podiam ser *reporters* ou vender artigos, desempenhar-se como mestres dos povoados ou suburbanos, escrever letras para as músicas populares, abastecer os folhetins ou simplesmente traduzi-los, produção suficientemente considerável para que ao finalizar o século se estabelecessem as leis de direito de autor e se fundassem as primeiras organizações destinadas a arrecadar os direitos intelectuais de seus filiados. No setor letrado acadêmico, o exercício independente das profissões chamadas ainda "liberais", ou a criação de institutos que proporcionassem títulos habilitadores (professores primários, de segundo grau) instauraram um espaço mais livre, menos diretamente dependente do Poder, para as funções intelectuais, e será neste leito que começará a desenvolver-se um espírito crítico que buscará abarcar as demandas dos estratos baixos, fundamentalmente urbanos, da sociedade, ainda que ambicionando, obsessivamente, infiltrar-se no poder central, pois afinal se continuou a vê-lo como o dispensador de direitos, hierarquias e bens.

Os limites deste incipiente processo autonômico, originado pela ampliação da base econômica liberal, podem ser apreciados analisando-se os mitos sociais que irromperam nas cidades, sobretudo quando comparados com os que pela mesma data se desenvolveram na zona norte-americana do continente. Naturalmente continuaram funcionando os grandes mitos sociais das classes baixas e inclusive com uma intensidade desconhecida, na medida em que a modernização alcançou boa parte de sua riqueza nas costas da classe camponesa: daí que os dois grandes mitos, simbolizados no rebelde e no santo, assumiram uma primazia que esteve fertilizada pelo banditismo e pelo messianismo religioso da época, concitando à adesão dos estratos inferiores, que sacralizaram ambas figuras enquanto portadores da resistência à opressão dos poderosos, figuras românticas que desafiavam a ordem injusta da sociedade custodiada pelas instituições e figuras solitárias, no que representavam a debilidade associativa dos homens das zonas rurais.

Junto a esses mitos que invadiram os subúrbios das capitais e que sobrevivem até nossos dias graças à massa de imigrantes rurais que os habitam, começam a desenhar-se os mitos letrados e urbanos a que fizemos referência, mas nenhum

deles consegue sobreviver nem ficar gravado profundamente no imaginário popular. Se se compararam duas zonas de intenso transplante europeu, como são os Estados Unidos e o Rio da Prata, observa-se que nesta última não chegaram ao esplendor os mitos individuais que se produziram na primeira. Darcy Ribeiro já observou que "os descendentes de imigrantes não conseguiram ainda estampar sua marca na ideologia nacional" argentina, o que se torna evidente se se evoca a extraordinária difusão do mito do pioneiro nos Estados Unidos, o conquistador e colonizador de terras de índios que originou toda a filosofia da "fronteira" e a cujos protótipos (o cowboy) se consagraram milhares e milhares de folhetos populares no século XIX e se se busca algum equivalente de alcance similar no sul. Sua inexistência obriga a reconhecer a força de impulsão que exerceu no sul a oligarquia dona de terras, paralisando o esforço democratizador que no norte cumpriram os pioneiros sedentos de terras. A "conquista do deserto" na Argentina segue de perto a "conquista do Oeste" nos Estados Unidos, mas a primeira é levada a cabo pelo exército e pela oligarquia, enquanto que a segunda deve uma parte importante aos esforços dos imigrantes, aos quais teve que reconhecer com propriedades.

Este reconhecimento do esforço individual, à margem e inclusive contra o poder do Estado, é o mesmo que alimentou os mitos urbanos norte-americanos que se definiram no *self-made man*. No campo letrado proveio de duas figuras heróicas e solitárias: o jornalista e o advogado, que até o dia de hoje e contra toda evidência realista dada à extraordinária concentração do poder que se efetuou nos Estados Unidos, continuam alimentando o imaginário popular. Esse jornalista, que escreve em um pequeno diário do interior, onde denuncia as injustiças e as arbitrariedades dos poderosos, aos quais termina vencendo, e esse advogado pobre que, diante dos tribunais, vence as maquiavélicas conjuras dos ricos e restabelece os direitos ou a inocência do acusado, são mitos urbanos e letrados que não se desenvolveram na América Latina. Contrariamente a um preconceito difundido acerca do indivíduo

(7) Darcy Ribeiro, *Las Américas y la civilización*, Buenos Aires, Centro Editor de América Latina, 1972 (2ª ed. rev.), p. 468.

lismo anárquico de seus habitantes, parecem apontar para uma situação exatamente oposta: o peso enorme das instituições latino-americanas que configuram o poder e a escassíssima capacidade dos indivíduos para enfrentá-las e vencê-las. Os mitos partem de componentes reais mas não são obviamente traduções do funcionamento da sociedade, e sim dos desejos possíveis de seus integrantes. São condensações de suas energias desejantes acerca do mundo, as quais na sociedade norte-americana se abastecem com amplitude nas forças individuais, enquanto nas latino-americanas descansam numa percepção aguda do poder, concentrado em altas esferas, e simultaneamente sobre uma sub-república desconfiança acerca das capacidades individuais para opor-se a ele. Dito de outra forma, a sociedade urbana latino-americana opera dentro de modelos mais coletivizados, seus mitos opostos do poder passam através da configuração de grupos, de espontâneas coincidências protestatárias, de manifestações e reclamações multitudinárias. Os mitos de camponeses-operários-e-estudantes que habitaram os discursos da esquerda, sobretudo a estudantil, desde a modernização para frente, são visivelmente urbanos e letrados, descendentes do pensamento europeu também, sem equivalente na sociedade norte-americana.

✓ Efetivamente, começou a manifestar-se desde fins do século XIX uma dissidência dentro da *cidade letrada*, que configurou um pensamento crítico.

Teve uma multiplicidade de causas, entre as quais se conta um sentimento de frustração e impotência (que arremudou o dos *criolos* em relação ao poder espanhol na Colômbia) e uma alta produção de intelectuais que não se adequava às expectativas reais da sociedade, que pareciam mais dinâmicas do que eram, que seriam incapazes de absorver essas capacidades, forçando-as ao traslado a países desenvolvidos. Mas esse pensamento não deixou de amoldar-se dentro de estruturas culturais que ainda que se apresentassem modernizadas repetiam as normas tradicionais. Certa vez, Vaz Ferreira assinalou que os que não haviam chegado a tempo de ser positivistas, haviam sido marxistas, apontando mais que a uma crítica de qualquer das duas filosofias, às adaptações que experimentaram em terras americanas as doutrinas recebidas do exterior: obrigatoriamente se ajustaram às tendências e comportamentos intelectuais elaborados pelas vigorosas tradi-

ções internas. Do mesmo modo que não tivemos o romantismo idealista e individualista alemão, mas o romantismo social francês, fazendo de Victor Hugo um herói americano, do mesmo modo o sociologismo positivista se combinou com enorme êxito com a mentalidade latino-americana, sendo Comte e Spencer pensadores aos quais se rendeu culto, não só por suas claras virtudes explicativas, mas porque essa doutrina se adaptava aos padrões coletivizados da cultura regional, permitindo interpretá-la por grupos e por classes, como se havia feito desde sempre (salvo que com um instrumental modernizado mais persuasivo), e, o que é mais grave, permitia que se seguisse trabalhando em um fechado marco regional ao que se aplicava uma teoria que, em compensação, postulava uma interpretação universalista. Pois, apesar das admoestações de Simón Rodríguez, o espírito colonizado continuava flutuando sobre as águas. Foi assim que a dissidência crítica continuou compartilhando enraizados princípios da *cidade letrada*, sobretudo o que a associava ao exercício do poder. Ainda que de fato estava produzindo um pensamento opositor independente, só tangencialmente atacava a tradicional concentração de poder. Dirigia a crítica aos que o exercitavam e às filosofias que punham em prática, procurando suplantar a uns e a outras. Um lema colonial pareceu reger este mecanismo que continuou funcionando até hoje e que em alguns países — México — tem flagrantes expressões: "Bom rei e mau governo".

De todas as ampliações letradas da modernização, a mais notória e abarcadora foi a da imprensa que, ao iniciar-se o século XX, resultou beneficiária direta das leis de educação comum propostas por abnegados pedagogos, tal como para a Inglaterra já observara Arnold Toynbee, proporcionando-nos uma imprensa popular, *existista* e em certas ocasiões marron, como em Buenos Aires o diário *Crítica* (Botana, 1913), apesar de que o maior sucesso coube aos jornais-empresas que terminaram sendo os pilares do sistema e parte ostensiva da *cidade letrada*: é o caso de *La Nación*, em Buenos Aires, ou *O Estado de S. Paulo*, no Brasil. Contrariamente às previsões dos educadores, os novos leitores não robusteceram o consumo de livros mas abasteceram de compradores os jornais e as revistas. O combate contra a *cidade letrada* que José Pedro Varela encarava, resultou na ampliação de suas bases de sustentação e

no fortalecimento da escritura e demais linguagens simbólicas em função de poder. Este foi explicitamente o projeto de Sarmento, mais preocupado com os efeitos da educação sistemática que os integrantes da geração jovem que apostaram em uma democratização que questionasse seus poderes. Os integrantes da geração modernizadora que viveram o suficiente ingressaram nas alternativas da cooptação, compassada com as transformações que vivia o poder.

Isso é evidente na evolução do mexicano Justo Sierra. Em 1878, de seu juvenil jornal *La Libertad* atacava "esses milagres humanos que se chamam constituições abstratas", "os espessos devaneios dos feitores de códigos sociais e democráticos", opondo-lhes o "fato prático de que o direito e o dever, no que têm de humano e real, são um produto da necessidade, do interesse, da utilidade".⁸ Seria Justo Sierra quem, ao fim de longos esforços, conseguiria a reconstrução da Universidade, que sempre foi a jóia mais preciosa da cidade letrada, dotando-a de um explícito caráter sacrossanto, que se chamou *autonomia*, à qual José Vasconcelos acrescentaria a palavra-de-ordem segundo a qual por sua boca racial falava nada menos que o Espírito.

Não agiram de outro modo, em 1918, os jovens rebeldes da Universidade de Córdoba, na Argentina, ao reclamar que fosse autônoma e órgão de condução da sociedade, em uma típica estratégia de ascensão social de um novo setor ou classe que busca alcançar uma instância de poder. A Universidade continuava sendo assim a ponte pela qual se transitava à *cidade letrada*, como o havia sido no século XIX, quando preparava as equipes do poder, sobretudo ministros e parlamentares, dotando-as agora de um campo operativo mais livre, que lhe permitisse cumprir tanto a função modernizadora como a integradora da sociedade. Em um período agnóstico, assumia plenamente as funções que haviam correspondido à Igreja, quando integrava o poder bicéfalo (o Trono e a Tiara).

(8) Justo Sierra, *Obras Completas*, Mexico, UNAM, 1977 (ed. Agustín Yáñez), t. IV, Periodismo político. A sua campanha política de 1878 em *La Libertad*, corresponde também esta declaração de princípios que pode se vincular à citada do colombiano Sarmento: "Declaramos, em consequência, não compreender a liberdade, se não é realizada dentro da ordem, e somos por isso conservadores: nem a ordem, se não é o impulso normal para o progresso, e somos, portanto, liberais" (t. IV, p. 146).

Mais além das argumentações da reforma universitária cordo-beza e da intensa ideologização democrática que desenvolveu, tratou-se de uma substituição de equipes e doutrinas, mas não de um assalto aos princípios que estatuíam a *cidade letrada*, os quais não só se conservaram, mas se fortaleceram ao se redistribuir as forças mediante novas incorporações. Os advogados tiveram que compartilhar o poder com as novas profissões (sociólogos, economistas, educadores) e a classe média se integrou ao sistema, mas nem assim os advogados foram substituídos em uma tarefa primordial da *cidade letrada*: a redação de códigos e de leis, para a qual obtiveram a contribuição de nova equipe filológica que se desenvolveram, fortalecendo o tradicionalismo, para compensar o transtorno democratizador que se vivia.

A assombrosa e desproporcionada *Réplica* que Rui Barbosa formulou em 1902 ao projeto de código civil que o Senado brasileiro examinava, não respondeu a um capricho egoísta, como se disse frequentemente, mas ao cumprimento cabal da função letrada, que teria consequências profundas na jurisprudência brasileira. Invocando a Bentham ("Tais palavras, tal lei") defendeu o princípio de que "um código civil terá de ser obra excepcional, monumento da cultura de sua época", pois "mais que ser uma realização científica, é uma grande expressão da literatura nacional"⁹ pelo que que sua escritura devia ser rigorosa, clara e, além disso, dissipar todos os equívocos possíveis. No caso dos códigos e das constituições, o rígido sistema semântico da *cidade letrada* encontrava justificativa plena, pois resultava obrigatório que respondessem a um unívoco sistema interpretativo. Este somente se podia fundamentar nos dois princípios linguísticos citados (origem etimológica e uso constante, ou seja, secular, por uma comunidade), pelo que remeteria fatalmente à tradição da língua, reatando com os ancestrais ultramarinos. Daí procede a nota tradicionalista correntemente anexada ao funcionamento da *cidade letrada* e também a importante contribuição que para

(9) Rui Barbosa, *Obras completas*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, 1963, vol. XXIX, t. II, pp. 92-3: "Com que outra coisa, a não ser com as palavras, se haviam de fazer as leis? Vida, propriedade, honra, tudo quanto nos é mais precioso, dependerá sempre da seleção das palavras" (*Ibidem*, t. III, p. 304).

seu apoio deram os estudiosos da língua americana, visto que era o instrumento que com maior alcance regia a ordem simbólica da cultura.

Desde 1870, o processo modernizador foi acompanhado — sutilmente compensado — pela criação das Academias da Língua, que até esse momento não haviam existido na América e que, tal como se formularam e organizaram, foram restabelecimento de vínculos com as fontes européias. Todas as Academias hispano-americanas nasceram como “correspondentes da Academia espanhola” desde a primeira fundada, a colombiana, de 1872. Somente duas exceções parciais poderiam ser citadas, que corresponderam às nações mais dinâmicas: a brasileira (de 1896), da que observou com sagacidade Oliveira Lima que “criou-se mais para consagrar a futura língua brasileira do que a passada língua portuguesa”¹⁰ e a argentina, estatuída como fraternidade de escritores simplesmente, talvez reconhecendo a pretendida autonomia de uma língua que em 1900 o francês Abeille celebrava como “nacional”, não como “castelhana”.

À margem da conhecida ineficácia dessas academias, salvo a colombiana, que contou com a melhor equipe lingüística americana, sua aparição foi a resposta da *cidade letrada* à subversão que se estava produzindo na língua pela democratização em curso, agravada em certos pontos pela imigração estrangeira, complicada em todos os lados pela avassaladora influência francesa e ameaçada pela fragmentação em nacionalidades que em 1899 provocava o aleta de Rufino José Cuervo: “Estamos, pois, nas vésperas de ficar separados, como ficaram as filhas do Império Romano”. Contra esses perigos a *cidade letrada* se institucionalizou.

Gerou uma equipe capacitada de lingüistas, que desenvolveu um esplêndido período de estudos filológicos, ainda que sua ação resultou mais eficaz onde exerceu diretamente a administração do Estado: foi o caso colombiano, em que o fundador da Academia da Língua, Miguel Antonio Caro, também haveria de ser presidente da República.

Mas, à *cidade letrada* da modernização, estariam reservadas duas magnas operações em que ficaria demonstrada a autonomia alcançada pela ordem dos signos e sua capacidade para estruturar vastos desenhos a partir de suas próprias premissas, subtraindo-se às conjunturas e particularidades do funcionamento vivo da realidade. Uma delas teve que ver com o vasto contorno da *Natureza* e as *culturas rurais* que se viam desenvolvendo autarquicamente. A outra com o próprio diorama artificial que constituía a cidade e que ainda seguia entrando a independência dos signos.

À primeira operação competia a extinção da *Natureza* e das *culturas rurais*, projeto inicial dominador que, pela primeira vez de modo militante, as cidades modernizadas levaram a cabo, buscando integrar o território nacional sob a norma urbana da capital.

Na sua “Alocução à Poesia” (1823), para que abandonassem a Europa e fosse para a América, Andrés Bello lhe havia proposto dois grandes temas: a natureza e a História. Só o segundo foi atendido pelos poetas enquanto o primeiro, apesar da suntuosidade de Heredia, não deixou de refletir a cosmética da escola européia onde foi aprendido, sem chegar a ter o acento autêntico que ficou reservado à ênfase heróica ou às dissidências amorosas. Apesar do programa romântico insistentemente proclamado, apesar de que não há lugar-comum mais elevado no pensamento estrangeiro que a “ubérrima natureza americana”, a América Latina não contou no século XIX com uma escola literária da envergadura do “transcendentalismo” norte-americano que deu *Nature*, de Emerson, já em 1836, o *Walden*, de Thoreau, em 1854, e os livros de viagens de Herman Melville, antes de publicar *Moby Dick* em 1851, nem contou com um movimento de artistas paisagistas como os da Hudson River School, que adotou o “iluminismo” pictórico com nomes que vão de Thomas Cole e Albert Bierstadt até Frederik Church (1826-1900), a quem devemos esplêndidas paisagens sul-americanas como nos entregaram os pintores locais, aos quais em troca foi pedida a grande parada militar, as gestas heróicas ou os retratos burgueses. Se algo testemunha o engenhoso espírito urbano da cultura latino-americana é este desvio pelos esplendores naturais, que se ainda fossem obrigados compromissos românticos, rapidamente se murcharam ao chegar a modernização. É caracte-

(10) V. seu ensaio “As línguas castelhana e portuguesa na América” (1906) em *Impressões da América Espanhola* (1904-1906), Rio de Janeiro, José Olympio, 1963 (ed. Manoel da Silveira Cardozo).

ristico que o venezuelano Pérez Bonalde entossasse uma *Ode ao Niágara*, que foi prolongada entusiasticamente pelo escritor que ainda durante a modernização defendeu tenazmente o tema da natureza: foi José Martí quem viveu anos nos Estados Unidos e recebeu o impacto tardio dos "transcendentalistas", consagrando amigos admiráveis a Emerson e a Whitman. Entre os latino-americanos não houve em todo o século XIX um Thoreau, que fosse viver na natureza, a proclamar suas glórias e a escrever seu *Diário*; os escritores residiram nas cidades, nas capitais se fosse possível, e ali fizeram suas obras, nesse marco urbano, ainda que as salpicassem da cor local de moda que exigia "natureza".

Dada esta tradição urbana, não houve maior problema em transportar a natureza a um diagrama simbólico fazendo dela um modelo cultural operativo onde ler, mais que a própria natureza, a sociedade urbana e seus problemas, projetados ao nível dos absolutos. Fizeram-no sagazmente os dois maiores poetas da modernização, Rubén Darío e José Martí, que construíram estruturas de significação, mais enganadora mente estéticas no primeiro e mais dramaticamente realistas no segundo.¹¹ Mas continuava de pé outro problema, constituido pela produção cultural dos homens, presumivelmente naturais que viviam nessa Natureza, na realidade constituída por suas principais construções simbólicas, como a língua, a poesia, a narrativa, a cosmovisão, as mensagens históricas, as tradições longamente elaboradas, que fluíam dentro de um sistema produtivo majoritariamente oral, que tinha peculiaridades irreduzível aos sistemas de comunicação urbana.

Na sua carta-prólogo ao *Martín Fierro* (1872), José Hernández descreve detalhadamente sua tarefa investigadora, como de novelista naturalista, para conhecer os homens e os costumes de que trata seu livro. Conclui dizendo que se empenhou em retratar "o mais fielmente que me fosse possível, com todas as suas especialidades próprias, esse tipo original de nossos pampas, tão pouco conhecido pelo mesmo fato de que é difícil estudá-lo, tão erroneamente julgado muitas vezes,

(11) Estudei o ponto no meu prólogo a Rubén Darío, *Poesía*, Caracas, Biblioteca Ayacucho, 1977 e no meu ensaio "Indagación de la ideología en la poesía (Los dísticos serñados de *Versos sencillos*)" em *Revista Iberoamericana*, 112-113, julho-dezembro de 1980.

e que, no passo em que avançam as conquistas da civilização, vai se perdendo quase por completo".¹²

Em quem foi o mais ferrenoso comandante dos homens da cultura rural rioplatense, quando receberam o impacto destruidor da política liberal, estas precisões metodológicas no início de sua obra testemunham duas coisas que veremos repetidas em outros livros da chamada "literatura gauchesca", e, com mais amplitude, em muitos outros referidos aos costumes e às produções culturais do campo americano: 1) a aplicação de um instrumental que aspira a ser realista, probo e científico, cuja única existência denota a distância que existe entre o pesquisador e o objeto observado, entre dois mundos diferentes aos quais pertencem, respectivamente, e que ainda continuam sendo os da civilização e o da barbárie, ainda que já não seja esta a palavra que se usa para descrever os rurais; 2) a comprovação complementar de que o estudo se refere a uma espécie que já está em vias de extinção, à maneira das pesquisas antropológicas sobre remanescentes de povos primitivos. A pesquisa civilizada se aplica a um universo cultural que está desintegrando-se e que se perderá definitivamente, pois carece de possibilidade evolutiva própria.

Na medida em que esse universo agonizante funciona à base de tradições analfabetas e usa um sistema de comunicações orais, pode-se dizer que a letra urbana acode a recolhê-lo no momento de sua separação e celebra mediante a escritura seu rresponso funeral, pois a operação de Hernández, como a de muitos *costumbristas*, foi escriturária e, em princípio, destinado ao público alfabetizado urbano. O imprevisível sucesso de *El gaúcho Martín Fierro* situou o livro na fronteira entre as duas comunidades: enquanto uns, a minoria, o leram, outros, a maioria, o ouviram ler ou recitar e começaram a conservá-lo na memória como uma lição que já se recusava aos sistemas transformativos orais.

A modernização executa operações similares em lugares distanciados entre si do continente, pois, em diversos graus, às culturas rurais afetadas pelas pautas civilizadoras urbanas começam a desintegrar-se em todos os lugares e os intelectuais apressam-se em recolher as literaturas orais em processo de

(12) *Poesía gauchesca*, Caracas, Biblioteca Ayacucho, 1977, p. 192.

definhamento. Por generoso e obviamente utilíssimo que tenha sido este empenho, não pode deixar de se comprovar que a *escritura* que utiliza, aparece quando declina o esplendor da *oralidade* das comunicações rurais, quando a memória viva das canções e narrações da área rural está sendo destruída pelas pautas educativas que as cidades impõem, pelos produtos substitutivos que põem em circulação, pela extensão dos circuitos letrados que propugnam. Neste sentido a *escritura* dos letrados é uma sepultura onde é imobilizada, fixada e detida para sempre a produção oral. Esta é, por essência, alheia ao livro e à sua rigidez individualizadora, pois se modula dentro de um fluxo central em permanente plasmagem e transformação. Rege para este material a observação de Lévi-Strauss de que todas as variantes compõem o mesmo mito, o que não só reconhece sua adaptação a diferentes circunstâncias concretas, mas também a introdução dentro dele do fator histórico (difícilmente mensurável nos mitos das culturas primitivas mas facilmente comprovável nas invenções verbais das culturas rurais)⁷, que aporta variantes sobre o fluxo tradicional, em certo modo atemporal, adaptando-o aos requerimentos das circunstâncias históricas. Apesar do reconhecido conservantismo das culturas rurais, derivado do *tempo* lento de sua evolução, e apesar do apego à lição transmitida pelos mais velhos, derivado do seu sistema educativo, que concede nível superior à sabedoria da experiência, essas culturas nunca estiveram imóveis, nem nunca deixaram de produzir novos valores e objetos, nem recusaram as novidades transformadoras, salvo que integraram todos esses elementos dentro do acervo tradicional, rearticulando-o, elegendando e rechaçando sobre esse contínuo cultural, combinando seus componentes de maneira distinta e produzindo respostas adequadas às modificações históricas. Poder-se-ia argumentar que não é radicalmente diferente o processamento cultural urbano, apesar de o ritmo deste ser muito mais acelerado, as substituições mais rápidas, a individualização dos produtos mais exigentes. Mas sobretudo é diferente o recorte que as culturas urbanas introduzem em seu fluxo peculiar, a nítida consciência com que traçam os limites que separam um produto do conjunto e o incorporam a um nível distinto, superior, reclassificando-o dentro de planos diferentes que respondem a demandas também diferentes. Assim são produzidas as obras literárias.

No hemisfério brasileiro da América Latina, a recopilação (segregadora e limitadora do contínuo) esteve a cargo de um intelectual de ardente espírito modernizado, imbuído das diferentes escolas científicas europeias de seu tempo, de Gerwinus, Buckle y Curtius, a Scherer e Julian Schmidt. Trata-se do famoso São Paulo da escola teuto-sergipana, Sívio Romero (1851-1914), que procurou dominar o instrumental científico, rígoroso e eficiente de que era capaz a cultura europeia da época,¹³ para aplicá-lo à recopilação das literaturas orais do Brasil: os *Contos populares do Brasil*, em 1883, e os *Contos populares do Brasil*, em 1885, precedidos pelos Estudos sobre a *Poesia Popular no Brasil* aparecidos na *Revista Brasiliense*, em 1879-80. Nestes já foi visível que ficara para trás a fé romântica no que Grimm havia chamado de "infalibilidade popular", substituída pela análise metódica (científica) de um material que era retirado de sua função cognoscitiva, enquanto sistema de vida de uma comunidade, para incorporá-lo ao que já não podia ser outra coisa senão literatura. Para este caso André Malraux também teria dito que os deuses entravam ao Museu da Arte, como estátuas, simplesmente.

Foi essa também a norma que regou a expansão do *cos-tumbrismo* e da novela realista. Seus autores se basearam em preceitos similares, mais ou menos científicos, que fixavam a especificidade de um novo campo, dentro da estreita divisão do trabalho que o pensamento positivista propugnava, a ser-viço da estrutura econômica e social em curso. Esta divisão do trabalho não somente distribuía os países para funções diferenciais, e dentro delas os indivíduos para especialidades recortadas dentro da totalidade, mas que também fixava rótulos ordenadores e classificadores dos materiais. Pela primeira vez na América Latina começaram a construir-se as *literaturas*, obedecendo à redistribuição organizada pelo romantismo e tardiamente aplicada ao continente. Na época assistimos à eclosão das primeiras histórias literárias (da do mexicano Francisco Pimentel à do brasileiro Sívio Romero) que desenhavam tramas discursivas onde se reúne e se organiza um ma-

(13) V. Antônio Candido, *O método crítico de Sívio Romero*, São Paulo, FFCLUSP, Boletim N.º 266, 1963 (2.ª ed.).

terial heteróclito, articulando seus diversos componentes para que obedecam a um plano previamente traçado. Esse foi o cumprimento do projeto nacionalista.

Com atraso, já dentro de outras perspectivas metodológicas, se cumpriu com as proposições românticas, nascidas na Europa quando se estabeleceram ali as condições sócio-econômicas que parcialmente se repetiram na América meio século depois. O conceito de literatura tomou corpo, substituindo o de belas-letras e, da maneira como o haviam interpretado Louis de Bonald e Madame de Staël, legitimou-se no sentimento nacional que era capaz de construir. Esta nova especificidade deslindou um campo do conhecimento com bases autônomas. Como havia acontecido com os românticos, este desenho foi em parte conseqüência e em parte fortalecido pelas humildes produções orais das culturas rurais, pois a concepção nacional se enriqueceu com o ingrediente popular, cuja longa história e cujo conservantismo outorgaram ampla base legitimadora à nacionalidade. Era previsível que fosse o Brasil, país cuja produção literária mais articuladamente havia contribuído à constituição nacional, onde primeiro se recorre à rica contribuição popular, apesar de que isso logo seria reiterado na Argentina,¹⁴ com Ricardo Rojas, como retomada de um nacionalismo que se imporia em todo o continente já com o século XX em desenvolvimento.

Não somente havia que desenhar um novo rótulo classificatório, usando o conceito de literatura, para incorporar esses materiais populares; era também necessário que estivessem morrendo enquanto formas vivas da cultura rural. Sua agonia facilitou a demarcação dos materiais e sua transferência à órbita das literaturas nacionais. Um crítico observou que "Nineteenth-century costumbristas, for instance, who were responsible for the collection and preservation of such material, were activated by this sense of imminent loss even when they also resigned themselves to its inevitability",¹⁵ o que

(*) "Os costumbristas do século XIX, por exemplo, que eram responsáveis pela coleta e preservação desse material, eram ativados por esse senso de perda iminente mesmo quando também se resignavam a sua inevitabilidade."

(14) Jean Franco, "What's In a Name? Popular Culture Theories and Their Limitations" em *Studies in Latin American Popular Culture*, vol. 1, 1982, p. 7.

deve ser visto dentro do marco geral que é sintetizado desta forma por um historiador: "Elsewhere, progress as conceived and implemented by the elites tended not only to impoverish but to deculture the majority. As the folk culture lost to modernization, the options for the majority diminished".¹⁶

A constituição da literatura, como um discurso sobre a formação, composição e definição da nação, haveria de permitir a incorporação de múltiplos materiais alheios ao círculo anterior das belas letras que emanavam das elites cultas, mas implicava, além disso, uma prévia homogeneização e higienização do campo, o que somente podia ser realizado pela escrita. A constituição das literaturas nacionais que se cumpre no final do século XIX é um triunfo da *cidade das letras*, que pela primeira vez em sua longa história, começa a dominar o seu contorno. Absorve múltiplas contribuições rurais, inserindo-as em seu projeto e articulando-as com outras para compor um discurso autônomo, que explica a formação da nacionalidade e estabelece admiravelmente seus valores. É estritamente paralela à impetuosa produção historiográfica do período, que cumpre as mesmas funções: edifica o culto dos heróis, situando-os acima das facções políticas e tornando-os símbolos do espírito nacional; dissolve a ruptura da revolução emancipadora que haviam cultivado os neoclássicos e inclusive os românticos, recuperando a Colômbia como o obscuro berço onde se havia forjado a nacionalidade (no Brasil é a obra pioneira de Capistrano de Abreu); redescobre as contribuições populares, regionalistas, como formas incipientes do sentimento nacional e, timidamente, as contribuições étnicas mestiças; sobretudo, confere organicidade ao conjunto, interpretando este desenvolvimento secular sob a perspectiva da maturação nacional, da *orden e progresso* que leva adiante o Poder.¹⁶

(*) "Em outros lugares, o progresso, tal como concebido e implementado pelas elites, tendeu não apenas a empobrecer como a desculturar a maioria. A medida que a cultura popular perdeu para a modernização, as opções para a maioria diminuíram."

(15) E. Bradford Burns, "Cultures in Conflict: The Implications of Modernization in Nineteenth-Century Latin America" em *Elites, Masses and Modernization in Latin America*, 1850-1930, Austin, University of Texas Press, 1979, pp. 76-7.

(16) O melhor expoente mexicano foi a obra de Justo Sierra, *Evolución política del pueblo mexicano* (1900), à qual parece apontar José C. Valadés,

A literatura, ao impor a escritura e negar a oralidade, nega o processo produtivo desta e o fixa sob as formas de produção urbana. Introduz os interruptores do fluxo que recortam a matéria. Obviamente não faz desaparecer a oralidade, sequer dentro das culturas rurais, pois a desculturação que a modernização introduz dá lugar a novas neoculturas, mais fortemente marcadas pelas circunstâncias históricas. Para estas, a *cidade das letras* será cega; também para o processo similar que ocorre dentro da própria cidade, onde se prolonga a produção oral misturando-se com a escrita e dando lugar a novas linguagens, sobretudo através da *mezzo-música* e do teatro.

A apropriação da tradição oral rural a serviço do projeto letrado conclui com uma exaltação do poder. E esse claramente o objetivo das conferências que Leopoldo Lugones pronuncia em Buenos Aires, em 1913, diante dos membros do Poder Executivo, reunidos três anos depois em seu livro *El payador*:

Intitulo este livro com o nome dos antigos cantores errantes que percorriam nossos campos trovando romances e versos, porque foram eles os personagens mais significativos na formação de nossa raça. Tal como se passou em todas as outras do tronco greco-latino, aquele fenômeno se iniciou também aqui com uma obra de beleza. E deste modo foi seu agente primordial a poesia, que ao inventar uma nova linguagem para a expressão da nova entidade espiritual constituída pela alma da raça em formação, colocou o fundamento diferencial da pátria.¹⁷

É um manifesto arcaizante e idealizante, que combina os lugares-comuns da retórica patriótica, agregando-lhes ênfase

(17) Apesar de excetuá-la em seu requisição contra a historiografia porfirista: "Foi durante o regime porfirista, quando a história oficial ganhou sólidas bases. Filho de uma paz antinatural, essa história forjada por próceres literários do porfirismo, cobriu com o espesso manto da autoridade, idéias, homens e fatos que pareciam contrários ao salmo pacifista; e se conservou algumas figuras e pensamentos foi à guisa de adorno para suas páginas" (*El porfirismo. Historia de un régimen. El crecimiento*, México, Pátia, 1948, p. XXV).

(17) *El payador*, Caracas, Biblioteca Ayacucho, 1979, p. 14.

ção de um mortal, vivem-se no final do século em muitas cidades latino-americanas.²⁰ A cidade física, que objetivava a permanência do indivíduo dentro de seu contorno, transformava-se ou se dissolvia, desarraigando-o da realidade que era de seus constituintes psíquicos. Além de tudo, nada dizia num cenário com o qual não tinham uma história em comum e ao qual portanto contemplavam, pelo longo tempo de seu assentamento, como um universo alheio. Houve, portanto, uma generalizada experiência de desenraizamento ao entrar a cidade ao movimento que regia o sistema econômico expansivo da época: os cidadãos já estabelecidos anteriormente viam desvanecer-se o passado e se sentiam precipitados à precariedade, à transformação, ao futuro; os cidadãos novos, pelo esse estado de precariedade, careciam de vínculos emocionais com o cenário urbano que encontravam na América e tendiam a vê-lo em termos exclusivos de interesse ou comodidade. Eram previsíveis os conflitos e a literatura da época os refletiu, ainda que acentuando o matiz xenóforo, pois foram os cidadãos já estabelecidos, descendentes de velhas famílias, os que escreveram. No entanto, o problema era mais amplo e circunscrito a todos: a mobilidade da *cidade real*, seu tráfico de deslocamentos, suas sucessivas construções e demolições, seu ritmo acelerado, as mudanças que os novos costumes introduziam, tudo contribuiu para a instabilidade, a perda do passado, a conquista do futuro. A cidade começou a viver para um impreviável amanhã e deixou de viver para o ontem nostálgico e identificador. Difícil situação para os cidadãos. Sua experiência cotidiana foi a de estranhamento.

Para reparar este estado, recorre à escritura. Ela cumpre uma operação estritamente paralela à desempenhada com as

(20) No *Meu diário*, do mexicano Federico Gamboa, esta queixa de 25 de abril de 1895: "Meu México se vai! O vestuário Café de Iturbide tão cheio de caráter e de cor local, propriedade de franceses desde sua fundação, já passou para mãos yanques, com misturas daqui e parouquianos de lá...". E um ano antes, dia 12 de abril: "Como um belo dia virá uma picareta e nem deixará rastros, é bom que fique pelo menos um esboço desta nunca bem ponderada botica na rua do Coliseu, que o México inteiro conhece e conheceu de alguns lustros mais". (*Diário de Federico Gamboa*, ed. José Emilio Pacheco, México, Siglo XXI, 1977, pp. 54 e 52, respectivamente).

98

culturas orais dos campos. Com os produtos destas havia con- seguido fundar persuasivamente a nacionalidade e, subsidiariamente, a literatura nacional, beneficiando-se de sua desintegração e de sua incapacidade para se reproduzir criativamente dentro de uma via autônoma. Analogamente o fará com a própria cidade, lançando-se à reconstrução do passado abolido com fingida verossimilhança, apesar de que reconver- tendo-o às pautas normativas, e além disso moveidias, da cidade modernizada. Se com o passado dos campos constrói as raízes nacionais, com o passado urbano constrói as raízes identificadoras dos cidadãos. E em ambos os casos cumpre uma suntuosa tarefa idealizadora que infundirá orgulho e altivez aos autênticos descendentes daqueles homens do campo, daqueles homens das grandes aldeias, forçando os admiráveis pobres chegados do exterior a que assumam tão admiráveis progenitores. A escritura construiu a sociedade em um projeto, identificação nacional, enquadrou a sociedade por esses demas se por um momento os homens concernidos por esses signos se tivessem posto a refletir, haveriam estabelecido que tudo isso que resultava tão importante eram simplesmente planos desenhados no papel, imagens gravadas em aço, o cursos de palavras enlaçadas, e ainda menos e mais que isso, que as consciências chegavam a sonhar a partir dos materiais escritos, atravessando-os com o olhar até perdê-los de vista para só desfrutar do sonho que eles excitam no imaginário, desencadeando e canalizando a força desejante.

Das Tradições peruanas de Ricardo Palma até A grande

aldeia do argentino Lucio V. López, dos Recuerdos del pasado do chileno Pérez Rosales ao México em cinco siglos, de V. Riva Palacios, durante o período modernizado assistimos a uma superprodução de livros que contam como era a cidade antes da mutação. É em aparência uma simples reconstrução nostálgica do que foi e já não é, a reposição de um cenário e de costumes que se desvaneceram e que são registrados "para que não morram", a aplicação de uma insígnia goetheana segundo a qual "só é nosso o que perdemos para sempre". Uma pesquisa mais detalhada permite descobrir o previsível, sabendo que não há texto que não esteja determinado por uma situação de presente e cujas perspectivas estruturantes não partam das condições específicas dessa situação: essa nutrida produção fini-secular está marcada pela ideologia do mo-

mento e mais que um retrato do já inexistente, que portanto não pode acudir a oferecer a prova corroborativa, encontramos nesses livros uma invenção ilusória gerada pelo movimento, a experiência do estranhamento, a busca de raízes, o afã de uma normatividade que abarque a todos os homens.

Quando a *cidade real* muda, se destrói e se reconstrói sobre novas proposições, a *cidade das letras* encontra a conjuntura favorável para incorporá-la à escritura e às imagens que — como sabemos — estão igualmente datadas, trabalhando mais sobre a energia desatada e livre do desejo que sobre os dados reais que se inserem no canhão ideológico para proporcionar a cor real convincente. Esta função ideológica da cidade passada se aprecia ainda melhor se se observa que deve ser composta com a outra parte do dúplice que se produz nas mesmas datas e nos dota das obras utópicas sobre a cidade futura. Esta outra parte complementar da atividade letrada sobre a cidade já se havia produzido nas letras ocidentais, em especial sob a inspiração dos utopistas (Robert Owen, Saint-Simon, etc.) e nos dotou de peças-chave, como a de William Morris (*News from Nowhere*) ou a de Edward Bellamy (*Looking Backward*), assim como inúmeros projetos de realização, muitos dos quais se orientaram para o "novo continente" como no Renascimento.²¹ No entanto, talvez o voo mais desbarçado da imaginação tenha que ser buscado nas visões de cidades sonhadas, do que corretamente Rimbaud chamou *Les Illuminations*. Esta produção de utopias não entusiasma os grandes escritores cultos na América Latina, e freqüentemente foi obra de amadores. No caso do Uruguai, uma esteve a cargo de um arrematador, Francisco Pira (*Uruguay en el año 2000*) e outra de um esplêndido pintor, Pedro Figari (*Historia Kiria*).

A construção da cidade futura não foi menos obra do desejo e da imaginação, não foi menos resposta ao movimento desintegrador do sólido cenário dos homens, que a construção da cidade passada, salvo que esta pôde ser engalanada com o discurso verossímil do realismo decimonônico. Pelo que é imprudente utilizar como referências históricas rigorosas, as que

(21) V. *Utopismo socialista* (1830-1893), Caracas, Biblioteca Ayacucho, 1977 (ed. Carlos M. Rama).

aparecem na multidão de livros sobre Buenos Aires, Montevídeu, Santiago, México ou Rio de Janeiro antigos, que preencheram a época. Mais adequado é lê-los como a parcimoniosa edificação de modelos culturais que quer estabelecer uma nova época, respondendo ao estranhamento em que vivem os cidadãos. Sua mensagem fundamental não se encontrará nos dados evocativos, mas na organização do discurso, nos diagramas que fazem a transmissão ideológica (tão intensa em livros que aparentemente só querem testemunhar a objetiva realidade do passado), no tenaz esforço de significação de que é capaz a literatura. Pois esta — convém não esquecê-lo — não está submetida à prova da verdade, suas proposições não podem ser enfrentadas com os fatos externos; só podem ser julgadas interiormente, relacionando umas com as outras dentro do texto e portanto registrando sua coerência mais que sua exatidão histórica. No mesmo momento em que se dissolviam os fatos externos, nascendo dessa dissolução libertadora pôde-se desenvolver o discurso literário que edificava uma cidade sonhada. Um sonho o futuro, um sonho o passado, e só palavras e imagens para excitar o sonhar.

Desaparecidos os dados sensíveis, esses significantes da linguagem urbana, conquista-se o direito de redimensioná-los de acordo com as puras significações que se quer transmitir a quem não será outra coisa senão um leitor. Ainda este, desprendido dos vínculos reais, parece absorvido pelo universo dos signos. A vida arraigada a que estava acostumado se dissolve, é arrastada pelo movimento transformador que não cessa e sem dúvida perde pé; só pode se recuperar, só pode reencontrar raízes analógicas, no mundo vicário que os signos constroem. À fixação persuasiva que os signos ganham uma condição que não é somente filha dos tempos que correm, mas de sua natureza peculiar: constituem modelos culturais que é possível manipular com destreza, podem ser acondicionados a variadas estruturas da significação, podem substituir-se facilmente uns pelos outros, segundo as pulsões do imaginário. Traçam entre todos um movimento confílidez, a imobilidade, o arraigamento.

Quando, desde o final do século XIX a cidade é absorvida nos dioramas que as linguagens simbólicas desenvolvem e toda ela parece tornar-se uma floresta de signos, começa sua sacra-

BIBLIOTECA 47333
HISTÓRIA - FOLIOB
USP

lização pela literatura. Os poetas, como disse o cubano Julián del Casal, são possuídos pelo "impuro amor das cidades" e contribuem ao avorecescente *corpus* em que elas são exaltadas. Praticamente ninguém se esquivava deste encargo e todos contribuem à tarefa sacralizadora: "*Mi Buenos Aires querido, quando yo te vuelva a ver, no habrá más penas ni olvido*".

Dir-se-ia que não sobra lugar para a *cidade real*. Salvo para a contraria dos poetas, e durante o tempo em que não são cooptados pelo Poder. Nessa pausa indecisa eles são vistos ocupar as margens da *cidade das letras* e oscilar entre ela e a *cidade real*, trabalhando sobre o que uma e outra oferecem, em um exercício ricamente ambíguo à maneira em que o via Paul Valéry: "*Hésitation prolongée entre le son et le sens*". Durante essa vacilação estão combinando um mundo real, uma experiência vivida, uma impregnação autêntica com uma ordem de significações e de cerimônias, uma hierarquia, uma função do Estado. O poder tende sempre a incorporá-los e o traço desta passagem fica registrada na palavra poética. E a distância que vai do brilho e do irônico tremor de *Recuerdas que querías ser una Margarita Gautier?* ao estrondo do *Canto a la Argentina*. Ainda assim, deve-se convir que os membros menos assíduos da *cidade das letras* foram e são os poetas e que ainda que incorporados à órbita do poder, sempre resultaram perdidos e incongruentes.

A pólis se politiza

A modernização internacionalista, que aproximadamente se estende de 1870 a 1920, e cuja arrogante autocelebração se encontra nas festas do primeiro centenário da Independência, com datas escalonadas entre 1910 e 1922, consagrou um segundo nascimento da vasta região americana ao sul do rio Grande. Os que haviam sido conturbados estados separados da Espanha e Portugal, converteram-se na pujante América Latina que consolida sua vinculação à economia-mundo ocidental e constrói sua reconhecível imagem contemporânea, pois nesse período se forjam as bases da América Latina atual. No dia seguinte à festiva celebração do centenário da Independência hispano-americana, começa para este hemisfério da América Latina o século XX: é em 1911, a revolução mexicana que inicia as sucessivas sacudidas político-sociais em busca de uma nova ordem, ainda controlados pela ação de forças internas que procuram dar expressão à estrutura sócio-econômica que se havia forjado no corpo da mencionada modernização. Quando só parcialmente se havia resolvido o conflito, a crise mundial de 1929 primeiro e logo depois a mais catastrófica de 1973, agudizam a situação e descarnam as contradições do corpo social, demonstrando: por um lado, o avançado da incorporação latino-americana à economia-mundo; por outro, a debilidade de sua integração dependente, ao aumentar a distância entre centro e periferia na

economia do capitalismo. Sobre a base detonadora da modernização latino-americana (1870-1900), onde sempre poderemos recuperar *in nuce* os temas, problemas e desafios que animarão a vida contemporânea do continente, o século XX transcorre com agitação e mobilidade crescente, de crise em crise. Primeiro, na fase nacionalista que, incubada desde a abertura do século, acaba triunfando de 1911 a 1930; logo depois, na populista, que se prolonga de 1930 a 1972 e que já nos parece teleguiada por forças internacionais alheias às vontades latino-americanas, que só podem opor-lhe respostas muitas vezes confusas ou errôneas, como se em outras circunstâncias se recuperassem situações dos primeiros séculos coloniais: por último, o catastrófico período que se abre por volta de 1973 e que só dez anos depois revelou sua insustentável gravidade.

Qual foi a evolução da *cidade das letras* em época tão revolta, quais suas *estostas* e qual, inclusive, sua vigência, se por acaso houve alguma ponderável? Quais, além disso, as oposições que se opuseram a elas, se por acaso voltaram a formular-se as críticas que ouvimos, depois da Emancipação, em Lizardi ou Simón Rodríguez? Este roteiro com que até procurou caracterizar a *cidade das letras*, segundo suas seculares idas e vindas, passará agora da história social à história familiar, para desembocar finalmente numa quase biografia, anunciando a previsível entrada de juízos e preconceitos, realidades e desejos, visões e confusões, sobretudo porque a percepção culturalista que me guiou até aqui, ao chegar aos subúrbios do presente, concede primazia a outro componente obrigatório da cultura, que é a política.

Sem dúvida, o período da modernização incorporou novas pautas de especialização, respondendo à mais rígida divisão do trabalho, tal como se traduziu nos mais diversificados planos de estudo da Universidad positiva, em sociedades que enfrentavam complexas demandas de conhecimentos. Já o letrado não pôde aspirar a dominar a orbe inteira das letras (nem sequer a recente profissão dos jornalistas) de modo que se delimitaram com maior precisão velhas e novas disciplinas, e tivemos historiadores, sociólogos, economistas e literatos. Tivemos também políticos e politicólogos, mas, contrariamente a uma argumentação muito difundida, a política não deixou de ser um assunto ao qual contribuíram grupos muito

diversos e disciplinas intelectuais bastante diferentes, pelo mesmo fato de ser o campo da *res pública*, em um tempo em que se havia alcançado finalmente a paz (no Brasil se havia imposto a República, depois de abolir-se a escravidão), em que funcionaram ativamente os partidos (alguns renovados, a maioria novos), cujos debates transitaram pelo expandido jornalismo que abarrotou as cidades, em que o imperialismo norte-americano iniciou um avanço que abalou o continente (guerra hispano-americana, desmembramento da Colômbia, múltiplas intervenções), em que a crescente importância do Estado gerou um áspero debate pelo poder, ao mesmo tempo em que se incorporavam à América Latina recentes doutrinas sociais (anarquismo, socialismo, comunismo).

Convém revisar esse lugar-comum, com particular referência aos literatos, pois eles foram vistos retirando-se de toda atividade política, encerrando-se em torres de marfim e consagrando-se exclusivamente à sua vocação artística. Claro que acompanharam a divisão do trabalho em curso e fizeram de sua produção artística uma profissão que exigia fundados conhecimentos e, inclusive, raros tecnicismos. Pelo que aborteceram, ainda mais que os retardatários, aos meros aficionados que os seguiram e, unanimemente, aos que Herrera y Reissig chamou de "os cabeleiros da crítica", tipificados no personagem universal definido por Remy de Gourmont: "*celui qui ne comprend pas*".

Mas esta concentração na orbe privativa de seu trabalho — a língua e a literatura — que deveria ser tão benéfica para o desenvolvimento das letras latino-americanas, não os retraiu da vida política, apesar de que muitos tiveram consciência de que nela desperdiçavam energias que teriam sido mais eficientes se aplicadas à produção artística, que foi percebida como alto valor, tanto ou mais importante para a sociedade que as atividades políticas, jornalísticas, diplomáticas ou meramente mundanas. Nem sequer desapareceu o modelo decimonônico fixado por Sarmiento e haveríamos de ter altos poetas (Guillermo Valencia) que aspiraram à presidência e robustos novelistas que a alcançaram: Rómulo Gallegos.

Esta dupla perspectiva, em que houve especialização, até chegar à absorvente paixão de Darío, e simultaneamente à participação generalizada no foro público, onde se jogava com

frequência o destino pessoal — e que não foi avaliada suficientemente.

Pedro Henriquez Ureña intitulou seu excelente resumo dos anos 1890-1920, com uma fórmula pouco feliz, *Literatura pura*, explicando-a nestes termos:

"Começou uma divisão do trabalho. Os homens de profissões intelectuais trataram agora de limitar-se à tarefa que haviam escolhido e abandonaram a política; os advogados, como de costume, menos e depois que os demais. O timão do Estado passou às mãos dos que eram apenas políticos; nada se ganhou com isso, muito pelo contrário. E como a literatura não era na realidade uma profissão, mas uma vocação, os homens de letras se converteram em jornalistas ou professores, quando não em ambas as coisas".¹

Provavelmente pensava em Darío e em alguns dos poetas modernistas, a minoria, dado que a maioria interveio em política ou não deixou de escrever sobre temas políticos (Manuel Díaz Rodríguez, José Juan Tablada, José Santos Chocano, Leopoldo Lugones, Franz Tamayo, Guillermo Valencia, até Julio Herrera y Reissig) ainda que também aqui poderia agregar-se que "nada se ganhou com isso, muito pelo contrário", opondo-se a esse mito tenaz, desenhado, argumentado e difundido pelos letrados, de que são eles os que mais entendem de assuntos políticos e dos negócios públicos das sociedades. Incorporado desde a França no alvorecer da Independência, tornou-se consistente no pensamento liberal do século XIX e, longe de debilitar-se durante a modernização, adquiriu dimensão extensa e vaga, para continuar no século XX uma carreira de sucesso para que o sociólogo C. Wright Mills o considerasse definidor do comportamento intelectual latino-americano. Se esse mito proliferou entre os poetas da modernização, realçando o orgulho profissional letrado contra toda evidência objetiva, haveria de pesar muito mais entre a crescente falange dos ensaístas (José Enrique Rodó, Francisco Bulnes,

(1) *Las corrientes literarias en la América hispánica*, México, Fondo de Cultura, 1949, p. 165.

Baldomero Sanín Cano, Carlos Arturo Torres, Francisco García Calderón, Rafael Barret, José Ingenieros, Alcides Arguedas e tantos outros), que junto aos poetas formaram o grosso da atividade escriturária da época, seguidos pelos novelistas naturalistas, todos os quais estiveram praticamente submergidos na vida política e não só o mostraram em seus ensaios ocasionais, mas também diretamente em suas obras narrativas.² Dadas as tradições existentes no continente, era previsível que acontecesse assim, no momento em que se expandia a equipe intelectual em consequência do crescimento social, ainda quando se produziu nele uma notória especialização que, longe de afastar os letrados da participação política, lhes ofereceria novos campos em que tratariam de coordenar a dedicação às suas disciplinas com uma condução espiritual mais vasta do que o estrito território político partidário. Foi visto na emergência da sociologia, a partir de José María Samper e Eugenio María de Hostos, mas muito mais na nova função que majoritariamente os escritores se sentiram compelidos a exercer: a *função ideologizante*, que se projetou sobre as novas gerações dentro da tendência juvenil do movimento intelectual da época. Enquanto sociólogos, lhes cabia a condução espiritual da sociedade, mediante uma superpolítica educativa que se desenhou contra a política cotidiana, cujas "misté-rias" se evitariam mediante vastos princípios normativos. Assim se definiu em *Idola Fori*, o principal livro do colombiano Carlos Arturo Torres, cuja segunda edição (1910) prologou José E. Rodó, exprimindo sua concordância com essa orientação. Entrado o século XX, o modelo triunfa com os filósofos-educadores-políticos que, entre outros, representam o peruano Francisco García Calderón (1883-1953), os mexicanos José Vasconcelos (1881-1959) e Antonio Caso (1883-1946), o

(2) Ainda descontando os intelectuais que P. H. U. classifica no "período de organização" mas cuja ação política cai de cheio entre os anos 1890 e 1920 (caso de Manuel González Prada), apenas o nome de José Martí (1853-1895) que em 1890 abandona sua atividade literária e jornalística para se consagrar à luta política e revolucionária, é suficiente para fazer face às alegações sobre o apoliticismo dos escritores do período. O refinadíssimo poeta do simbolismo brasileiro, João de Cruz e Souza (1861-1898), não deixou de escrever sobre temas políticos, como era previsível em um negro, filho de escravos libertos, que leve que enfrentar os preconceitos raciais da época.

argentino Alejandro Korn (1860-1936), o uruguaio Carlos Vaz Ferreira (1872-1958).

A *função ideologizante* que germina entre os escritores da modernização cumpre o objetivo fixado por seus *maîtres penseurs* franceses: Renan, Guyau, Bourget, etc. Ao declinar as crenças religiosas sob os embates científicos, os ideólogos resgatam, laicizando-o, sua mensagem, compõem uma doutrina adaptada às circunstâncias e assumem, em substituição dos sacerdotes, a condução espiritual. A fórmula preferida de Rodó traduz o projeto de sua geração: "cura de almas". Mé-dicos que se aplicam ao espírito, portanto novos sacerdotes da humanidade, a eles corresponde ocupar o lugar vago que havia deixado o desmembramento da água biccéfala (Trono e Tiara), que regia desde a Descoberta, ocupando junto ao Poder do Estado a função complementar que desempenhava a Igreja do Patronato, ainda que sem os resguardos que oferecia uma Instituição compacta, os quais substituíam sofrivelmente as Academias, Universidades ou Tribunais, em que os mestres-pensadores da época procuraram estruturar o poder espiritual. No entanto, só o enxergavam como emanção dos dons individualistas do talento pessoal, insubmissos a todas as ataduras institucionais, incluindo às dos partidos políticos. Não era em vão que a sociedade civil havia dado passos no caminho democratizador.

Em seu afã de substituir o sacerdócio, haveriam de recorrer inclusive a alguns dos seus instrumentos estilísticos, como a oratória majestosa que já havia feito seu roteiro no cerimonial universitário,³ e cumpririam além disso uma perseverante tarefa para dignificar e sacralizar o intelectual ("Torre de Deus, poetas!") em um tempo perturbado e em uma sociedade materialista que prescindia do velho sistema de valores espirituais. Efetivamente o conseguiram, apesar de que só para o público culto, majoritariamente modelado pela educação e pelos meios letrados que nesse tempo estava perdendo a Igreja. Paradoxalmente, esta perda fortaleceu a condução por parte da Igreja da massa inculta, muitas vezes castigada pela

(3) Ver sobre estes procedimentos, Carlos Real de Arzúa, *História visível e história esotérica*, Montevideu, Calicanto-Arca, 1975.

modernização que apregoava ardentemente os letrados a serviço do Estado modernizador, atendendo mais à educação dos dirigentes que às necessidades sociais da comunidade. A massa inculta (os camponeses, os marginais, os índios) viu nos sacerdotes seus autênticos defensores e guias espirituais, como ficou demonstrado desde a insurreição do sertão de Canudos, no Brasil, até a guerra dos cristeiros no México.

Mas junto a esta, houve outra função central que desempenharam os ideólogos, e foi uma bem especificamente latino-americana. Do mesmo modo que se levantaram sobre as "missérias" da política menor de grupos e personalismos, à fixação de visões amplas, educativas e inclusive abstratas, dos assuntos espirituais (que eram forçosamente políticos) de suas sociedades, também ascenderam, dos problemas locais e com demasiada frequência provincianos, conseqüências daquelas políticas menores, a uma percepção global dos destinos nacionais que os situavam em marcos universais. Os internacionalistas daquele momento foram herdeiros, nisso, do liberalismo romântico, segundo uma tendência que regu o pensamento da modernização e que se faria constitutiva da função letrada dali para frente até os nossos dias. A apodíctica frase maritiana define a todos eles: "O que ainda sobre de aldeia na América há de despertar".

Imersos no conhecimento dos problemas internacionais e da bibliografia doutrinária européia e norte-americana, graças aos novos sistemas informativos e a seus deslocamentos, adotaram esses marcos ideológicos para interpretar os assuntos regionais, porque viram claramente, já que as estavam vendo, que as decisões das metrópoles, boas ou ruins, se aplicavam com rigor a eles. Avançaram assim a integração da América Latina no discurso intelectual do Ocidente, seguindo a integração econômica em curso, apesar de que adaptando-a às próprias pautas sócio-políticas, mais ainda que espirituais: assim, a passiva aceitação do racismo europeu da época na descendência de Gobineau, nas obras de Francisco Bulnes, Alcides Arguedas ou Rufino Blanco Fombona, teve fortes contornos em Manuel Gonzales Prada, José Martí ou Manoel Bonfim, apesar de que nenhum deles ficou fora de um debate alimentado pela intelectualidade européia.

Devido a isso, vários intelectuais apontaram com alarme o risco de que a passiva adoção do discurso ocidental desfigu-

rasse forças e tradições internas ao continente que tinham legitimidade, ainda que não fossem nem democráticas nem menos ainda progressistas. Os espíritos mais lúcidos tentaram abarcadoras construções sincréticas que coordenavam a forçosa assunção do universalismo com o resguardo de tradições internas. Foi mais cômodo aos poetas, bastante menos aos novelistas, e muito difícil aos ensaístas, porque dado que se lançaram a esse esforço integrador através de seus padrões sociais, os produtos se fillaram com mais frequência aos *corpi* conservadores e centristas (Torre, Rodó) que aos progressistas (Martí, Bonfim).

Todos coincidiram no traslado do discurso político latino-americano (que já havia conseguido *acriolar* e freqüentemente rebaixar o estrepitoso doutrinário imitativo dos liberais, em parte pela nova inflexão positivista) ao debate das idéias que movia o Ocidente, ainda que sem atrever-se a entrar de cheio nele. Aqui se registram os limites da internacionalização. A imitação direta, sem compreensão das tradições seculares do continente que os primeiros liberais haviam praticado, só se tornou a repetir entre os anarquistas, que transferiram tal qual suas fórmulas européias nascidas da industrialização do século XIX. Os demais, ainda inserindo-se no marco universal, oscilaram entre diversas vias, compondo-se todas, de um modo ou de outro, com a singularidade do continente em que haviam nascido e se haviam formado, sem distanciar-se demasiado do horizonte local. José Martí, a quem sua instalação em uma das metrópoles avançadas da modernização quando estava envolto no projeto de independência política de Cuba, que já era arcaico para a América Latina no final do século XIX, havia de colocar ante desgarradoras alternativas, definiu bem os limites da internacionalização. Dizia Martí em 1888:

"Porque é dor dos cubanos e de todos os hispano-americanos, que apesar de que herdem pelo estudo e aquiñatem com seu talento natural as esperanças e idéias do universo, como é diferente o que se move sob seus pés do que eles levam na cabeça! Não têm ambientes nem raízes nem direito próprio para opinar sobre as coisas que mais os comovem e interessam, e parecem rídiculos e intrusos se, de um país rudimentar, pretendem adentrar com grande voz pelos assuntos da humanidade.

que são os do dia naqueles povos onde não estão já nas primeiras letras como nós, mas em toda sua animação e força. E como ir coroados de raios e calçado de chinelos. Esta é verdadeiramente uma dor mortal e um motivo de tristeza infinita."

A solução ao conflito, tal como Martí e os demais a praticaram, consistiu em ater-se aos assuntos locais, ainda que enquadrando-os dentro do universalismo ideológico que se abastecia nas idéias, métodos e inclusive dilemas das metrópoles, aplicando-o além disso, como no modelo ultramarino, a uma experiência que se havia tornado onimodamente urbana. Por que a cidade que era, além disso, a capital em geral, já não consistia no bastião amuralhado em meio a solidões hostis, mas havia derrubado naquele momento suas já arcaicas proteções e se expandia confiadamente. Havia-se tornado o centro de dominação do território nacional e seus problemas fingiam enganadoramente ser os da nação inteira, da mesma maneira que dentro dela se reproduziam os conflitos nacionais pela incorporação da imigração interna, em alguns pontos duplicada pela externa. Assim, os dois universos a que aludia Martí, o que se movia sob os pés e que se levava na cabeça, objetivavam-se em duas cidades: a real, que se expandia como uma anarquia atrás da qual corria a ordem para organizá-la (e também para freá-la) e a ideal, que procedia do modelo europeu conhecido, ainda que muito mais, se o reconstruimos realisticamente, dos livros em que era contada, já que eram estes, mais as revistas ilustradas e as descrições míficas dos viajantes, os que construíam essa utopia engececedora que ao fixar os rumos extremos, enturvava a visão da realidade circundante. Em outro nível espiritual, apelando à metáfora do bosque, diria Darío: "Bosque ideal que o real complica". E era isso o que resultava "uma dor moral e um motivo de tristeza infinita" nas impregnadas palavras marianas, tão interpretativas das angústias letradas da modernização.

Talvez devamos ter cautela: a cidade ideal da época não era meramente Paris, ainda que seus bulevares haussmaniana-

(4) Artigo publicado em *El Economista Americano*, Nova Iorque, julho de 1888, "Heredia", recolhido em *Nuestra América*, Caracas, Biblioteca Ayacucho, 1977, p. 205.

nos tenha produzido estragos nos velhas zonas centrais em forma de tabuleiro de damas da América Latina ao serem transportos irreflexivamente, porém mais que isso a teimosa tradição da metrópole conservada no espírito das ex-colônias, essa cidade central que é possível sonhar na periferia graças à excitação promovida pelas letras e pelas imagens, mas que além disso resulta confirmada e ratificada pela estrutura centralizada que faz avançar a própria vida nacional a partir do *omphalos* de sua capital dominadora. Vista a tenaz infiltração de nossas experiências cotidianas e do passado que transportamos secretamente em nós, dentro do tecido de nossos sonhos, é possível suspeitar que a cidade ideal não copiava à margem oeste do Atlântico um preciso modelo europeu, como tantas vezes se disse, em especial das sempre mais imitadoras classes superiores, mas era também uma invenção com apreciável margem original, uma filha do desejo que é mais livre que todos os modelos reais e ainda mais desbocada, e que, além disso, ao tentar *realizarse*,* entraria em um amálgama enlameado com a insistente realidade circundante.

Ao fim deste percurso, vale a pena retornar a nossa posição de partida, para dizer que nesse tempo que cavalga o 900 estava viva a vocação política dos escritores, e ainda desmedida por um modelo que parecendo francês potenciava a longa tradição redentorista do letrado americano. A imensa maioria o exerceu como a que ainda continuava sendo, a *derivação normal do exercício das letras*, tal como o reconhecia Rodó em carta a Baldomero Sanin Cano: "Talvez não seja você alheio a esta fatalidade da vida sul-americana que nos empurra à política quase todos os que temos uma caneta na mão. E eu não considero isto inteiramente como um mal. Tudo está em que não nos deixemos despojar de nossa personalidade".⁵ Eles eram verdadeiramente os "ilustrados" que quase não havíamos tido no século XVIII e somente por essa capacitação estavam destinados, *fatalmente*, à orientação de uma sociedade que apenas havia começado a praticar as formas democráticas.

(*) *Izarse*, em castelhano, é *igar-se*, produzindo-se o jogo de palavras não imediatamente correspondente em português. (N. T.)

(5) *Obras completas*, Madrid, Editorial Aguilar, 1967, pp. 1374-5.

A presumível excepcionalidade dariana deve ser ponderada: não deixou de intervir na política de sua pátria e na da conexas áreas centro-americanas, e somente no Chile e na Argentina se vedou toda intromissão, amparando-se em sua qualidade de estrangeiro, que lhe proibia participar das brigas políticas internas, ainda que isso não o tivesse impedido de falar claramente de temas continentais (é a justificação que deu no prólogo de *Cantos de vida e esperança*), nem exercer com consciência a função ideologizante, tal como disse expressamente no seu ensaio "Dilucidaciones" que incluiu como prólogo a *El canto errante* (1907): "Mas se alguém dissesse: 'São coisas de ideólogos', ou 'são coisas de poetas', dizer que não somos outra coisa".

Nenhum debate mais amplo que o que se alimentou na ideologia do modernismo, e inclusive agudos analistas descartaram a possibilidade de que tenha existido essa ideologia, nos termos coerentes em que alguns tratadistas a entendem,⁶ mas creio que não há dúvida sobre esta "função de ideólogos" que os escritores modernistas se atribuíram, não somente entre os escritores-intelectuais que praticaram a ensaística, mas inclusive entre os escritores-artistas, como foram especialmente alguns poetas, que usaram suas obras literárias — cuidadasamente adaptadas — para a análise doutrinhária expressa: *De sobremesa* de José Asunción Silva, *Sangre patria* de Manuel Díaz Rodríguez, o insólito poema "Los Cisnes" do próprio Darío, etc., etc. E não é necessário acrescentar, porque é um capítulo extenso do memorial de agravos contra a maioria destes escritores pela posterior geração nacionalista que, respeitando-os como artistas, os julgou como figuras políticas, que entenderam que lhes correspondia um papel relevante na condução da sociedade, substituindo a declinante função da Igreja, e estiveram dispostos a ocupar este lugar junto ao poder, reconstruindo a férrea e tradicional *ciudad de letras* que vinha das origens coloniais. Muitos o fizeram e não puderam fazê-lo já inocentemente.

A adquirida consciência crítica do período lhes impôs uma tarefa de justificação bem árdua. Não bastava servir ao

(6) Carlos Real de Arzúa, "El modernismo y las ideologías", em *Escritura*, Año II, N.º 3, Caracas, janeiro-junho 1977.

poder com sua coroa letrada, já que a consciência crítica havia engendrado o pensamento opositor, e portanto, sob o risco de desaparecerem como intelectuais, deviam proporcionar o curso fundamentado de sua intervenção, mais do que para os poderosos que os rodeavam, para os opositores que os atacavam.

Os escritores que se incorporaram, fosse como funcionários diretos, ou como débeis sustentadores, ou ainda como discretos companheiros de viagem, à *ciudad de letras* da modernização, que foram a grande maioria, dedicaram-se a dois gêneros literário-políticos principais, que exerceram mais nos jornais que nos livros, ambos testemunhos da importância de jornais que havia adquirido a letra nas sociedades que começavam a alfabetizar-se. Um deles, que foi o mais antigo, teria mais ampla descendência e abarcaria maior número, e já era possível defini-lo então, em termos modernos, como *propagandístico* (ou *agitprop*, ou *partinost*) em qualquer de seus ramos simétricos: defesa do regime ou agressão a seus inimigos. A virulência que adquiriu era desconhecida no continente, pois chegou a níveis degradantes que se haviam absterido de exercer os polemistas do romanticismo. O extremado personalismo e os recursos insultantes que utilizou, foram justificados e teorizados positivamente. Assim o fez um "ilustrado" peruano, Manuel González Prada, em seus artigos de 1888-9, "Libertad de escribir", e "Propaganda y ataque", opondo-se à distinção entre vida pública e privada com sentenças lapidárias:

"O criminoso é tão criminoso na sua casa como na praçinha, a hiena é tão hiena na jaula como no deserto.

Por que não insistir no defeito corporal? Quem sabe a psicologia de certos indivíduos se explica bem como o desvio sinistro dos olhos ou o arqueio da espinha dorsal. As anomalias de constituição costumam acarretar imperfeições morais. Não existe, pois, direito de enfeixar-se na inviolabilidade do lar, menos ainda quando se aparenta viver como a donzela no claustro e se vive como o porco na pocilga."⁷

(7) *Páginas libres, Horas de lucha*, Caracas, Biblioteca Ayacucho, 1976, pp. 96-7.

O outro gênero correspondeu ao campo mais prestigioso da *filosofia política*, que pareceu ocupar o decadente da teologia e da metafísica, e que em geral esteve vinculado com acuciosas pesquisas históricas ou com a tentativa de desenhar teorias do Estado aplicadas à circunstância latino-americana. Este gênero teve, como era previsível, menos cultores, ainda que fosse os intelectualmente melhor dotados, e a despeito de seu horizonte moderado quando não francamente conservador, se deparou com exames mais lúcidos e abarcadores que os dos opositores da época.

Dois nomes mexicanos ilustram ambos os gêneros, extraindo-os das nutridas séries de intelectuais que os praticaram na *cidade das letras* do Porfiriato, pois poucos países como o México revelaram na América Latina a cobiça da participação intelectual no poder, o que parece bastante persuasivo em uma sociedade que conheceu o primeiro estabelecimento americano da *cidade das letras* no Vice-reinado da Nova Espanha e sua mais longa e contínua prática nos séculos vice-reinais por parte do núcleo culto.

Um é o nome do refinado poeta modernista José Juan Tablada, autor de *Tiros al blanco* (1909) e de *Madero-Chantecler* (1910), obras em que, como se assinalou, "não se expõe uma doutrina política, nem discorre o escritor sobre seu pensamento conservador", já que se trata de uma estrita propaganda política a serviço de interesses ocasionais: "miniar a oposição a Díaz ou adular a Huerta".⁸

Outro é o mais penetrante historiador-sociólogo da época (tão superior a Francisco Bulnes, visto como o intelectual-tipo do porfirismo), Justo Sierra (1848-1912), que desenvolveu em todos os seus artigos jornalísticos uma moderna interpretação da nacionalidade, que alcança sua culminação em duas volumosas obras: o ensaio "México social y político" (1899) e a inteligente *Evolución política del pueblo* (1900-1902) cujos méritos podem ser atribuídos à coerência ideológica obtida mediante a ampliação a uma história secular da perspectiva

(8) Jorge Ruedas de la Serna, prólogo a José Juan Tablada, *Obras, II. Sátira política*, México, UNAM, 1981, p. 9. O funcionamento político de Tablada ficaria evidente se neste volume se tivessem incorporado as exaltações de Vêntustiano Carranza que Tablada se sentiu obrigado a fazer como seu diplomata na Colômbia e na Venezuela.

alcançada na experiência de seu tempo político e social. É também o caso do autor e do livro mais vilipendiados da cultura venezuelana do século XX: Laureano Vallenilla Lanz (1870-1936) e seu *Cesarismo democrático. Estudios sobre las bases sociológicas de la constitución efectiva de Venezuela* (de 1919, ainda que adiantado em ensaios publicados em *El Cojo Ilustrado*, entre 1905 e 1913).⁹ Apesar de que sem o arrojo de Justo Sierra para justificar o governo a que servia, o de Juan Vicente Gómez, extraordinariamente lúcido para revisar a historiografia liberal recebida e fixar uma interpretação do caudilhismo que fariam sua os historiadores modernos, a tempo de inscrever-se na descendência de uma historiografia conservadora que de Lucas Alamán a Carlos Restrepo foi muito mais objetiva e perspicaz do que era costume reconhecer. Ainda que filiado explicitamente ao "nosso americanismo", de José Martí e compartilhando as mesmas apreciações do general Páez, foi o desenvolvimento até suas últimas conseqüências de uma comp. ovação martiana ("As repúblicas purgaram nas tiranias sua incapacidade para conhecer os elementos verdadeiros do país, derivar deles a forma de governo e governar com eles") que condenou a Vallenilla Lanz, como talvez tivesse condenado Justo Sierra se não fosse sua oportuna morte e sua contribuição à dignificação letrada da Universidade.

É o modelo mexicano do Porfiriato, que conseguiu sobreviver às vicissitudes da revolução para reconstruir-se vitoriosamente com Carranza (com os mesmos velhos homens) e com Alvaro Obregón (com plêiade substitutiva periodicamente) o que permite visualizar as razões que sustentaram a forma contemporânea da *cidade das letras*. Com uma intensidade que não se encontrará em iguais termos em outras capitais latino-americanas, ali se conjugaram duas forças que se buscavam: a ânsia dos letrados para se incorporar à *cidade das letras* que rodeava o poder central, o que em outros lugares foi presenciado, e a ânsia deste para atraí-los a seu serviço, obter sua cooperação e até subsidiá-los, prolongando uma áulica tradi-

(9) V. Laureano Vallenilla Lanz, *Obras completas*, t. I, Caracas, Centro de Investigaciones Históricas, Universidad Santa María, 1983. V. também: *Vallenilla, aristocrata del oprobio*, Sentencia de la Comisión Investigadora de enriquecimiento ilícito, Caracas, Ediciones Centauro, 1971.

ção colonial que havia começado a dissolver-se em muitos outros países. Este cerimonial das mútuas atrações que em tempos democratizantes conserva sua unção antiga e aristocrática está presidido pela aura mágica da letra escrita e aristoconferente existência (não somente a conhecida da fama, mas a toda publicamente pelas vorazes facções, ligas ou máfias.

A margem da "lousa do passado" que pesa sobre esta configuração, são perceptíveis causas históricas do momento, rido, dotando de muito mais recursos o Estado havia adquiridas do Governo, como à situação concreta da elite intelectual, que aumentou seus efetivos à medida do lentíssimo crescimento da classe média para a qual a educação foi privilegiada alavanca de ascensão social e descobre que essas capacidades passam majoritariamente pelos organismos do poder (administração, educação, diplomacia) e que inclusive as típicas profissões liberais (advocacia, medicina, jornalismo) estão de forma diversa ligadas aos negócios que esse poder orienta. O caso do jornalismo é exemplar, já que foi o que permitiu em muitos países da América Latina uma respiração independente aos intelectuais e portanto serviu de proteção ao desenvolvimento do pensamento opositor. O Porfiriano, em consequência, procedeu a uma sistemática política de subsídios que logrou comprar, ou pelo menos neutralizar a imprensa. Já em 1888, *El Hijo del Ahuizote* denunciava que o governo subvencionava 30 jornais na capital, investindo para isso 40.000 pesos mensais, e a maioria da imprensa do interior.

A situação real e patética dos escritores que forjam o modernismo foi a carência de público. Ainda que eles apressadamente, de tal forma que seus livros, como o provam as tiragens e edições que se fizeram, não tiveram outros leitores que os mesmos membros dos cenáculos ou os destinatários estrangeiros aos quais foram remetidos como cortesia. Puntuna dos amigos, outras a generosidade de um tipógrafo amigo e em muitos poucos casos a benemerência de um rico. A quebra da mecenagem já havia sido testemunhada em 1816 por Fernández de Lizardi e o que ficou dessas práticas foi pobremente absorvido pelas autoridades, nacionais ou provin-

ciais. A única via moderna e efetiva consistiu em vender a capacidade de escrever em um novo mercado de trabalho que se abriu então, o *mercado da escritura*. Os dois principais compradores que o escritor encontrou foram: os políticos, dos quais se tornaram escribas de discursos, proclamas e inclusive leis (tarefa que até hoje continuam fazendo) e os diretores de jornais que, como os políticos, freqüentemente os apagaram como personalidades, eliminando seus nomes no rodapé de seus escritos, tal como o fez Reyes Spindola, membro do círculo "científico" do Porfiriano, desde a fundação de *El Universal*. Este foi o tema da patética peça teatral de Roberto J. Payró, *El triunfo de los otros* e, analisando-a em uma de suas páginas mais emocionadas, José E. Rodó reconheceu que a solução para as difíceis condições materiais do escritor passavam pela política ou pelo jornalismo, ainda que deste acrescentava: "Nos seus círculos de redistribuição alentadora, o jornalismo não é outra coisa senão uma manifestação da política. Em níveis inferiores, não constitui solução". O panorama que desenha Rodó é tão pe simista e tão preciso em seu exame das causas da boêmia literária de seu tempo, que conclui considerando melhor a abolição da mecenagem, sobretudo ao estudar a inviável solução do mercado nos países latino-americanos, já que a famosa frase lopista ("o vulgo é néscio e paga então por isso...") era neles inaplicável porque — observa — "se trata de um vulgo que não paga". Ceticamente, diz: "Passou o Mecenas individual e aristocrático e veio substituí-lo o coletivo e plebeu. A pensão que se cobrava na mordomia do palácio sucedeu o manuscrito descontável no balcão do livreiro".¹⁰

Mas Rodó não examina os problemas concretos do escritor que se oferece no mercado da escritura (ele foi deputado e só conheceu diretamente essa situação em 1913) já que aquela maioria que se dirigiu ao maior mercado existente, representado pelo jornalismo, teve que aceitar a orientação e a censura por parte do diretor da publicação, coisa que José Martí soube desde sua primeira colaboração em *La Nación* de Buenos Aires. Se para todos foi difícil adaptar-se à fiscalização do edi-

(10) "Impresiones de un drama", em *El mirador de Próspero* (1913), *Obras completas*, ed. cit., pp. 539-545.

tor, o foi mais ainda no México, onde a censura moral (o epitéto do poema de Tablada) se duplicava com a censura política, e onde a constituição do circuito independente de leitores de livros que no Rio de Janeiro e em Buenos Aires se inicia por volta de 1900, tardará quarenta anos mais. Portanto a elite intelectual esteve em contato imediato com as operações do Poder, favoráveis ou não, e dispôs de um escasso espaço independente em relação ao que ganharam seus colegas de outros países. Apesar de que é difícil dar fé a dados proporcionados por Francisco Bulnes, sua observação sobre a dependência dos intelectuais mexicanos ilustra, pelo menos, a acidez com que as diversas facções em que estavam divididos se contemplavam mutuamente: "Ao restaurar-se a República, só 12% dos intelectuais dependia do governo; dez anos depois aumentou para 16%; antes da queda de Díaz, 70% vive do orçamento".¹¹

Às circunstâncias internas do regime político mexicano, somam-se outras externas. Em especial as inesperadas consequências do "nosso-americanismo" na vida política e intelectual mexicana. Martí o propôs em vários artigos, em particular os que escreveu quando da Primeira Conferência Panamericana celebrada em Washington em 1889-1890. Diante das provas palpáveis do iminente expansionismo norte-americano, já desde antes affiançado pela doutrina do *Manifest Destiny*, e vistas as forças desiguais que se podiam enfrentar; apelou a uma unidade de governos e povos latino-americanos como a única conjuntura real que poderia conter o Império. Diante do inimigo comum, deviam calar-se as dissensões entre nações e deveria forjar-se a unidade nacional em cada uma delas. Como sua cruzada pela independência pátria, o "nosso-americanismo" implicava um movimento policlassista, que não deixou de ser assinalado e criticado no pensamento cubano dos anos 20, pois acarretava o adiamento das reivindicações dos setores inferiores. Pelo menos foi considerado assim no México, onde o perigo conhecido por todos do vizinho do Norte foi utilizado como um silenciador das reivindicações populares frente aos "científicos" porfiristas, e inclusive o acordo de Díaz com as companhias norte-americanas para a extensão das linhas férreas foi justificado por Justo Sierra com

os argumentos da unidade nacional e da cautela com que deviam ser evitados os riscos de um intervencionismo ianque. Contra a ameaça latente, justificou-se um servilismo que se não resultou convincente para os setores populares afetados, em compensação foi utilizado como chave explicativa por boa parte dos intelectuais, os quais, como em outros países onde regia o lema de "ordem e progresso", estavam sendo, ainda que mesquinhamente, favorecidos pelo desenvolvimento econômico em curso.

Para sublinhar a importância dessas causas históricas da época pode-se utilizar o caso venezuelano, onde não existiu a longa tradição vice-reinal mexicana. Nada o ilustra melhor que a série de gabinetes ministeriais que acompanharam os 27 anos de governo do general Juan Vicente Gómez (de 1908 a 1935), sobretudo porque ele foi praticamente analfabeto, e seus ministros as figuras mais ilustradas da cultura venezuelana, às quais coube, entre outras atividades letradas, o objetivo de redigir as seis constituições que se sucederam sob seu mandato. A servidão ltrada do poder na Venezuela, começando com Cipriano Castro e continuando com Gómez, ou seja, desde 1899 até 1935, adquiriu um ar grotesco pela extrema discórdância entre os mandatários e seus funcionários letrados. Claro que não foram poucos os resistentes, nem faltaram os reiterados protestos estudantis (o famoso de 1928) que deram crédito à existência de um pensamento opositor tenaz, mas quando se lê os Diários que no transcurso de seus muitos anos de exílio Rufino Blanco Fombona escreveu, pode-se encontrar amargas considerações sobre a que ele estimou como rendição da esmagadora maioria dos intelectuais de sua geração a serviço de Gómez. Em uma "Nota de 1929" de seu livro *La novela de dos años* (diários de 1904 e 1905) em que havia tentado uma diferenciação entre os intelectuais propriamente ditos e os "rábulas" servidores do poder, os quais teriam "certo verniz de leitura e de estudos universitários" apesar de que seriam "de inteligência semelhante e inclusive inferior à do soldadinho", Blanco Fombona arremete violentamente contra seus companheiros de geração:

¹¹Sob a feroz ditadura de Juan Bisonte, o barbaocrata, o insigificante, o ladrão, o traidor, o comerciante, o magarefe, o

pechinheiro, o assassino, o verdugo dos estudantes, o vendedor da nacionalidade aos ianques, o destruidor da sociedade venezuelana pelo ferro, pelo fogo, pelo cárcere, pelo desterro, pelo despojo, pelo veneno, pela tortura, pela espionagem, pelo desdouro nas damas, pela negação de todo direito de opinião, de lio nos negócios, pela negação de todo direito de opinião, de dissentir, de respirar, de sequer morrer dignamente; sob essa ditadura, a mais infame, abjeta e cruel que desonrou a América, quem se arrastou aos pés do monstro, quem se prostituiu a serviço e na adulação do assassino, sem nunca protestar contra cárceres, destertos, perseguições, torturas, envenenamentos, latrocínios, entrega do país e de suas fontes de riqueza aos estrangeiros e à família Gómez? Quem se envidoeceu por uma mísera razão? Quem cantou o monstro? Os primeiros "líricos" do país: Gil Fortoul, Díaz Rodríguez, Pedro Emilio Coll, Andrés Mata, Vallenilla Lanz, César Zumeta, outros, muitos, todos ou quase todos".¹²

De forma similar, no México o ar grotesco se tornou trágico quando chegou o período do general Victoriano Huerta, porque a já conhecida e pacífica tradição de serviço funcional do poder pela equipe intelectual foi ascendida de grau. Reclamou-se dos "líricos" da época uma beligerância política (Salvador Díaz Mirón, José Juan Tablada) e já não somente uma discreta colaboração. O sangue de Madero condenou eticamente essa beligerância, antes que a revolução a julgasse definitivamente diante da história. Isso não impediu que muito poucos anos depois os intelectuais huertistas renascessem a serviço de Venustiano Carranza.

Naquele momento, em torno desse 1911 que inaugura o século XX latino-americano, está confusamente constituído um pensamento crítico opositor, suficientemente forte para constituir uma doutrina de regeneração social que haverá de ser idealista, emocional e espiritualista; desenvolver um discurso político altamente denegridor da modernização, ignorando as contribuições desta à sua própria emergência; encarnar o assalto da *ciudad das letras*, para substituir seus membros e parcialmente sua orientação, ainda que não seu funcionamento hierárquico.

(12) Rufino Blanco Fombona *Intimo*, Caracas, Monte Ávila, 1975, p. 53.

Este pensamento reconhece uma classe social emergente, lento produto acumulativo da modernização, desperdiçada em setores que com dificuldade procuram a consciência de si e buscam preferencialmente configurações políticas que, mais que romper com o passado, aspiram à sua reforma, contando já com uma nutrida equipe intelectual muito recente, débil e confusa formação. São os setores médios, cuja errática gesta ocupará o século que chega e cuja presença, passado 1900, vai sendo detectada por políticos e intelectuais (as respostas de Porfirio Díaz ao jornalista James Creelman, em 1908) apesar de que os estudos acadêmicos tenham restringido muitas afirmações dos pioneiros *Materiales para el estudio de la clase media en América Latina* (1950), que iniciaram seu estudo sistemático.¹³

Um pensamento crítico se gera forçosamente dentro das circunstâncias a que se opõe, as quais são seus componentes sub-reptícios e poderosos e ao que impregnam com o próprio regime de oposição que emprega. As propostas mais antitéticas são dos princípios que sustentam o estado de coisas contra o qual se formula. Inclusive as utopias que é capaz de conceber funcionam como pólos positivos marcados por aqueles negativos preexistentes, de tal forma que na doutrina nova que se constrói todo o sistema bipolar se prolonga. Mais ainda se considera que o pensamento crítico surge do estado anterior de coisas.

A emergência do pensamento crítico, com uma relativa margem de independência, ocorreu sob a modernização e se deveu ao liberalismo econômico que por um tempo descentralizou a sociedade, desenvolveu-a, dotou-a de serviços completos, ampliou o terciário com uma escassa margem autônoma onde cresceria o grupo intelectual adverso. Foi um produto da urbanização e inclusive poder-se-ia dizer que de suas insuficiências, visto o forte componente provinciano dos muitos Julien Sorel, que a partir da incipiente urbanização dos povoa-

(13) John J. Johnson, em *Political Chance in Latin America*, Stanford University Press, 1958, estabeleceu uma tese, que foi revisada por H. Bernstein (*Hispanic American Historical Review*, XL, 1960). Uma avaliação pormenorizada do ponto, ao nível de 1967, em Juan F. Marsal, *Cambio social en América Latina*, Buenos Aires, Solar/Hachette.

dos desenvolveram a ambição *capitalina* e que, a partir de sua ambígua e desmesurada posição média, quiseram rivalizar com a classe alta. O *Ulises crioulo* de José Vasconcelos contou persuasivamente esta saga, ardente e aventureira. Em um período de crescimento, um setor urbano absorvia uma pequena parte do excedente, sobretudo mediante sua dedicação a funções intelectuais (de escreventes a ministros) que anunciavam as futuras equipes da *cidade das letras* do século XX, pois o grosso destas já não corresponderia, como havia sido norma, aos filhos das "boas famílias", e se recrutaria entre descendentes de artesãos, pequenos negociantes, funcionários e até filhos de escravos.

O que corresponde a dizer que a via genética da transfor- mação foi o liberalismo, e sua filosofia, o egoísmo utilitarista, ainda que ambos haveriam de ser postos no banco dos acusados por seus beneficiados. O utilitarismo introduziu os interesses como móveis do comportamento e o hedonismo moderado como sua alta finalidade, o que já então foi objeto da crítica do pensamento liberal-conservador da modernização. O paradoxo radical em que a ampliação do setor alfabetizado foi obra do utilitarismo que se apoderou da América Latina, tal como foi apreciado por Carlos Reyles em *La muerte del cisne* (1910) opondo-se ao discurso rodoniano, mas, chegado esse setor aos primeiros níveis educativos, haveria de mascarar tais incitamentos que no entanto continuavam atuando e regendo suas condutas, com um discurso emocional e espiritualista, que teve em Antonio Caso seu melhor sistematizador: *La existencia como economía, como desinterés y como caridad* (de 1919, ainda que expostos como curso na Escola de Altos Estudos em 1915). Prova da peculiar estruturação do sistema crítico de oposição, mas também de outra operação que foi agudamente percebida por Nietzsche nos movimentos demorcratizantes europeus, consistente no foroso mascaramento de seu pensamento burguês, cujas práticas dominarão o século XX latino-americano, também nisto amplificador dos valores democráticos e mascarados da modernização da Europa.

Digamos que esses interesses, orientados para imediatas melhorias materiais, pareceram moderar a violência das paixões do poder que tingem com seus personalismos qualquer tentativa de apreciação estritamente economicista do século

XIX. Tal como o reconstruiu Albert Hirschman¹⁴ para o pensamento pré-capitalista europeu do século XVIII, utilizando as proposições de Montesquieu e de James Stewart, o *doux commerce* apareceu como temperador das dominantes paixões políticas e, muito mais, do exercício unipessoal do poder ou do despotismo sangrento do caudilhismo. Se isto é visível na concepção jurídica do liberal Rui Barbosa, que preconizou um modelo inglês para o Brasil, também o é na de socialistas como José Ingenieros ou de anarquistas como Florencio Sanchez, autor do explícito legado *El caudillaje criminal en Sudamérica*, 1903, que evoca o *Facundo* sarmientiano, autores que, apesar de suas divergentes filosofias político-sociais, vemos hoje aparentados de um modo como não se percebem em seu tempo. O mesmo Hirschman, em um texto complementar,¹⁵ evocou as interpretações de dois economistas vâ-lombianos, Luis Eduardo Nieto Arteta e Luis Ospina Vázquez, sobre a proteção que a economia do café proporcionava contra a anarquia e o despotismo, na Colômbia, ainda que são sabidas as limitações destes esquemas que enlaçam economia e política de maneira determinista.

Se a concentraç. o abusiva e personalista do poder pôde ser contida pela expansão do comércio e da indústria que em uma economia liberal desperdiçava outros centros, seria temerário no entanto pensá-los desvinculados do poder estatal para construir alternativas válidas, e, sobretudo, permanentes. O fim desastroso que tiveram alguns brilhantes capitães de indústria da época, o Barão de Mauá, Emilio Reus, Eduardo Casey, no Brasil, no Uruguai e na Argentina, respectivamente, ilustra a debilidade do projeto da burguesia nacional independente. A estreita vinculação ao capital inglês, francês ou americano, e ao protecionismo do Estado, ou, pelo menos, a seu favor, foram a norma. Mas, por sua vez, o poder central teve que contemporizar com os interesses regionais de fazendeiros e comerciantes, como o ilustrou no Brasil a política do presidente Campos Salles (1898-1902).

(14) *The Passions and the Interest: Political Arguments for Capitalism before its Triumph*, Princeton University Press, 1977.

(15) "The turn to Authoritarianism in Latin America and the Search for its Economic Determinants" em David Collier (ed.), *The New Authoritarianism in Latin America*, Princeton University Press, 1979, pp. 63-4.

Da mesma forma, a democracia que timidamente começou a se praticar em alguns pontos implicou uma ampliação controlada do círculo do poder, dando guarida, junto à "gente decente" da aristocracia latifundiária, a dois anéis amplificadores: o de comerciantes, industriais e especuladores, e o da equipe educada da administração, das finanças e do ensino. Estas operações não afetaram coisas fundamentais, ainda que obviamente testemunharam a inserção do apetite democrático que muito mais que a uma nova classe (os setores médios) res-pondeu à consciência esclarecida dos "ilustrados" da época. Sob direta condução militar, disfarçada de formas civilistas (Porfirio Díaz, Julio A. Roca), não diminuiu apreciavelmente o vigor concentrado do poder, nem se debilitou, mas, ao contrário, se reforçou o que alguns chamaram de "a influência diretiva" do governo, que não somente seguiu *fazendo eleições*, mas legitimou esta função. No final do período, Llanos Valenilla Lanz encontrou para a Venezuela de Juan Vicente Gómez a fórmula adequada (que Justo Sierra já havia tentado para o México) e chamou à constituição política do período, que oscilava entre tendências tão desígnias, o "cessarismo democrático", bastando antes que Max Scheler e Karl Mannheim introduzissem as categorias cheias de tensão entre racionalidade e impulso, e fizessen da ditadura uma manifestação circunstancial do processo evolutivo da democracia e dos desequilíbrios entre os recentes estratos incorporados à vida política e à composição homogênea das elites governantes.¹⁶

O caudilhismo em que se haviam resolvido os componentes discordantes da sociedade latino-americana do século XIX, evoluía, no período de desconcentração da economia liberal inspirada pelo *doux commerce*. Não perdia seu regime forte, mas o adaptava aos requerimentos externos da hora e o am-pliava cautelosamente aos interesses das velhas e novas classes dirigentes, tratando de conciliá-las. Ao mesmo tempo gerava uma série de transformações de conseqüências imprevisíveis. Delas nos interessa aqui, para os efeitos do tema escolhido, o desenvolvimento obrigatório de uma ampla equipe, que já es-
tará assentada na triunfante cidade da unificação nacional

(16) Karl Mannheim, *Ensayos de sociologia de la cultura*, Madrid, Aguilar, 1957, pp. 243-245.

que é propósito central dos governantes da época. A ampliação educativa que em todos os lados se realiza, está feita na medida destes requerimentos, ainda que quase sempre desmedidos, e anuncia a importância que adquiriria a cidade das letras na nova conjuntura econômica.

A cidade revolucionada

Com o ano de 1911, nem bem inaugurados os monumentos em memória ao primeiro centenário e feitas as despedidas das pomposas delegações estrangeiras, iniciou-se na América Latina a era das revoluções, que haveria de modelar este século XX, que se iniciava então.

Compartilho o critério de Abelardo Villegas, que pondo o acento no componente *mudança social profunda*, mais do que no de *ruptura violenta* fala das "duas revoluções latino-americanas deste século: a mexicana e a uruguaia".¹ Efetivamente, nesse mesmo ano em que Francisco Madero entra na cidade do México, no sul do continente, José Batlle y Ordóñez ascende à sua segunda presidência, a qual havia ficado potencialmente facilitada por seu triunfo militar de 1904 contra um conservador partido blanco, e que renovará profundamente o Uruguai.

Ambas as revoluções, ainda tendo em conta suas diferenças, exibirão regimes, cujos traços poderão ser recontrados em outros contextos e em outras doses em sucessivos movimentos transformadores que daí para frente viverá o continente: o radicalismo de Hipólito Yrigoyen na Argentina de 1916, e o de Arturo Alessandri que triunfa no Chile em 1920;

a "disciplinada democracia" de Getúlio Vargas formulada desde 1930 que o leva à presidência em 1934 (no mesmo momento em que na Colômbia se instaura o "novo liberalismo" juvenil de Alfonso López, e no México, a revolução instituída de Lázaro Cárdenas), antes que se proclame em 1937 o "Estado Novo", o qual regerá até 1945; o justicialismo de Juan Domingo Perón na Argentina a partir desse mesmo ano; e a similar proclamada por Fidel Castro em Venezuela (1958) desde 1959 e reconvertida ao comunismo a partir de 1961, com o que já servira de orientação ao frente-populismo de esquerda de Salvador Allende (1970), antes que ao sandinismo nicaraguense (1980). Esta acumulação histórica se combina com as peculiares tradições culturais das respectivas áreas em que se geram os movimentos, ainda que em todas se pode descobrir longínquas origens desse segundo grande partocinental que foi a modernização.

Poderíamos perguntar-nos, com efeito, diante do panorama que oferecem as sucessivas ondas democratizadoras, intrasigentes autoritarismo, se não continuamos dentro da órbita modernizadora do "cesarismo democrático". Nessas décadas aban onaram as categorias biológicas, telúricas e restritamente políticas, para descansar com mais firmeza em categorias sociais e econômicas, no entanto, nessas mesmas décadas nada identifica melhor as transformações havidas, com as sucessivas irrupções dos grupos sociais, do que os nomes dos seus caudillos respeitivos. Inclusive a duração do fenômeno se mede em certas ocasiões pelo tempo de sua ação dirigente.

Por detrás da crise econômica de 1929, Cláudio Veliz encontra "a *crude and excessively assertive version of the traditional centralism*"², a qual é igualmente rastreável desde 1911 e inclusive antes, no que ele designa como "pausa liberal" e cujas limitações tratamos de ponderar. Para outros historicistas, nesta reconcentração do poder, mais do que o caudilismo tradicional, se deverá ver a concepção política tradicional, que atua sobre massas precariamente educadas que in-

(1) *Reformismo y revolución en el pensamiento latinoamericano*, México, Siglo XXI, 1972, p. 6.

(2) Cláudio Veliz, ob. cit., p. 281.

gressam em cena, tal como para o *yrigoyenismo*, assinalou José Luis Romero, já com terminologia contemporânea: "a deficiente educação política do novo complexo social impediu que se realizasse o mais acessível dos seus ideais, a perfeição formal da democracia, porque o sentimento majoritário trouxe consigo uma espécie de 'ditadura da maioria' que entorpeciu o funcionamento das instituições, precisamente quando teria sido mais fácil assentá-las definitivamente".³ Para os economistas há o que se lamentar, sobretudo nas décadas recentes, com a agravação do desequilíbrio centro-periferia na distribuição do excedente da economia capitalista. Ao receber em 1981 o *Third World Prize*, nas Nações Unidas, o economista Raúl Prebisch afirmou:

ANGEL RAMA

"The advance of structural change in peripheral capitalism brings forth a contradiction between the process of democratization and the process of appropriation of the surplus and redistribution. There are only two options to solve this contradiction: one is to transform the system and the other is to resort to force in order to suppress democratic institutions".*⁴

Apesar de os historiadores não costumarem estabelecer uma ruptura evidente na crise econômica de 1929, a partir da actual perspectiva posterior à nova ruptura mundial de 1973 já é possível ver esse longo meio século que vai das auspiciosas revoluções de 1911 até essa última data, como um painel contínuo em que o debate e os protagonistas se parecem bastante uns aos outros e se relacionam com uma circunstância universal condicionadora que só varia para se agravar. Daí o interesse por examinar os efeitos das revoluções iniciais sobre a *cidade das letras*.

(3) *La experiencia argentina y otros ensayos*. Buenos Aires, Editorial de Belgrano, 1980, p. 27.

(*) "O avanço de transformações estruturais no capitalismo periférico provoca o surgimento de uma contradição entre o processo de democratização e o processo de apropriação do lucro e a redistribuição. Existem somente duas opções para resolver essa contradição: uma é transformar o sistema e a outra é recorrer à força com o objetivo de suprimir as instituições democráticas."

(4) "Capitalism: the second crisis" em *Third World Quarterly*, julho de 1981, vol. 3, N.º 3.

Quando por volta de 1924, Pedro Henríquez Ureña faz o balanço em *La influencia de la revolución en la vida intelectual de México*, registra dois grandes traços. Não são no entanto privativos do México, pois os reencontramos em todos os lugares da América desde o Centenário, ainda que em alguns pontos caiba ao México o papel guia que com tanto afã procurou atribuir-lhe José Vasconcelos desde seu ingresso na Secretaria de Educação em 1921. Esses traços são: educação popular e nacionalismo, os quais foram parte substancial da mensagem das novas gerações, desde o que na Hispano-américa se chamou de "novecentismo" e no Brasil se conheceu sob o depois ridicularizado título de "ufanismo", alcançando uma posição expositiva nos livros-manifestos do argentino Ricardo Rojas: *Blasón de Plata* (1909) e *La restauración nacionalista* (1910).

Nenhuma das duas demandas pretendia cancelar as duas prévias da modernização contra as que simetricamente se insurgiam — enriquecimento, universalismo — mas aspiravam a complementá-las dotando-as de uma maior base social, em nome de cuja silenciada voz falaram num tom forte os jovens intelectuais vindos dos setores médios emergentes. Propunham uma ampliação que lhes dera lugar, ainda que operamentando em nome da totalidade despojada em uma operação que havia analisado um século antes Karl Marx. Tratava-se de uma réplica democrática da concepção elitista que havia dominado os "ilustrados" da modernização.

Conforme sua demanda, muitos mais (se não todos) tinham direito inquestionável à educação, a qual, por ser vista como um saber que exhibia poder dentro da sociedade, aludida sem mencioná-lo, à redistribuição da riqueza para a qual devia eficiente, pois a maioria desses jovens apagou dos seus cursos toda reclamação de dinheiro, dizendo-se em compensação movidos por altos ideais desinteressados de justiça, nunca se acusou tanto a capacidade dos governantes e sua escandalosa corrupção. Paralelamente, muitos mais (se não todos) tinham direitos sobre essa vasta esfera representada pela nação, sem dúvida que os estrangeiros foram assim sim-ples trabalhadores, pois se a viu mais como provedora de benefícios materiais cuja chave estava nos postos oficiais, o que como reclamadora de sacrifícios e responsabilidades, o que em certo modo reproduzia particularidades da mentalidade

criolla nos séculos coloniais, especialmente nas vésperas da Emancipação.

A legitimidade dessas demandas não esconde a facilidade que existia por detrás delas, coisa que deu pretexto à censura dos conservadores sem méritos que viam limitadas suas vantagens. A esfera nacionalista era muito mais acessível do que a sabedoria universal procurada pelos "ilustrados" da modernização, pois provinha simplesmente do nascimento e das tradições formadoras, carecendo desse modo de uma orientação ideológica precisa: tanto seria de dique ao imperialismo devorador como aos imigrantes pobres, e inclusive justificava uma preguiçosa oposição a qualquer conhecimento moderno vindo de fora. A própria educação popular, idealizada com tanto esplendor, sofreu o previsível descenso derivado de sua brusca ampliação, transformando-se em divulgação, quando não em espetáculo.

Os faustos da modernização de fins do século XIX, somados aos renovadores do vanguardismo dos anos 20 (ou modernismo, pelo lado brasileiro) que voltou a modernizar, ainda que agora nacionalizando como valor adquirido, obscureceram a singularidade desta geração intelectual intermediária, vigorosamente populista e nacionalista que acompanhou as revoluções de 1911.⁵ Se agrilhou como passar dos anos, ainda que de suas filhas tenha saído o primeiro Prêmio Nobel de Literatura, a Gabriela Mistral que simbolizou o movimento feminista que a geração impôs, os narradores regionalistas que conquistaram pela primeira vez público próprio (José Eustáquio Rivera, Rómulo Gallegos), os maduros críticos culturais e seu primeiro caudillo intelectual (José Vasconcelos). Sua experiência foi, no entanto, fundamental para uma ingente modificação da *cidade das letras*, que teria de repercutir nos intelectuais, também provenientes de setores médios, quando se deram as transformações posteriores que já se ampararam em doutrinas de esquerda, a partir da revolução cubana.

A fórmula "Educação popular + nacionalismo" pode-se traduzir sem problemas por "democracia latino-americana".

(5) Pedro Nehriquez Ureña apontou a existência desta que chamou de "geração intermediária" (à qual no entanto ele pertenceu) em uma nota de seu livro *Las corrientes literarias en la América Hispánica*, p. 265, limitando-se a uma extensa lista de nomes.

Dado que foi lema agonizante da Emancipação e ressoou por todo o século XIX, ainda que bastante retoricamente; dado que foi lema dos "ilustrados" realistas da modernização e das suas primeiras manifestações artísticas, que podem situar-se em seu período simbolista, o importante dessa reiteração no século XX é o que teve de real encarnação, de participação verdadeira pela comunidade. Esta afiançada, mais que pelos discursos dos intelectuais que capitanearam a onda, pela emergência à aceitação pública e com apoio oficial, já sem vergonha das culturas populares que, se bem existiam desde muito tempo antes e eram o patrimônio da maioria, não haviam sido reconhecidas como válidas, nem, claro, apoiadas para facilitar sua expansão. A repentina voga de *corridos* mexicanos ou de tangos argentinos, ilustra a idiossincrasia dessas culturas e a conjuntura nacionalista que as favorece, muito melhor que as tão citadas conferências do Ateneu de Juventude mexicana (1909), que inquirem sobre as transformações recentes do pensamento ocidental, ou os livros argentinos de Ricardo Rojas que revalorizam a tranqüila cultura interiorana, da qual procediam tanto jovens intelectuais em conquisa da capital. A cultura popular viva do momento não era a seca cultura rural com seu folclorismo conservador que eram capazes de ver e admirar, como um belo quadro de costumes, os novos intelectuais, mas outra, vulgar, de massa e crescente mente urbana, que, se apelava para as tradições folclóricas como seu manancial produtivo, as inseria já dentro do acontecer histórico presente, pois tratava de reinvenções testemunhas da vitalidade criativa popular na circunstância de seu ingresso protagônico na história e, progressivamente, na urbanização. Nada registra isso melhor do que a invenção do tango no Rio da Prata que acompanha a evolução migratória (interna e externa) de suas duas cidades ribeirinhas, passando do crisol formador no bordel suburbano para o salão de classe média em apenas vinte anos. Mais difícil de aceitá-la no México onde ainda para um espírito sutil como Alfonso Caso, havia "um povo inculto sem esperança",⁶ o que impedia apreciar sua rica produtividade presente.

(6) Frase que recolhe José Vasconcelos no *Ulises criollo (Memorias)*, México, Fondo de Cultura Económica, 1983, t. 1, p. 333). Nessa obra se podem seguir as agradáveis imagens folclóricas em contraste com a escassa aprecia-

A diferença do que havia ocorrido cem anos atrás, durante a Emancipação, tanto a mudança projetada como a composição da *cidade das letras*, são visualizados agora através do partido político, substituindo o sistema de *logias* e células da Independência. A consequência direta da política que sofre a cidade será uma nova concepção funcional do partido político, com ampliação de efetivos e uma base democrática que não conheceram os partidos do século XIX, que seguirá todo o século XX até que nas últimas décadas reapareça o antigo regime de *logias*, agora como núcleos militares (focos) que já terão que dedicar-se a uma teorização justificativa, pois modificam costumes amplamente estabelecidos e aceitos: é o conhecido folheto de Régis Debray, *Revolução na Revolução* (1962), que transcreve a concepção revolucionária cubana daquele momento, sem fazer justiça à realidade do movimento revolucionário que, na verdade, abarcou amplos setores da população e que desde o livrinho de Franqui, *Los doce*, começou a ser mitificado.

Ainda antes de revisar este novo partido político, em cujo crisol o intelectual se tornará o correligionário, deve ressaltar-se o que não se modificou na tradição política, nem sequer nessa primeira abertura democrática da América Latina: o partido será o instrumento para a tomada do poder, porque não se enxerga nenhuma outra via para gerar uma mudança na sociedade que não seja a ocupação do poder central. A diferença é que agora se argumentará que a partir dessa cúpula, que desde o século XIX se tornou mais abrangente, tentará-se a democratização e já não se servirá a facções como no período romântico, mas à maioria da população, contribuindo para diminuir a onímoda autoridade do governo. A generosidade idealista desse enfoque não dissimula a não percepção de outras vias democratizadoras (ainda que, como veremos, se tenha tentado no sul do continente e que não se refletiu sobre a capacidade do poder para se reproduzir a si mesmo, consolidando-se em instituições mais férreas e autoritárias, como de fato ocorreu. E até com extrema rapidez, se nos atermos às testemunhas dos próprios intelectuais, para os quais cada novo poder foi mais áspero e concentrado do que o anterior,

ção das invenções vulgares ("La cucaracha") de sucesso arrebatador.

salvo quando pertencesse ao seu círculo, tal como registra o *Memórias*, de Vasconcelos, ao comparar o porfirismo ao carancismo para absolver o primeiro, ou o obregonismo com o callismo para condenar o segundo. Confirma talvez uma célica observação de Alberto Zum Felde: "A diferença entre as ditaduras 'ilustradas' e as 'bárbaras' consiste na atitude das minorias intelectuais em relação a elas".⁷

Se "cesarismo democrático" parece uma denominação inadequada para um período que se auto-intitula nacionalista, talvez "autoritarismo democrático" seja mais ajustado à nova configuração institucional, salvo a pretensão, que não deixou de ter aspectos reais, de impôr uma cosmovisão democrática em substituição à aristocrática que havia praticado o despotismo ilustrado, cuja melhor versão se conheceu sob o reinado de Pedro II no Brasil. É indistigável a contradição reinada de Pedro II no Brasil. É indistigável a contradição estabelecida, visto que o autoritarismo se adapta melhor a uma concepção cultural hierárquica que a uma democrática, onde os valores não podem ser recebidos a partir da equipe dirigente, mas forjados livremente no seio da sociedade e simplesmente instrumentalizados pela direção. Essa circunstância provém de continuidade histórica à tenaz tendência aristocrática dos letrados, os quais aspiraram cumprir, em sua órbita própria, uma conduta similar à que praticavam os cavaleiros de novo tipo. Ao mesmo tempo, registra-se uma evidente mudança cultural quando se inicia o ciclo das revoluções populares, que sofrerá ascensão nos sucessivos vávénos desta força desencadeada que vai introduzindo novos estratos nas estruturas do poder, tal como o ilustra a evolução das artes e das letras do século. Causa eficiente dessa mudança é o recrutamento partidário dos membros da *cidade das letras*, que começam a apelar aos setores baixos ou recentemente educados, com o que se permite a incorporação de idéias, valores e sensibilidades pertencentes às configurações culturais em que eles se haviam formado, que promoveram a partir de suas posições de governo.

Esclarecemos assim as singularidades do partidarismo que se inaugura no século XX e que foi assunto fundamental

(7) *Índice crítico de la literatura hispanoamericana. El ensayo y la crítica*, México, Editorial Guaranía, 1954, p. 214.

da reflexão e da práxis política por volta de 1900, quando aparece o partido democrático, com estrutura orgânica, base popular participativa e sólida coerência com um programa de idéias. Ainda que seguisse subordinando a renovação social exclusivamente à tomada do poder (prevedendo tanto eleições como revoluções) a via foi uma política democrática das bases, em alguns países esboçada com a urgência imediatista que impunham os acontecimentos e em outros, onde estava mais consolidado o jogo institucional, com a paciente perspectiva do futuro certo. Um, com efeito, é o partido que Francisco Madero colocou em funcionamento, em 1909, tendo em vista as eleições de 1910 e que só existirá uma vez consolidado precariamente o triunfo, sendo já outras as circunstâncias e, sobretudo, respondendo à ação do poder que rege a longa elaboração do PRI, e outro o que desde 1896 vai construindo no Uruguai José Batlle y Ordóñez, visando às eleições de 1903 e, mais ainda, as de 1911, partido que será a chave de sua ascensão ao poder, tal como paralelamente ocorreu na Argentina com a Unión Cívica Radical, que coroa anos obstinados com o triunfo de Hipólito Yrigoyen, em 1916.

Estes exemplos correspondentes a essas duas primeiras revoluções, pressagiosas do século XX, não são exceções no continente. A própria dicotomia assinalada pode ser encontrada entre o Partido Revolucionário Cubano que José Martí constrói em 1892 com vistas à invasão da ilha em 1895, e o Partido Republicano do Brasil que, desde o manifesto de 1870 abre uma prédica doutrinária (Quintino Bocaiuva) que recém-alcança em 1888 a queda da Monarquia. Entre ambos os tipos se pode evocar a frustrada experiência do partido Unión Nacional, no Perú (1891), que joga luz sobre seu fundador, Manuel González Prada, que em poucos meses o abandona rumo à França, e também sobre as forças operantes, incapazes ainda da democratização que recém despontaria nos anos 20.

Esses partidos, majoritariamente, são filhos de um pensamento crítico que começa a registrar as insuficiências das organizações preexistentes e a falsidade de partidos e políticos. O violento questionamento se acha em González Prada, contra a própria política ("política quer dizer traição, hipocrisia, má fé, tapa com luva branca"), contra os políticos ("sindicato de ambições malsãs"), contra os partidos ("clubes eleitorais ou sociedades mercantís"), contra os dirigentes ("agen-

tes das grandes sociedades financeiras, paisanos astutos que fizeram da política uma função lucrativa ou soldados impulsivos que viram na Presidência da República o último grau da carreira militar").⁸ Propôs, no entanto, um restrito programa, preferindo fórmulas gerais e fatalmente vagas ("evoluir no sentido da mais ampla liberdade do indivíduo, preferindo as reformas sociais às transformações políticas"), mas estabeleceu categoricamente que seus membros deviam-se agrupar pelas idéias e por uma elevada moral. Na *Declaración de Principios* (1891), diz que "convém de uma maneira especial unir os homens pelo vínculo das idéias",⁹ e em sua conferência *Los partidos y la Unión Nacional* (1898), defende o princípio da intransigência: "Só de um modo conquistaremos as simpatias e encontraremos eco na alma das multidões: sendo intransigentes e irreconciliáveis. Por que fracassaram nossos partidos? Pela falta de linhas divisórias, pela infiltração recíproca dos homens de um grupo em outro grupo".¹⁰

O partido como baluarte ideológico que nada cede de seu programa, nem pactua com outras forças, foi traço marcante nas novas forças políticas, pelo menos em sua época ascendente. Alcançou maturidade no *yrigoyenismo* e no partido colorado de Batlle, outorgando-lhe um tom característico que se tornou insuperável para os partidos anteriores e ainda mais para as figuras independentes que o atribuíram ao despotismo pessoal do caudilho. O caso do *batllismo* é exemplar: aceitava a presença no governo de uma minoria opositora, no papel de controle e crítica, mas a política era estabelecida pelo partido majoritário de acordo com sua filosofia. Esse exclusivismo afetou também à equipe intelectual, pois restringiu sua liberdade em relação ao poder, substituída por uma integração nas fileiras partidárias. O intelectual começa a se tornar um correligionário. Quem se ressentiu de imediato foram os grandes figuras da modernização, que os governos de "ordem e progresso" sempre haviam aclamado. As tensas rela-

(8) Frases de diversos ensaios de *Páginas libres e Horas de lucha*. Na edição da Biblioteca Ayacucho, Caracas, 1976, respectivamente pp. 214, 107, 201, 202.

(9) Cit. em Bruno Podestá, *Pensamiento político de González Prada*, Lima, Instituto Nacional de Cultura, 1975, p. 31.

(10) M. González Prada, ob. cit., p. 210.

ções de José E. Rodó com Batlle evidenciam isso. Quando foi anunciada a candidatura de Batlle a um segundo mandato na presidência em 1910, Rodó apoiou-a em prol do bom entendimento entre as classes, que ele acreditava que Rodó representava, pois englobava, "de um lado, as classes conservadoras, para quem o prestígio da ordem administrativa é sempre o que mais significativamente realça a personalidade do homem público, e por outro, aos elementos do trabalho, que, pela primeira vez, durante o governo de Batlle, adquiriram no país uma consciência coletiva".¹¹ Nem bem um ano depois já Batlle se distanciou, para militar em um setor oposto, a fim de combater a 'desastrosa política de círculo: a exclusão deliberada das forças intelectuais e morais mais representativas do país na obra do governo, o personalismo avassalador da autoridade presidencial, afogando todas as autonomias e suprimindo de fato todas as divisões do poder'.¹²

Mais ilustrativo deste reverso negativo é o lado positivo, primeira versão de um funcionamento que se tornará a ver no varguismo, no peronismo e inclusive no castirismo. A ascensão de Batlle foi acompanhada de um grupo de novos intelectuais, pouco conhecidos e pertencentes à boêmia, que desenvolveram uma ativa militância política. Alguns procedem do anarquismo, como Leoncio Lasso de la Vega e Angel Falco, os quais lutaram dentro das organizações e dos sindicatos anarquistas para obter um apoio que lhes será negado em nome da necessidade política ácrata.¹³ Outros vêm da classe média recentemente educada (José Pedro Bellan, Enrique Casaravilla Lemos, Alberto Zum Felde), apesar de que quem melhor representa este elenco com poucos antecedentes é o escritor que se torna político (Domingo Arená). Como era previsível, produz-se uma renovação generalizada da *ciudad de las letras*, mas também o apelo a outros setores sociais, e sobretudo, uma

(11) Carta a Ricardo J. Areco, 10 de junho de 1910, em *Obras completas*, ed. cit., p. 1065.

(12) Carta a Luis A. Thevent, 1916, ob. cit., p. 1086.

(13) Milton I. Vagner, *The Model Country. José Batlle y Ordoñez of Uruguay, 1907-1915*, Hannover, The University Press of New England, 1980, p. 69. O rechaço dos anarquistas à vida política impregna já a visão de Manuel González Prada e explica alguns dos problemas que encontrou Martí para a organização do Partido Revolucionário Cubano, tal como o testemunham as passagens de seus artigos em *Pátria*.

maior integração, por meio do partido, com o programa e a disciplina, os objetivos e a política do governo.

Não é, claro, o "intelectual orgânico" definido por Gramsci, que com dificuldade começará a insinuar-se nas fileiras da esquerda nos anos 40. Para definir melhor este novo membro da *ciudad de las letras*, convém retomar uma segunda característica da renovação dos partidos: a base democrática.

Foi evidente na tenacidade de José Martí para constituir o Partido Revolucionário Cubano, a partir das *Bases* e dos *Estatutos secretos*, aprovados em 1892, mas com longa germinação em seu pensamento já que a razão de seu rompimento com o general Máximo Gómez em 1884, retirando-se do plano insurrecional, Gómez-Maceo respondeu a seu rechaço da estrutura autoritária que estes militares haviam outorgado a seu projeto, tal como disse em sua notável carta: "Um povo não se funda, General, como se manda num acampamento".¹⁴ A base democrática foi seu norte, como desde 1887 se pode ver em sua proposta ao brigadeiro Juan Fernández Ruz, pois ao mesmo tempo em que reafirma um partido de idéias, rechaçando para isso toda união com os anexionistas, reivindica que se acredite numa solução revolucionária, "dissipando temores e agindo em função de um fim democrático conhecido".¹⁵

Assim se organizarão os clubes que florescem em Nova Lortque, Cayo Hueso, Tampa, cuja estrutura democrática é duplamente notável, porque se trata de centros destinados a sustentar uma invasão armada da ilha. Estão, no entanto, cercados de garantias para a livre expressão de opiniões e de votos, só restringida pelas atribuições do Delegado e do Tesoureiro que, todavia, eram cargos eletivos anualmente. Como além disso o Partido Revolucionário aproveitou a existência prévia de clubes em que se haviam estado reunindo livremente os emigrados cubanos, a organização democrática proposta por Martí recupera essa história democrática.¹⁶

(14) *Obras completas*, La Habana, Editorial Nacional, 1963, t. I, p. 178.

(15) Ob. cit., p. 124.

(16) V. artigos de Ibrahim Hidaigo Paz, Diana Abad e Juan Carlos Mirabal, em *Anuario del Centro de Estudios Marianos*, 4, 1981, e, de Salvador Morales, "El Partido Revolucionário Cubano" em *Anuario Mariano* 6, 1976.

Em melhores condições, por mais longo tempo e com maior participação das bases populares, se desenvolveram os partidos que responderam a Hipólito Yrigoyen, na Argentina, e a Batlle y Ordoñez, no Uruguai, devendo ver-se nisso a origem dos seus triunfos políticos. Não somente conseguiram uma integração sólida e melhor definida ideologicamente, mas também o ingresso dos setores sociais emergentes, os grupos médios que começam então sua vida política. A eles se pode atribuir o terceiro traço característico dos novos partidos: o sentimento de solidariedade nacional que promovem. Essa solidariedade foi trazida por Arturo Andrés Roig¹⁷ para o *yrigoyenismo* nas leituras *krausistas* de seu caudilho, e não deixa de ser curioso que essa mesma lição de Karl Krause, através do grupo intelectual espanhol de Francisco Giner de los Ríos, serão reencontradas no pensamento de José Martí e no de Batlle y Ordoñez,¹⁸ mostrando essa original adaptação que se faz sempre na América Latina das correntes europeias, ainda que se trate de muito menores, com escassa incidência em suas respectivas metrópoles, já em 1900 provocava a indignação de Max Nordau, conforme as declarações que recolheu Enrique Gómez Carrillo.¹⁹ Segundo esta visão, os membros de um partido viam a si mesmos como muito mais do que isso, como um movimento de regeneração espiritual, depositário da nacionalidade, o que os associava estreitamente a uma missão redentorista, reforçando assim o vínculo cultural que os ligava mutuamente.

"Esse radicalismo e essa essencialidade de seu partido implicavam para Yrigoyen na plena identificação entre seu movimento e o bem da pátria, 'porque não é possível conceber maior identidade'. Por isso, se caiu em uma espécie de sacra-

(17) *Los krausistas argentinos*, Puebla, José M. Calica, 1969.

(18) *Arturo Ardao, Batlle y Ordoñez y el positivismo filosófico*, Montevideo, Número, 1951.

(19) Enrique Gómez Carrillo, *Almas y carabros*, Paris, Garnier, 1898, pp. 248-9. Dizia então Nordau: "A filosofia da moda em Madri, o krausismo, é um dos sintomas da decadência. Krause é um pobre homem; na Alemanha esteve o seguro de que nem sequer os professores de metafísica o conhecem; eu o considero como um discípulo de quinta categoria de Kant... e, no entanto, os espanhóis o comemam, o estudam e o admiram. Verdadeiramente é curioso, muito curioso, que vocês tenham uma filosofia *krausista*".

lização: a mística do partido converteu-se em uma espécie de 'religião cívica'. Yrigoyen foi para alguns o apóstolo, os membros do partido foram correigionários e a defeção se chamou apostasia. Não foi em vão que o próprio Yrigoyen identificava a solidariedade *krausista* com a solidariedade cristã. Era lógico, em consequência, que rechaçado — em teoria — o sistema de facções partidárias, para alguns *yrigoyenistas* os cidadãos argentinos não podiam dividir-se senão em puros e impuros."²⁰

Esses três traços (baluarte ideológico, democracia organizativa, solidariedade nacional) definem os novos partidos. No entanto, não obscurecem em nada o carisma caudilhista, ao contrário, aumentam-no, nem reduzem a ambição primeira de conquista do poder para reforçá-lo, ampliando-o à órbita econômica e educacional, mediante as estatizações e a concentração do ensino, nem restringem, mas aumentam, o exclusivismo da filosofia governamental. Uma religiosidade leve impregna o projeto, ao que se estaria tentando conceder uma dimensão classicista, se não fosse pelo fato de vários historiadores argumentarem persuasivamente que ela aparece mais como consequência, que como antecedente.²¹

É impensável, no entanto, que possam constituir-se organizações políticas de massa com esses traços sem uma cosmovisão classicista, própria dos estratos que tentam sua ascensão social. Sobre tudo quando contemporaneamente se produz uma notória modificação no horizonte cultural, mais forte no Rio da Prata, onde surge o jornalismo *costumbrista* urbano (*Caras y caretas* e a produção de Fray Mocho) e o teatro *criollo*, que sequer necessita do veículo alfabetizador e triunfa desde o cenário do *Apolo* (Juan José Podestá), e também o

(20) Abelardo Villegas, ob. cit., p. 192.

(21) Os livros de Gino Germani (*Estructura social de la Argentina*, 1965, e, sobretudo, *Política y sociedad en una época de transición: De la sociedad tradicional a la sociedad de masas*, 1962) fixaram uma pauta interpretativa, similar à desenvolvida por John J. Johnson, ob. cit., e Germain W. Rama (*El ascenso de las clases medias*, 1969). Críticas à ação das classes médias, como operaram em 1900, encontram-se em James R. Scobie, Buenos Aires, Plaza to Suburb, 1870-1910, Nova Iorque, Oxford University Press, 1977, e em Milton I. Vanger, ob. cit., os quais se referem respectivamente ao caso argentino e ao uruguai.

México, através da proliferação de jornais populares ilustrados (a imprensa barata) e os panfletos que fizeram a fama de Antonio Vaneegas Arroyo desde 1880, capazes de propiciar o desenvolvimento de uma escola de originais gravadores, de Manuel Manilla a José Guadaluce Posada.²² Apesar de o processo ser similar no norte e no sul, há também visíveis diferenças corroboradas pela ruptura violenta que se produziu no primeiro e a evolução gradual ocorrida no segundo, que, no entanto, não o resguardou de posteriores freios, a partir de 1930. Essas diferenças podem ser atribuídas ao tradicional elitismo intelectual mexicano que consolidou uma divergência entre formas cultas e populares e que obrigou a James D. Cockcroft a multiplicar os níveis, inclusive entre intelectuais revolucionários,²³ enquanto que no Rio da Prata se comprova uma maior plasticidade do grupo intelectual que por volta de 1900 consegue reunir, graças ao marco letrado comum que lhe confere especificidade, tanto os membros ilustrados da *gente decente*, ou seja a oligarquia dirigente do tipo Lucio V. Mansilla ou Eduardo Wilde, como os provincianos ou a *gente do povo* que mediante o cultivo das letras alcançam uma consideração pública. A operatividade autônoma do grupo intelectual, sua capacidade para detectar as mudanças e seus novos rumos, a racionalidade burguesa de sua análise, reforçadas pela convivência urbana e pelo permanente intercâmbio intelectual,²⁴ contribuíram para uma estimação criteriosa das demandas que estava apresentando o movimento sindical e as pressões dos *white collars*. O grupo intelectual manifesta uma abertura moderna e nacional que o capacita para desenhar a partir dos modelos europeus, a visão futura de sua própria sociedade. A partir daí, o setor avançado resolve animar os interesses dos setores que ainda não completaram a consciência de si mesmos, o que se obterá plenamente mediante as reformas que introduzam no poder. A ação atenciosa do grupo

(22) V. Joyce Waddell Bailey, "The Penny Press" em Ron Tyler (ed.),

Posada's Mexico, Washington, Library of Congress, 1979, pp. 85-121.

(23) Em *Precursores Intelectuales de la Revolución mexicana*, México,

Siglo XXI, 1971.

(24) "Manthinham contato com o povo, possibilitado pelo meio reduzido e isso era uma grande vantagem", diz Octavio R. Amadeo, *Vidas argentinas*, Buenos Aires, Bernabé y Cia., 1940, p. 144.

intelectual deve ser encarada neste exemplo, pois em um breve lapso o vemos atravessar diversos estágios: do reduzido círculo letrado que, amparado no poder, desenhava políticas de governo e políticas culturais à sua imagem e semelhança, e por consequência, à imagem e semelhança do poder, passamos a uma etapa mista e de transição, em que a estes ilustrados se somam os membros de uma elite proveniente de estratos médios, que se bem transportam uma cosmovisão, também ilustrada, já está atravessada por fortes rajadas democráticas, por momentos aristocraticamente reivindicativos de direitos populares (Lugones), que em vez de acatar as políticas do poder aspiram a que este aceite e imponha uma política social e cultural que recolha as novas forças operantes. Chegaremos, por último, à ação dos instrumentos coletivos democratizados (os partidos políticos novos) que instauram desde o poder a cultura mais democrática, populista e nacionalista, a que ao mesmo tempo é exclusivista como tirano novo, mas que conta com uma base social afirm.

O próprio processo que gera os partidos novos produz a emergência do público leitor, desconhecido até aquele momento. É nessa etapa de transição (quando se ampliou a elite intelectual e se vive a freqüentemente desagradável experiência da democracia, mas ainda não se percebe a tomada do poder e muito menos se suspeita das transformações que sofrerá a *ciudad de las letras*) que os intelectuais encaram as ações sociais distintas das tradicionais postulações à coroa do poder. A educação popular havia sido um lema sagrado desde a Emancipação e seria agora uma empenhada prática governativa. Mas já não ficaria unicamente restrita à gestão estatal. Naquelas cidades, onde o progresso econômico havia distendido a sociedade, aumentando o número potencial de consumidores e provendo-os de recursos suficientes, presenciava-se uma constante atividade intelectual para prover esse público de idéias e objetos culturais, desenvolvendo mensagens educativas que não somente não passavam pelos órgãos do poder mas se contrapunham a eles. Apesar de não serem muitos, nem de maneiras variadas, os que contribuíram para este fim, é nas fileiras do pensamento crítico opositor que se recrutam os primeiros contingentes, auspiciando experiências que resultaram assombrosas por seu caráter desconhecido e que desenharam o primeiro caminho independente do poder

que transitaram os intelectuais, no qual alguns persistem até os nossos dias.

Antes de rever essas variadas maneiras, ainda que seja sumariamente, deve-se ter claro que, apesar do alargamento produzido, continuava sendo escasso o número de letrados no começo do século, os quais viviam em condições que favoreciam as comunicações mútuas, sobretudo no Prata. Na medida em que os políticos patricios exerciam outras atividades letradas (poetas, historiadores, juristas) houve mais vínculos entre o setor político e o humanístico do que hoje se pode imaginar, e na medida em que jornalistas e escritores participavam dos movimentos sindicais, houve vínculos mais reais entre eles e os quadros operários dos que foram lema das esquerdas durante os anos 30. A essas comunicações contribuiu a mudança na planta física das cidades, onde se redistribuíram os espaços de trabalho e os de residência. Enquanto a "gente decente" começa seu traslado para as urbanizações ou colônias distantes do velho centro, e enquanto a imigração amplia os subúrbios, se conserva em nível de maior especificidade o reduzido espaço do centro onde funcionava a *city*. "Continuou sendo o centro administrativo e comercial em quase todas as cidades — anota Romero — mas só em algumas — Rio de Janeiro e Buenos Aires, especialmente — se modernizou em arquitetura e manteve seu prestígio"²⁵ O centro (a praça) reunia a administração, estatal e privada, as finanças, o comércio e as diversões, de modo que, em reduzido perímetro, se entrecruzavam as atividades sociais. "Ir ao centro", para compras, por trabalho ou por diversão, continuou sendo obrigação para os que já viviam em bairros residenciais, os quais careciam de centros sociais próprios.

Quando sobre um mapa se tenta localizar as casas em que viviam os escritores (habitualmente quartos de pensão para provincianos que seguiam estudos na capital ou já trabalhavam ali); as redações dos jornais, onde levavam suas colações ou onde já exerciam como jornalistas de quadro; os escritórios governamentais que proporcionavam empregos (Correios e Telegrafos, Bibliotecas, Arquivos, onde eram loca-

lizados por associação superficial com a pena); as Universidades, onde se formavam em carreiras liberais, logo abandonadas; os Ateneus ou salas de conferências e concertos onde dissertavam; os cafés, em que passavam a maior parte do dia, escrevendo ou participando do cenáculo, ou buscando ajudas econômicas; os teatros a que concorriam, seja para fazer as crônicas, seja pelas atrizes, ou para oferecer um manuscrito; os escritórios dos advogados onde eram escreventes ou conversavam sobre arte com ex-colegas estabelecidos; as sedes dos partidos políticos, a cujas assembleias acudiam e onde exerciam a mais apreciada virtude da época: a oratória, que consagrava o intelectual; os prostíbulos a que concorriam pontualmente até o dia do matrimônio; as igrejas em que alguns se arrendiam; as casas de móveis em que se expunham obras de arte ou as livrarias que recebiam as novidades de Barcelona e de Paris; quando se revisam esses estratégicos pontos sobre o mapa, o que se encontra é o velho centro, esse quadrilátero de dez quadras por lado de onde transcorria a vida ativa da cidade e era o salão público da sociabilidade, esse espaço em que, segundo a mecânica das novelas da época, os personagens sempre se encontravam, por acaso!

Esse pequeno núcleo intelectual (chegaríamos a cem os escritores de Buenos Aires ou do Rio de Janeiro, cidades que ao cruzar 1900 chegaram ao milhão de habitantes?) é o que recebe o público que vinha pedindo desesperadamente, apesar de que reclamando-o ao Estado dentro das melhores tradições familiares e sem a menor previsão do que haveria de ser um público espontâneo, não regido pelo gosto dos ilustrados. A consternação foi geral e acrescentou o capítulo de acusações contra a multidão, já avalizado pela crítica inglesa e francesa. O público apareceu primeiro nos teatros onde não se necessitava ler e tampouco escrever, os quais foram invadidos pela comédia ligeira que, no Rio de Janeiro de Artur Azevedo (1855-1908), se chamou de "bambochata", ou pelo drama *criollo* de sangue e facão que impôs em Buenos Aires a companhia circense dos Podestá. Em seus *Recuerdos literarios*, Martín García Merou evoca os trabalhosos esforços da *Academia Argentina* dos anos 70 para fundar um teatro nacional, produzindo obras das quais o público sempre desertava no dia seguinte à estréia, que congregava familiares e amigos, para concluir melancolicamente:

"Necessito dizer que todos estes belos sonhos, como os da leitura da fábula, se converteram em fumo? Ah, o sabemos de-masiado. Passou uma década e o problema insolúvel do teatro nacional foi resolvido por um palhaço com instinto e temperamento de ator, que transformou a insossa pantomima de seu circo em uma série de quadros dramáticos que retratam a vida de um bandido legendário. Com supremo sarcasmo à inteligência e à arte, *Juan Moreira* logrou o que não pôde conseguir Coronado, com *La rosa blanca*, ou *Luz de luna* e *Luz de incendio*."²⁶

Como reverso divertido, ouçamos a Artur de Azevedo. Quando os críticos cultos do Brasil o sacrificaram por causa de seu populatismo vulgar, escreveu uma amena autobiografia desde sua chegada ao Rio de Janeiro, procedente de São Luís do Maranhão, aos 18 anos, contando seus fracassos no teatro sério, por falta de público e de apoio intelectual, concluindo assim:

"Em resumo: todas as vezes que tentei fazer teatro sério, em paga só recebi censuras, apodos, injustiças e tudo isto a seco; ao passo que, enveredado pela bambochata, não me faltaram nunca elogios, festas, aplausos, proventos. Relevei-me citar esta última fórmula de glória, mas — que diabol — ela é essencial para um pai de família que vive da sua pena."²⁷

De 1890 em diante, o teatro se orienta, na maioria das capitais por esta linha popular e vulgar, antes de, por volta de 1920, ser devorado pelo cinematógrafo que continuou (e estrangeirizou) essas formas expressivas que estavam longe da incapacidade para a invenção artística original que lhes ditaram os cultos: os conservadores (o citado Garcia Merou) como os progressistas (Florencio Sánchez). Sua ascensão é exatamente paralela à, e freqüentemente combinada com, a *mezzo-música*. Partindo de materiais populares, muitos de origem

rural, que se estilizam e *culturizam*, para dizê-lo de alguma maneira, um nutrido grupo de compositores dotam os salões mundanos de músicas bailáveis para as quais improvisados poetas escreverem poesias, algumas memoráveis, acordes com a fantasia da pequena burguesia ascendente. Impetuosamente como ela, ascendem os jarabes, corridos, joropos, danções, havaneiras, boleros, guarachas, sambas, batucadas, guaguan-cós, plenas, golpes, merengues, cumbias, tangos, choros, etc., etc. Tanto que os compositores cultos, em uma das operações mais habituais da *intelligentsia* latino-americana, ao interar-se do que está fazendo o nacionalismo musical na Europa, se põem a ouvir o que desde a infância soava em torno deles. Bem diz Gérard Béhague da progressiva impregnação da música culta pelas fontes populares: "*A definible national music style appeared only in the last decades of the century, under the influence of similar genres with folk and popular characteristics which could constitute an obvious source of national identity*."²⁸

Essa foi a produção para os ouvidos do público inicial de massas. Para os olhos, surgiu, imitando o modelo europeu que difundiam diariamente os jornais para obter a distraída atenção dos leitores, o folhetim nacional. O diário dos Gutiérrez, *La Patria Argentina*, se manteve nos anos orienta em boa parte graças aos desbordantes folhetins *cróllos* de Eduardo Gutiérrez, cujo *Juan Moreira* (1879-1880) fixou um tipo no imaginário argentino e cuja série de "gaúchos maus" mereceu suculentas edições da casa Maucci espanhola, coisa que não alcançaram muitos de seus imitadores na mesma publicação. Também na Espanha, as editoras difundiram as obras com-pletas do novelista mais bem-sucedido da época, o colombiano José Maria Vargas Vila (1860-1933), repudiado por seus colegas cultos por causa de sua "literatura de empregadas" (e de patroas), logo triunfante com *Flor de fango* (1895), que nunca foi destronada pelo sensualismo poético *dannunziano* que seu autor praticou desde *Ibis* (1899), em não menos de quarenta

(26) *Recuerdos Literarios*, Buenos Aires, La Cultura Argentina, 1916, p. 266.

(27) J. Galante de Sousa, *O Teatro no Brasil*, Rio de Janeiro, Ed. de Ouro, 1968, p. 277.

(*) "Um estilo musical nacional definido só apareceu nas últimas décadas do século, sob a influência de gêneros similares com características folk e populares capazes de constituir uma fonte óbvia de identidade nacional."

(28) Gerard Béhague, *Music in Latin America: an Introduction*, Englewood Cliffs, USA, Prentice-Hall, 1979, pp. 96-7.

títulos que fizeram dele um dos primeiros profissionais da pena. As suas novelas eram atrevidas e pecaminosas, daquelas que as mães deviam esconder das filhas, em cujas mãos punham as educativas do argentino Gustavo Martínez Zúbiria (Hugo Wast, 1883-1962), que respiravam um pensamento conservador desde *Flor de durazno* (1911) até *Lo que Dios ha unido* (1945), com o qual, no entanto, Wast recebia já em 1921, por direitos autorais, vinte mil pesos anuais.

Para o público culto ou semiculto, começaram a funcionar as editoras que seriam no século XX o principal reduto dos intelectuais independentes, à margem do Estado, em comunicação direta com o público. A instalação de Maucchi, no México, da Livraria de H. Garnier, no Rio de Janeiro e a aparição da biblioteca de *La Nación*, em Buenos Aires (que muito deveu aos desvelos de um jornalista da casa, Roberto Payró), traçaram os primeiros circuitos de comunicação autônomos, que floresceriam mais tarde, com o pensamento crítico. Esse circuito tinha sérias limitações: as tiragens se mediam, à francesa, por cada mil exemplares, apesar de que nas praças menores não superavam os quinhentos. (Em um catálogo de H. Garnier, por volta de 1910, encontro que João do Rio alcançou sete edições de sua série de reportagens *As religiões do Rio*, inicialmente publicada em 1904, obra de grande público por um dos mais conhecidos jornalistas da época e membro de seu "café society".²⁹ A multidão de revistas, semanários e coleções populares de literatura (a novela levanta vôo) terão vidas intensas e em geral efêmeras, e nos anos 20 se presencia um boom, que pudicamente se poupou desta denominação de *merchandising*. Pareceu possível que os intelectuais atuassem diretamente sobre o público (e este "reaturara" sobre eles, impondo-lhes inclusive uma escritura e formas especiais) sem que esta comunicação fosse orientada e condicionada pelo poder, fosse quem fosse que o ocupasse. As transformações que se produzem nos intelectuais foram muitas, das quais registro apenas as três básicas.

(29) Conforme documentado por R. Magalhães Júnior, em *A vida vertiginosa de João do Rio*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, p. 81, Lansac lhe pagava adiantado o direito de autor de cada edição-tiragem, o que a reedição de 1907 correspondeu a 359.000 réis, equivalente a 10% do preço de capa.

Incorporação de doutrinas sociais. Nenhum movimento posterior foi tão fértil e novo como a introdução do pensamento anarquista, já preparado pelo utopismo, cuja primeira iniciação pode ser datada pela *Cartilla socialista* do recém-desembarcado no México, Plotino Rhodakanaty (1861), e que, se durante décadas foi tão mimético das correntes européias como havia sido o liberalismo, passado 1900 já se havia nacionalizado e via seu espaço disputado pelo socialismo e logo pelo comunismo. Apesar de que se opunha ao partido político (o que acrescentou sua contribuição a um pensamento segregado do poder) coincidia com os novos partidos mencionados na necessidade de uma educação popular (proletariado antes de tudo, que era a mais desamparada) que abarcasse todos os aspectos da vida e não somente os políticos, em uma cosmovisão nova: as relações de trabalho, a vida familiar, os direitos da mulher, dos quais seria o primeiro proponente, a solidariedade dos trabalhadores, a luta contra o alcoolismo e também contra os padres, a alfabetização de crianças e adultos, etc. Desse proselitismo surgiram os Centros de Estudos Sociais e as primeiras Universidades populares, de acordo com o modelo da famosa Escola Moderna do espanhol Francisco Ferrer, que foi visto na orbe latino-americana com o mestre da educação livre. Embora este pensamento tenha pertencido originalmente aos quadros sindicais, preponderantemente estrangeiros, sua rápida nacionalização pode ser acompanhada através dos documentos sobre o Brasil, reunidos por Edgar Carone:³⁰ uma nota do Centro Socialista, em 1896, aconselhando a leitura de livros de sua biblioteca que em sua quase totalidade estão em francês; outra, de 1919, do Partido Comunista do Brasil, oferece traduções de Kropotkin, Grave, Marx, Darwin e Máximo Górkí. Ainda mais rápida foi a nacionalização no México, devido à insurreição popular que deu guarida aos grupos anarquistas lutando contra o poder (não somente porfirista ou huertista mas também carrancista), ainda que seu projeto diferísse bastante do de outras facções, se nos ativermos às páginas de *Regeneración*, à publicação dos Flores Magón, e às dissidências quando da fundação da Casa

(30) *Movimento operário no Brasil* (1877-1944), São Paulo, Difel, 1979, pp. 42-47.

do Operário Mundial. Nos livros de Hart, García Cantú e Cockcroft,³¹ se pode medir a aceitação que as correntes anarquistas e socialistas encontraram entre os intelectuais de estratos baixos da sociedade, jovens com escassos recursos que alternaram estudos com trabalho manual e insatisfeitos abandonaram freqüentemente as Universidades.

Autodidatismo. Seja por razões econômicas ou intelectuais, a Universidade deixa então de ser a via obrigatória do letrado como o tinha sido necessariamente no século XIX e inclusive na modernização. Com inédita dignidade aparece a categoria autodidata.

Até o positivismo, incluído, a Universidade foi o centro de formação do pensamento, e as letras e-as disciplinas universitárias, por modernizadas que fossem, propiciavam a ordem hierárquica da *cidade das letras*, preparavam para as funções do poder centralizado. Desde o anarquismo de fins do século, a preparação intelectual já não dependerá exclusivamente dela, pela aparição de um grupo social mais baixo que não pode ou não quer educar-se universitariamente, preferindo fazê-lo diretamente no comércio de livros e revistas que circulam mais livremente pelo mercado e mais ainda nas convulsas que seus membros mantêm entre si. A confusa e tumultuada democratização vai gerando um tipo intelectual distinto, que ao não ser trabalhado pelo apreciado instrumento da educação letrada sistemática, teve que proporcionar uma visão mais livre, ainda que também mais caótica, indisciplinada e assistemática. Será entre os escritores que se difundirá melhor este intelectual autodidata, pois nos mesmos anos de sua energética aparição, coincidindo com a instauração do mercado aberto da escritura, governos e instituições impõem regimes restritos para a habilitação do exercício de profissões e inclusive os professores primários e de ensino médio, deverão dispor de títulos habilitadores, depois de anos de estudos regulamentados.

Esses intelectuais autodidatas configuraram o grupo rebelde mais avançado nas classificações classistas que traça

(31) John M. Hart, *Los anarquistas mexicanos, 1860-1900*, México, SepSetentas, 1974, e *Anarquismo y clase obrera en México*, México, Siglo XXI; Gastón García Cantú, *El socialismo en México*, 1969; James Cockcroft, ob. cit.

Cockcroft dos pré-revolucionários e podem opor-se aos congregados no Ateneu da Juventude, cuja forte tendência universitária define a persistência de comportamentos de elite. Que os autodidatas não foram fenômeno mexicano, nem resultaram devido à comoção revolucionária, fica demonstrado pela sua presença, ainda mais consistente em outros lugares. Em Montevideu, onde se desenvolvia simultaneamente a revolução (legal), foi registrado por quem fez parte do movimento do grupo que acompanhou a reeleição de Batlle y Ordoñez em 1911:

“O tipo do intelectual de café, aparecido por volta de 1900, era um fenômeno inteiramente novo no ambiente uruguaio. Até então, só havia existido o tipo de intelectual universitário. Todos os escritores, conferencistas e publicistas do país, haviam saído das classes, depois de cursar seus estudos disciplinados, e possuíam títulos acadêmicos. O *doutor* (advogado) era o tipo por excelência do intelectual uruguaio, tanto na política como nas letras. A geração do Ateneu era uma geração de *doutores*. Mas ao entrar o novo século, o *doutor* fica só como tipo do intelectual político; os escritores, mais notáveis daí para frente, são autodidatas, com poucos ou nenhum curso universitário.”³²

Profissionalismo. Esse autodidata não foi nada irrealista, boêmio ou sonhador, mas muito atento para as demandas do meio que observou detalhadamente como profissional. Preenciaremos a “idade da pedra” do profissionalismo na última década do século XIX e sua “idade do ferro” depois de 1900, tal como as definiu sagazmente Horacio Quiroga, atendendo à eclosão dos semanários de atualidade que abasteceram o público de massas. Neles e nos jornais, os escritores tomaram contato com o mercado literário, com “suas flutuações, suas amarguras e seus prazeres inesperados”, nas palavras de Quiroga,³³ extraindo especial orgulho da relativa inde-

(32) Alberto Zurn Felde, *Proceso intelectual del Uruguay*, Montevideu, Editorial Claridad, 1941, p. 214.

(33) “La profesión literaria”, *El Hogar*, 1928, recolhido em *Sobre literatura*, Montevideu, Arca, 1970, p. 90.

pendência que lhes asseguravam. Não ganhavam o suficiente para viver exclusivamente da pena, nem deixavam de ter papo-deres públicos, compensava para eles sua áspeta incorporeção ao mercado como produtores independentes no que foi uma tardia aceitação do sistema econômico vigente. Manuel Gálvez (1882-1962), que se fez conhecido com sua revista *Ideas*, em 1903, e chegou a vender em Buenos Aires quarenta mil exemplares de suas novelas, fez dessa condição o traço definidor de sua geração:

“Com minha geração, aparece na Argentina o tipo do escritor profissional. Não me refiro ao escritor que vive só das letras, porque este fenômeno é desconhecido por aqui, salvo entre os autores de teatro, mas do homem que se dedica principalmente ao trabalho literário, que publica livros com regularidade e que, ainda que não tente viver com seus lucros de escritor, ou de jornalista, trata, pelo menos, de ajudar-se com eles.”³⁴

O profissionalismo, que havia sido idealizado em todo o transcurso do século XIX, mostrou, ao realizar-se, o próprio rosto turvo que ofereceu ao público ao aparecer no horizonte dos escritores. Suas demandas tituraram muitas vocações literárias, mas os fortes combatentes fizeram destas rudes condições o apoio externo que necessitavam para alcançar a maturidade de sua arte, tal como haveria de encarecê-lo Paul Valéry. De Horácio Quiroga (1878-1937) conservamos um longo epistolário com Luis Prado,³⁵ que foi o chefe de redação da revista *Carras y Carretas* e da revista *Fray Mocho*: é uma autêntica correspondência comercial em que se ajustam as condições dos produtos literários e seus preços. Em um de seus artigos sobre literatura, Horacio Quiroga relatou as exigências editoriais de seu amigo, explicando que “exigiu o conto breve até um grau inaudito de severidade. O conto não devia passar então de uma página, incluindo a ilustração cor-

respondente. Tudo o que sobrava ao contista para caracterizar seus personagens, colocá-los no ambiente, arrancar o leitor de seu tédio habitual, interessá-lo, impressioná-lo e sacudi-lo, era uma única e estreita página. Melhor ainda: 1.256 palavras.”³⁶

Mas não somente a medida das composições ficaria fixada pela demanda a que deviam responder os recém-inaugurados profissionais, mas muitos outros aspectos da obra literária: seu léxico, os ritmos poéticos, os recursos artísticos, que com hábil simplificação haveriam de servir à mensagem nacionalista, ao imediatismo histórico, ao preciso reconhecimento do contorno natural e social e à boa quota de didatismo moral que caracterizava as produções do período, situado entre ambas modernizações. De acordo com a nova lei do sistema literário, se devia comunicar sem dificuldade com o leitor que procedia dos setores médios recém-educados, sem temer os efeitos dramáticos, nem os emocionalismos enternecedores, dominando o contorno histórico nacional em uma típica operação de re-conhecimento. Da poesia de Baldomero Sanín Cano, na Argentina, da de Carlos Sabat Ercasty, no Uruguay, e da de seu imediato e genial discípulo daquele momento no Chile, Pablo Neruda, se pode dizer o mesmo que disse um crítico mexicano da de López Velarde: “O mexicano comum e corrente se descobre e se contempla na poesia de López Velarde.”³⁷

Mas a experiência que fizeram os escritores durante a revolução mexicana foi muito distinta da dos colegas do sul e muito mais parecida com a que se daria no restante do século. O ponto de partida já era diferente, pois a esquerda democrática vivida no país durante a modernização, havia permitido conservar com pujança alguns traços tradicionais, como eram a tendência elitista, cultista e afastada das formas populares e a concomitante tendência acadêmica que os levava a integrar a cidade das letras para operar a partir dela sua ação reitora.

(34) *Recuerdos de la vida literaria. I. Amigos y maestros de mi juventud*, Buenos Aires, Librería Hachette, 1961, p. 36.

(35) Em *Revista de la Biblioteca Nacional*, No 18, Montevideo, maio de 1971, pp. 9-39.

(36) “La crisis del cuento nacional”, *La Nación*, 1928, em ob. cit., p. 95.

(37) Carlos Monsivais, “Notas sobre la cultura mexicana en el siglo XX”, em *Historia general de México*, México, El Colegio de México, 1976, t. IV, p. 360.

Nem nos países do Cone Sul, nem no Brasil, se pode encontrar uma aspiração intelectual como a que culminou em 1909 com a fundação do *Ateneu da Juventude*, ainda que se deva reconhecer-lhe sua preocupação pela educação popular própria da época, a qual, no entanto, foi bastante menor do que a que demonstraram pelo desenvolvimento de uma educação superior, pós-universitária. Traços dessa mesma aspiração só se encontram no Peru e na Colômbia, que não casualmente eram os outros centros do poder vice-reinal durante a Colômbia, organizando a base de uma massa trabalhadora indígena, onde havia encontrado suas formas plenas a concepção da *cidade das letras*.

Mas, além disso, também foi diferente a circunstância histórica, pois o que esses intelectuais encontraram não foram os caudilhos civilistas que encabeçavam os setores médios, mas os caudilhos militares saídos do estrato da cultura popular, freqüentemente de suas áreas rurais recém-tocadas pela modernização procedente dos Estados Unidos (Sonora),³⁸ que os dotava de uma força desconhecida e beligerante. Nada mais fascinante do que a aventura desses intelectuais que pelas mais variadas razões (do idealismo cãndido ao franco oportunismo) foram situar-se ao lado dos múltiplos caudilhos da revolução, servindo-os com suas armas letradas em estado de pânico permanente, ou procurando levar a cabo a educação do príncipe, com vistas ao futuro governo civil, mas sempre encarregando-se da propaganda denegridora dos adversários que, como bem sabiam, era um combate com os letrados situados ao lado dos caudilhos inimigos, aos quais salpicavam de todo com maior desenvoltura do que haviam feito com seus chefes.³⁹

Foi uma experiência remanescente da que se produziu durante a Emancipação, ainda que sejam poucas as informações que possuímos sobre a participação desse personagem secreto das guerras de Independência, que um historiador

(38) V. Héctor Aguilar Camín, "Los jefes sonorenses de la Revolución Mexicana", em *Salidos de la revolución. Cultura y política de México*, 1910-1980, México, Nueva Imagen, 1982.

(39) Sobre as idéias desta geração ver Enrique Krauze, *Caudillos culturales en la Revolución mexicana*, México, Siglo XXI, 1976.

descreveu como "o secretário, ou como o chamam os gaúchos, o *escribano*, o enganador da comédia, cujo braço não se percebe pelos espectadores, demasiado absorvidos pela ação principal".⁴⁰ É certo que a Emancipação conheceu uma alta quota de caudilhos educados, ainda que não se alcançassem os excepcionais dotes intelectuais de um Simón Bolívar, mas não impediu muitos casos de alianças entre caudilhos analfabetos e letrados urbanos, cuja denúncia, como vimos, iniciou Simón Rodríguez e arrematou José Pedro Varela. Reviveu a ambígua relação, desconfiada e mutuamente admiradora, entre a capacidade técnica do letrado (seu domínio do instrumento ideológico, e inclusive, antes do meramente lingüístico e escriturário) e a capacidade de mando, às vezes descaradamente personalista e brutal, de improvisado chefe militar. Na revolução, o desequilíbrio alcançou seu ponto máximo, pela origem e formação de muitos dos letrados e muitos dos caudilhos, sobretudo tendo em consideração a desapareição momentânea das instituições que os agrupavam que deixou o campo livre para a projeção individual. Não havia Exército, nem Igreja, nem

(40) José M. Ramos Mejía, *Las multitudes argentinas*, Madrid, Victoriano Suárez Editor, 1912 (2ª edição), p. 205. Em sua longa recomposição dos "escrivães" da Independência, Ramos Mejía insiste em sua baixa preparação ("seus latinismos são uma constante exibição das leituras indigestas que tornavam sua bagagem") para sublinhar o traço declamatório de sua arte, que também se conheceu na tradição oral que dominou a revolução mexicana. Diz: "Sua pirotécnica estava cheia de luzes e fosforescências chamativas; sua música de bronzes e tambores, apesar de que oportunamente chorosa, com trágicos tremores de voz, quando as desgraças da pátria, infalíveis, apareciam aos sons de ritmos *corlambicos*, tão cómicos quanto vivos e enérgicos eram estes na tragédia antiga. Depois de confeccionada a ostensiva comunicação, manifesto ou proclame encomendado, vinha a leitura, em que constantemente estava o truque da magnetização; leitura feita com arte e intenções especiais, levantando a voz, alternadamente tirada ou sofrida nos parágrafos que o requereu; com movimentos de predicator, ali onde a ação da simples leitura ou a música particular de alguma tirada patróica não produzisse o efeito esperado". Coteje-se com a análise estilística a que Martín Luis Guzmán submete uma proclama de Obregón (*El águila y la serpiente*, Lib. III, cap. 4): "O pior do manifesto — ou o melhor para os fins do riso — não estava no jogo dos símbolos ou metáforas. Provinha, sobretudo, de certo dramatismo ao mesmo tempo ingênuo e pedante, que era a medula da proclama. Sentia-se sua presença nas palavras iniciais: "Chegou a hora..."; se escutava estrepitoso na apóstrofe final: "Malditos sejam!" e encontrava expressão perfeita nesta frase de dinamismo teatral agudo: "A História retrocede espantada de ver que terá que consignar em suas páginas esse esbanjamento de monstruosidade — a monstruosidade de Huerta".

Academia, mas indivíduos decididos, capazes de restaurar as Instituições por sua ação pessoal. Foi o encontro de dois mundos "inconciliáveis", tal como os viu um dos protagonistas, o escritor Martín Luis Guzmán, ao contar seu primeiro encontro com Villa:

"A cada pergunta ou resposta de uma ou outra parte, se percebia que ali estava tocando-se dois mundos distintos e incluíveis inconciliáveis em tudo, salvo no acidente casual de somarem seus esforços para a luta. Nós, pobres iludidos — porque só iludidos éramos então — havíamos chegado até esse lugar carregados com a débil experiência de nossos livros e nossos primeiros arranques. E onde chegávamos? Que nos pegasse de cheio e de surpresa a tragédia do bem e do mal, que não sabe de transações: que puros, sem misturar-se um e outro, devem vencer ou resignar-se a serem vencidos. Vinhamos fugindo de Victoriano Huerta, o traidor, o assassino, eíamos, pela mesma dinâmica da vida e pelo que nela há de mais generoso, cair em Pancho Villa, cuja alma, mais que de homem, era de jaguar, de jaguar nesses momentos domesticado para nossa obra ou para o que acreditávamos ser nossa obra; jaguar a quem, acariciadores, passávamos a mão sobre o lombo, tremendo de medo de que nos lançasse um ataque".⁴¹

Não houve caudilho revolucionário que não fosse acompanhado de conselheiros intelectuais, membros de confusas estruturas administrativas, reorganizadores das equipes burocráticas indispensáveis (frequentemente lançando mão das equipes anteriores), integrantes obrigados de delegações ao exterior, e ainda foi possível vê-los passar de um círculo áulico a outro, às vezes, mudando a engalanada fanfarras que desfilava em uma cidade provinciana, pela esfarrapada corte que se improvisava em um acampamento militar. Foram eles, como únicos exercitantes da escritura, os que nos legaram muitos e ácidos testemunhos sobre a tormenta revolucionária, ainda que quando se consultam os *corpi* mais conspícuos (Martín Luis Guzman, José Vasconcelos, Mariano Azuela) é bem estimulante a perspectiva individualista e personalista

(41) "El águila y la serpiente", em *La novela de la Revolución Mexicana* (Antonio Castro Leal, ed.), México, Aguillar, 1962, t. I, p. 231.

com que interpretam os processos sociais em curso, tão distante do jargão sociológico que puseram em prática os estudos do presente para ver todo o movimento.⁴²

É também estimulante que as primeiras testemunhas letradas sobre a revolução concedam tão considerável importância à presença dos intelectuais nos campos de luta, quer se trate dos conselheiros privados ou dos secretários que dominam a pena, quer dos burocratas sobreviventes de todas as administrações possíveis que esperam o momento em que se reclame deles os inevitáveis serviços: "A revolução é meio certo para fazer fortuna, o governo é o único capaz de conservá-la e dar-lhe o incremento que merece; mas assim como para o primeiro é indispensável o rifle, o escriturário o é para o segundo".⁴³ Mariano Azuela se especializou no questionamento contra os intelectuais, parte sobresalente da classe média, a que pertenceu e molestou, de tal modo que em *Los de abajo*, pôs seu protagonista revolucionário, Demétrio, dentro de um triângulo intelectual, cujos ângulos ocuparam Luis Cervantes, Alberto Solís e o "louco" Valderrama, para oferecer assim a representação simbólica de uma participação plural de intelectuais na revolução. Conhecemos agora melhor⁴⁴ a progressiva elaboração de *Los de abajo*, desde a inicial publicação em folhetim (*El Paso*, 1915) e sabemos, portanto, a importância que a este tema concedeu Azuela, para acentuar até a caricatura, o retrato do intelectual oportunista ("The rewritten text is certainly to the detriment of Luis Cervantes"*) em oposição ao idealista e decepcionado Alberto Solís ("Mariano Azuela's own outlook on the revolution during the last days of Villa's fighting forces"**) e para incorporar uma versão de seu amigo

(42) Penso em livros como o de Jesus Silva Herzog, *El agrarismo mexicano y la reforma agraria* (1959), Arnaldo Cordova, *La ideología de la revolución mexicana* (1973), ou o recente de James D. Cockcroft, México, *Class Formation, Capital Accumulation and the State*, Nova Iorque, Monthly Review Press, 1983.

(43) É a convicção de um dos personagens de *Las moscas* (em *La novela de la Revolución Mexicana*, p. 172), obra em que Azuela combina a crítica da burocracia com a dos atrasados intelectuais do modernismo.

(44) Stanley L. Robe, *Azuela and the Mexican Underdogs*, Berkeley, University of California Press, 1979, em especial pp. 103-113, às quais pertençam as citações do texto de Robe.

(*) "O texto reescrito é certamente em detrimento de Luis Cervantes." (**)"A visão que tinha Mariano Azuela da revolução durante os últimos dias das tropas de Villa."

José Becerra, do grupo maderista, de Lagos de Moreno, sob o nome de Valderrama, no retrato de um intelectual autenticamente participante do impulso revolucionário mas que só pôde viver suas vicissitudes através de uma alienação mental, que faz dele um ser puro e grotesco, um "louco", dentro dessa longa tradição literária que faz do "louco" o único capaz de conhecer a verdade e, por essa condição, o único que pode resistir imune à aberração da realidade.

O testemunho de Azuela é mais crítico com o intelectual que com o chefe revolucionário, introduzindo um paradigma que terá longa descendência, o qual além disso se abastece de um lugar-comum do imaginário popular: é a admiração indissimulável pela capacidade do intelectual para dominar o instrumento lingüístico ("como fala bem o almofadinha!"), por seu poder quase mágico para exercer a escritura e mediante ela compor o discurso ideológico justificativo, desde o panegírico de caudilho até o traçado dos planos, e de forma contrarriante, a desconfiância em relação à sua solidariedade e persistência, a consciência de uma instabilidade que possa chegar à traição "Pelos almofadinhas se perdeu o fruto das revoluções"). Esquema feito de dilemas que outros, posteriormente, explicarão com igual criticismo do intelectual pelas diferenças de classe, mas que tomando em conta que esta é já uma posição intelectual (que confere a certa histórica a um estrato social), e que sob outras formas (competições de instituições), podemos reencontrar o mesmo esquema em diferentes épocas e situações, podemos inscrevê-lo na tradicionalmente difícil conjugação das duas espadas, dos dois poderes do mundo.



Sobre o Autor

Angel Rama nasceu no Uruguai, em 1926. Em 1947 inicia uma carreira diversificada, participando alternadamente como editor, cofundador, diretor e colaborador das mais diversas publicações americanas e europeias tais como Cinamen, Entregas de La Licorne, Marcha, Acción, Revista Iberoamericana e Escritura. A partir de meados dos anos sessenta, percorre todo o continente americano dando conferências e cursos em universidades e instituições de ensino superior. Em 1979 integra-se à Universidade de Maryland, onde dois anos depois é nomeado Professor Titular de Literatura Latino-americana do Departamento de Espanhol e Português.

Suas preocupações intelectuais centravam-se em temas como a literatura de emancipação americana, o modernismo, a relação entre a modernização industrial, política e social e os diversos produtos culturais, a poesia de José Martí, Rubén Darío, Mílo Herrera e Reissig, a narrativa de Arguedas, García Marquez e Carpentier, a obra crítica de Henriquez Ureña, Vargas Vila e Maritoguí, o pensamento predecessor de Simón Rodríguez e González Prada e, sobretudo, os jovens. Além de centenas de artigos críticos, Rama escreveu alguns livros, entre os quais Los poetas modernistas (Montevideo, 1969), Rubén Darío y el Modernismo (Caracas, 1970), Transculturación Narrativa en América Latina (México, 1982), La Novela Latinoamericana. Panorama mas 1920-1980 (Bogotá, 1982) e Literatura y Clase Social (México, 1984).

Angel Rama faleceu em 1983.